

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CAIO VINICIUS DE CASTRO GERBELLI

**TODOS PARA O QUE DER E VIER: OS TRABALHADORES DO PETRÓLEO DE
MAUÁ E A LUTA PELA ORGANIZAÇÃO SINDICAL (1957-1964)**

**GUARULHOS
2018**

CAIO VINICIUS DE CASTRO GERBELLI

**TODOS PARA O QUE DER E VIER: OS TRABALHADORES DO PETRÓLEO DE
MAUÁ E A LUTA PELA ORGANIZAÇÃO SINDICAL (1957-1964)**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Banca Examinadora do Programa de Pós-
Graduação em História da Escola de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade Federal de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em História.
Área de concentração: Instituições, Vida
Material e Conflito.
Orientação: Prof. Dr. Luigi Biondi

**GUARULHOS
2018**

Gerbelli, Caio Vinicius de Castro.

Todos para o que der e vier: Os trabalhadores do petróleo de Mauá e a luta pela organização sindical (1957-1964). / Caio Vinicius de Castro Gerbelli. – 2018.
175 f.

Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2018.
Orientação: Luigi Biondi.

1. História do Brasil República. 2. Petroleiros. 3. Encampação. I. BIONDI, Luigi. II. Todos para o que der e vier: Os trabalhadores do petróleo de Mauá e a luta pela organização sindical (1957-1964).

CAIO VINICIUS DE CASTRO GERBELLI

**TODOS PARA O QUE DER E VIER: OS TRABALHADORES DO PETRÓLEO DE
MAUÁ E A LUTA PELA ORGANIZAÇÃO SINDICAL (1957-1964)**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Banca Examinadora do Programa de Pós-
Graduação em História da Escola de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade Federal de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em História.
Área de concentração: Instituições, Vida
Material e Conflito.

Aprovação: 19/03/2018

Prof. Dr. Luigi Biondi
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Prof. Dr. Antonio Luigi Negro
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Prof. Dr. Samuel Fernando de Souza
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

A Maria Clara
A Floquinho, Taison, Belinha, Chiquinho,
Dandara, Frida, Marley e Leon

Aos meus pais Alba e Ricardo
Aos meus avós Sergio, Daisy, Benedito e
Ilza

A Paulo, Leudina, Patrícia e Ana Paula

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não foi feito apenas por mim, ele possui, direta e indiretamente muitas mãos e influências que ajudaram a construir esta dissertação. Agradeço ao Luigi pela sugestão e impulso logo depois da defesa de monografia, quando sugeriu que eu desenvolvesse uma pesquisa sobre os petroleiros. Nesta empreitada sua ajuda foi fundamental nas indicações e sugestões de caminhos.

Aos Profs. Drs. Antonio Luigi Negro e Murilo Leal por aceitarem participar deste trabalho tanto na qualificação como na defesa. Suas arguições foram importantes e suas sugestões, na medida do possível foram incorporadas ao trabalho.

Aos sindicalistas do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo, Auzélio, Deptula, Zé Maria, Zezé e Tania por abrirem o espaço da entidade e por incentivarem a pesquisa.

Aos petroleiros aposentados, Adib Augusto, Amandio Póvoa, Neusa Voltolini e João Hudson por aceitaram ser entrevistados para este trabalho.

Aos meus companheiros e amigos de luta na Educação de Jovens e Adultos da classe trabalhadora de Santo André, Roberta, Karen, Douglas, Mayara, Flávia, Renata, Leonardo, Maysa, Wendel, Vitor, Rafael, André, Branca, Stephany e Talita. Estar ao lado de vocês nestes quatro anos é algo indescritível. Mais do que companheiros vocês são pessoas formidáveis, profissionais de garra e de muita luta por uma Educação pública de qualidade, inclusiva, laica e igualitária. Vocês são a melhor coisa da Rede de Santo André, além dos alunos.

Também da EJA, mas que no ano passado participaram de um momento chave na minha vida. Andressa, Pâmela e Tatiane não há palavras para o imenso e interminável carinho que tenho por vocês. Pode ter certeza que estaremos juntos até o fim dos tempos, mesmo podendo não estar mais na rede ou na mesma escola. Vocês três são partes indissociáveis da minha vida.

Aos meus amigos do Conselho Editorial da Revista Hydra, Gabriela, Arthur, Paula, Carlos, Daniela, Victor, André, Anita, Rafael, Lucas e Maria Clara, cujo convívio, nas reuniões da revista, nas mesas de bar e na Anpuh foi, sem sombra de dúvida um aprendizado crucial para a minha formação como historiador e professor.

Mais do que agradecer, eu devo parabenizá-los por vocês serem quem são. Construir uma revista acadêmica discente, defende-la, ocupando os espaços que nos é de direito, não é para qualquer um. E vocês fizeram acontecer! Amo vocês demais.

Obrigado aos amigos Herbert, André, Gabriela, Mayra, Marina, Kristy e Daniel, pelo convívio e pela amizade. A minha irmã adotiva Michele Negrello pelos mais de 20 anos de companheirismo, amizade, convívio e viagens.

A minha segunda família foi primordial nesta etapa. Paulo, Leudina, Patrícia e Ana Paulo vocês são importantes para mim.

Gratidão meus avós paternos Sergio e Daisy que deixaram um legado na minha vida. Aos meus avós maternos Benedito e Ilza que são fundamentais na minha formação como pessoa, como ser humano. A minha centenária bisavó Áurea, símbolo da perseverança de viver, uma pessoa doce e amável que deixou saudades imensas.

Aos meus pais Alba e Ricardo, petroleiros de primeira grandeza, que foram um dos pilares que ajudaram a construir todo este trabalho. Suas participações como militantes do movimento sindical dos petroleiros permearam todo o meu entendimento como pessoa. Palavras são insuficientes para descrever toda a importância que vocês têm na minha vida.

Maria Clara, minha companheira de vida, humana de quatro felinos maravilhosos. Sem você este trabalho sequer existiria. Devo tudo a você, se hoje sou o que sou, como professor, historiador, pessoa e afins, devo a ti. Você leu, releu, sugeriu, arrumou, criticou este trabalho. Evidentemente que os equívocos existentes neste texto são de minha inteira responsabilidade. Este trabalho é teu!

Por fim, dedico a todos e todas que fizeram/fazem de suas vidas espaços de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Hoje o olhar de mamãe marejou só
marejou
Quando se lembrou do velho, o meu
bisavô
Disse que ele foi escravo mas não se
entregou à escravidão
Sempre vivia fugindo e arrumando
confusão
Disse pra mim que essa história do meu
bisavô, negro fujão
Devia servir de exemplo a "esses nego
pai João"
Disse afinal que o que é de verdade
Ninguém mais hoje liga
Isso é coisa da antiga

“Coisa da Antiga”

Clara Nunes

RESUMO

Este trabalho busca compreender a trajetória dos trabalhadores do petróleo de Mauá e o processo formativo da sua entidade de classe. Tendo como recorte temporal os anos de 1957 a 1964, esta dissertação versa sobre os espaços de ação destes operários permeando as movimentações políticas que resultaram na fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Mauá em 1960, com fortes incentivos por parte da Refinaria e Exploração de Petróleo União. A partir da conquista de uma entidade que representasse unicamente estes trabalhadores, nossa análise mostrou como se deu o processo de tomada de controle do sindicato pelos petroleiros, os desdobramentos ocasionados pelo fortalecimento da categoria dos trabalhadores do petróleo de Mauá e os embates ocorridos entre empresa e sindicato. Como o desenrolar da pesquisa, evidenciamos como foi o desenvolvimento da pauta de encampação das refinarias particulares pela Petrobras e como esta operação resultou na consolidação de uma classe petroleira nacional.

Palavras-chave: Trabalhadores do petróleo. Sindicato. Encampação.

DEFENDING EACH OTHER THROUGH THICK AND THIN: MAUÁ OIL WORKERS AND THEIR FIGHT FOR A LABOR UNION ORGANIZATION (1957-1964)

This paper aims to understand the trajectory of Mauá oil workers and the formative process of their labor union. By taking the timeline between the years 1957 and 1964, this dissertation discusses about these workers' action, permeating the political movements that resulted in the founding of the Union of Workers at Mauá Distillation and Refining Industry – “*Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Mauá*” -, in 1960, with strong incentives by the Refinaria e Exploração de Petróleo União. Our analysis shows how the process in which the oil workers took control of the union occurred, the developments caused by the strengthening of this employee category in Mauá and the clashes between company and syndicate. Along the research, the development of the expropriation of private refineries by Petrobras is revealed as well as how this operation resulted in the consolidation of a national petroleum working class.

Keyword: Oil workers. Labor union. Expropriation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição da diretoria sindical em 1964	63
Tabela 2 - Despesas Administrativas com Pessoal, material, serviços e encargos .	78
Tabela 3 - Resumo Geral do abaixo assinado	124
Tabela 4 - Empréstimos concedidos ao Sindipetro de Mauá para o Fundo de Greve	130
Tabela 5 - Demonstrativo da situação do Sindicato relacionado com as despesas e receitas durante o movimento grevista.....	132
Tabela 6 - Relação dos 51 petroleiros demitidos, para onde foram encaminhados e qual cargo ocupavam	140
Tabela 7 - Relação do pessoal demitido em 11 de maio de 1964 que se encontravam afastados	155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEPE - Associação dos Empregados da Petrobras
APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo
APM – Arquivo Público Mineiro
CC - Comitê Central
CECULT - Centro de Pesquisa em História Social da Cultura
CEDPEN - Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNP - Conselho Nacional do Petróleo
CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
CNTIP - Convenção Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo
CNV - Comissão Nacional da Verdade
Copam - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
COPEV - Conjunto Petroquímico Presidente Vargas
CPC - Centro Popular de Cultura
CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
CZ - Comitê da Zona
DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DIVIN - Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima
DOPS - Departamento de Ordem Pessoal e Social
DRT - Delegacia Regional do Trabalho
EDIPE - Escritório de Implantação das Atividades de Distribuição
EFSJ - Estrada de Ferro Santos a Jundiaí
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FNM - Fábrica Nacional de Motores
FNP - Federação Nacional dos Petroleiros
FPN - Frente Parlamentar Nacionalista
FRONAPE - Frota Nacional de Petroleiros

FSD - Fórum Sindical de Debates
FUP - Federação Única dos Petroleiros
IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IDORT - no Instituto de Organização Racional do Trabalho
PAC - Pacto de Ação Conjunta
PCB - Partido Comunista do Brasil
PUA - Pacto de Unidade e Ação
PUI – ABC - Pacto de Unidade Intersindical do ABC
REDUC - Refinaria de Duque de Caxias
RLAM – Refinaria Landulpho Alves – Mataripe
RPBA – Região de Produção da Bahia
RPBC – Refinaria Presidente Bernardes – Cubatão
SBPU - Sociedade Beneficente Petróleo União
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERAC - Serviços Auxiliares da Administração Central
SESC - Serviço Social do Comércio
SESI - Serviço Social da Indústria
Sindipetro – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo
TEBAR - Terminal Almirante Barroso
TRT - Tribunal Regional do Trabalho
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
O Historiador e o objeto	15
CAPÍTULO I - Os petroleiros de Mauá entre os comunistas e a Refinaria União	19
O Petróleo no Brasil e a Refinaria União	19
O Conjunto Habitacional	25
A Sociedade Beneficente Petróleo União e os petroleiros	27
A greve de 1957 no ABC e os trabalhadores do petróleo	34
O Comitê da Zona da Borda do Campo e a Célula 33	42
O sindicato dos comunistas para os petroleiros	46
O Sindicato dos Químicos, a Célula 33 e José Improta	47
A Formação do Sindicato dos Petroleiros	54
CAPÍTULO II - A luta pela organização sindical	60
O Sindicato	61
Para o que der e vier	69
“O Sindicato é a nossa trincheira”	72
I Convenção Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo - CNTIP	74
Petroleiros e patrões: Disputas e conflitos	77
II Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo – II CNTIP	82
Fortalecendo o Sindipetro e arregimentando aliados	86
CAPÍTULO III - Do local para o nacional: a encampação como projeto de classe ...	94
A Encampação pela Petrobras	96
A oposição da Grande Imprensa	100
Tessitura de redes entre a classe petroleira	104
Entre o eixo Rio-São Paulo	106
A Baixada sobe a Serra	107
Operação Capuava	111
CAPÍTULO IV - A Greve pela encampação	122
Encampação ou greve	122
Fundo de greve e a solidariedade petroleira	130
Flores para a refinaria ou como vai pagar a conta?	136
Grupo Capuava	139
Rumo a encampação: balanço da greve e o fortalecimento da classe	143
“Você me obriga, ó Rainha, a renovar uma dor terrível”: A intervenção no Sindipetro e o início do fim	150
Os trabalhadores depois do golpe	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
FONTES	165
BIBLIOGRAFIA	168

INTRODUÇÃO

Os estudos acerca do movimento dos petroleiros no Brasil, tanto privado como estatal, são escassos e poucos são os trabalhos que versam sobre o período anterior ao golpe de 1964. Esta pesquisa tem como objetivo compreender a formação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Mauá através da ação da militância sindical dos trabalhadores do petróleo da mesma cidade. Trabalhando na Refinaria e Exploração de Petróleo União, empresa privada do ramo, estes operários estiveram no centro do movimento operário entre 1957 e 1964. Deste modo esta dissertação visa preencher algumas lacunas que existem dentro das investigações sobre os mundos do trabalho do setor petroleiro.

Para efetivação de uma análise desta categoria foram utilizados os poucos documentos guardados pelo Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá, não por questões de pouco interesse no resguardo da memória sindical desta entidade, mas sim pela perseguição efetuada pela polícia política e pelo processo de intervenção sindical que resultaram no desaparecimento de grande parte da documentação por ela produzida.

Durante realização do levantamento documental, não tivemos acesso a fontes importantes para a devida compreensão dos meandros do movimento sindical. Não foi possível, por exemplo, investigar quem eram os petroleiros sindicalizados, seus ofícios, idade, lugar de origem, gênero, e como foi o desenvolvimento da maioria das reuniões e assembleias da categoria. Outra questão relevante é que durante o percurso dessa pesquisa não foi possível acessar os documentos da Refinaria União que, caso ainda existam, provavelmente estão de posse da Petrobras em algum lugar amontoado e insalubre. No que tange aos registros do Sindipetro, não foi possível acessar as atas e o livro de associados da entidade, pois estes se encontram desaparecidos.

Entretanto, para desenvolver a pesquisa fomos em busca das documentações produzidas pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social - DEOPS¹ que se encontram depositados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Este escopo de fontes foi importante para elucidar o período anterior ao processo de formação da entidade sindical dos petroleiros de Mauá.

Os arquivos do DEOPS nos possibilitam dois caminhos de investigação que se entrecruzam. Como aponta Marcelo Badaró Mattos, podemos perceber os aspectos da “vigilância e repressão policial sobre o movimento sindical” ao mesmo tempo que “é possível recuperar em meios aos dossiês policiais documentos sindicais apreendidos e registros dos ‘espões’”². No processo constitutivo deste trabalho essas duas dimensões foram fundamentais para a efetivação do mesmo.

A ação desempenhada pelo “reservado” da polícia política, infiltrado no movimento sindical do ABC e operários da Refinaria União na década de 1950, foi importante para mapear os espaços de atuação dos trabalhadores do petróleo de Mauá. A partir do seu “trabalho” podemos averiguar e compreender o processo formativo do sindicato dos petroleiros, no que tange a relação da empresa com o Sindicato dos Químicos do ABC.

Pensando a outra perspectiva apontada por Mattos e ao realizar a pesquisa nos arquivos do DEOPS, nos deparamos com o prontuário do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Mauá, José Mendes de Queiroz. Nesta documentação encontramos o processo de intervenção da entidade após o golpe de 1964 e todos os registros que serviram de base para a investigação pela polícia.

¹ Para um entendimento e aprofundamento das questões acerca do Arquivo do DEOPS, ver: AQUINO, Maria Aparecida de (et.al.). *Dossiês Deops/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro*. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado: São Paulo, 2002, 5 volumes. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Coleção Inventário Deops*. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado: São Paulo, 2003, 6 volumes. PIMENTA, João Paulo Garrido. Os arquivos do DEOPS-SP: nota preliminar. *Revista de História*, Nº 132, FFLCH/USP: São Paulo, 1º semestre de 1995. CORRÊA, Larissa Rosa. O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo: on-line, v. 33, p. 1-11, 2008.

² MATTOS, Marcelo Badaró. Perspectivas e dilemas da produção historiográfica recente sobre trabalhadores, sindicatos e Estado no Brasil. *Revista Tempos Históricos*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, vol. 05/06, 2003/2004, p. 15.

Assim, conseguimos ter uma ideia de como foi o processo de formação, fortalecimento e desenvolvimento das atividades da militância e da própria entidade, interligando com as ações dos outros sindicatos do petróleo no Brasil. Foi neste conjunto de documentos que podemos analisar, por exemplo, o procedimento da formação de uma rede entre as organizações sindicais dos petroleiros que, por sua vez, foi um ponto nevrálgico na constituição de uma consciência de uma classe nacional petroleira.

Como apontamos mais acima, nos debruçamos sobre os poucos documentos existentes que se encontram depositados nos arquivos do Sindicato Unificado da Regional Mauá. Ao elencarmos as fontes, transitando neste espaço sindical, podemos perceber que há uma iminente necessidade de uma aproximação entre os espaços acadêmicos e os sindicatos para refletimos sobre a extrema indispensabilidade da preservação e resguardo dos documentos sindicais, pois

sua documentação é de vital importância não apenas para conhecer a sua história, como também para conhecer o seu posicionamento no contexto da época e a situação cotidiana e orgânica de cada membro trabalhador e do seu conjunto³.

Políticas de manutenção de acervos documentais devem ser prioritárias tanto para as entidades sindicais como para as universidades, em razão que, em tempos de golpe e retiradas de direitos, são os trabalhadores os primeiros a serem atacados com as reformas em prol do desenvolvimento capitalista que excluí os de baixo. Preservando e conhecendo sua história, o movimento operário se fortalece.

O arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá possui, majoritariamente, documentos produzidos a partir da formação do novo sindicato em 1977, com apenas alguns resquícios documentais acerca experiência sindical dos anos 1960, que foram utilizados neste trabalho e que são provenientes do resguardo por parte da Refinaria União.

³ CRUZ, Ruth E. B. Santa. Os arquivos do movimento operário. A recuperação dos documentos das organizações sindicais do Peru in STAMPA, Inez Terezinha; MARQUES, Antonio José. (Org.). *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010, p. 115.

Estes documentos existentes estão situados em lugares inadequados, em processo de deterioração, mal preservados e acondicionados com materiais inapropriados. Não muito diferente, talvez, de outras entidades sindicais, pois nem todos os sindicatos possuem estrutura e condições financeiras para a formação de um arquivo com o devido processo de constituição de inventário, catalogação, higienização e organização.

Ao refletirmos acerca da preservação desta documentação podemos possibilitá-la através de três frentes. Um dos caminhos para adoção destas políticas de preservação é a formação dos próprios Centros de Documentação nos sindicatos, embora, nem todas as entidades sindicais possuam estruturas e espaços físicos apropriados. Todavia, ao criar estes centros, o movimento dos petroleiros pode ser fortalecido, no que se refere ao embasamento histórico da própria classe e na luta destes operários.

Outra forma de conservação é o papel que poderia ser desempenhado pelas duas federações da categoria. A Federação Única dos Petroleiros - FUP e a Federação Nacional dos Petroleiros - FNP, ambas sediadas na cidade do Rio de Janeiro, que poderiam encampar o processo de formação destes centros de documentação propondo a organização nas unidades sindicais em seus respectivos estados ou congregar os acervos documentais em suas sedes no Rio de Janeiro.

Por fim, há um percurso interessante que John D. French sugere, baseado na alternativa de digitalização dos documentos para a sua manutenção nos sindicatos, mas que, ao mesmo tempo, tais fontes possam ser disponibilizadas aos pesquisadores, ou seja, "que esses acervos sindicais possam ser processados e microfilmados por instituições arquivísticas profissionais e bem equipados"⁴.

Desta forma há uma necessidade de se pensar formas de preservação destes tipos de documentos e que se desenvolva uma política de resgate da memória das experiências dos trabalhadores.

⁴ FRENCH. John D. Os trabalhos arquivísticos voltados ao mundo dos trabalhadores: avanços e desafios na América Latina desde 1992. In: STAMPA, Inez Terezinha; MARQUES, Antonio José. (Org.). *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010, p. 90.

O Historiador e o objeto

Esta pesquisa foi desenvolvida envolta de um campo de atuação na docência na Educação de Jovens e Adultos no município de Santo André e na militância por uma educação de qualidade como um todo. Acredito que todo trabalho acadêmico tenha que ter uma justificativa de sua existência, pois demandamos verbas públicas e, desta forma devemos proporcionar de alguma maneira uma devolutiva para a sociedade.

Eric Hobsbawm chama a atenção para o diálogo entre militância e trabalho acadêmico, pois para ele as questões que permeiam os estudos da história dos operários são efetivamente politizadas. Ao lutarem por direitos, os trabalhadores estão fazendo política. Ao exercermos uma profissão e uma pesquisa pública também estamos transitando nos espaços políticos. Para o autor inglês os “historiadores da classe operária, assim, situam-se num ponto de encontro entre os estudos acadêmicos e a política, entre compromissos de ordem prática e compreensão teórica, entre interpretar o mundo e transformá-lo”⁵.

Mas qual é a relação entre ser professor de EJA e o desenvolvimento deste trabalho?

Além do meu ofício proporcionar a manutenção das viagens de apresentação de trabalho e de pesquisa, ser professor e militante de uma educação pública de qualidade, principalmente a Educação de Jovens e Adultos da classe trabalhadora, me permitiu conhecer os mundos do trabalho a partir daqueles que desempenham diversas profissões.

A EJA é composta, majoritariamente, por trabalhadores e trabalhadoras que não puderam concluir seus estudos devido a necessidade de trabalhar durante sua adolescência, ao mesmo tempo que muitos nem na escola puderam entrar, em consequência dos contextos sociais presentes nos ambientes familiares e,

⁵ HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Novos Estudos sobre a História Operária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4ª edição, 2005, p. 15.

evidentemente, pela ineficiência do Estado brasileiro de possibilitar o acesso e a manutenção de uma Educação pública e de qualidade que é um direito fundamental.

Os alunos de EJA desempenham as mais diversas ocupações e situações, como costureiras, pedreiros, motoristas, donas de casa, manicures, diaristas, lavadeiras, autônomos, comerciários, vigilantes, desempregados, mães adolescentes e outros mais. Carregados de conhecimentos e experiências, eles voltam aos bancos da escola, ou pisam pela primeira vez, em busca de ampliação de possibilidades de trabalho com uma qualificação melhor ou procuram no ambiente escolar um espaço de sociabilidade e extensão do saber.

Pensando no ensino de história para jovens e adultos, Edward Palmer Thompson chama a atenção para a necessidade da percepção, por parte do docente, as experiências trazidas pelos alunos. Para o autor inglês,

toda educação que faz jus a esse nome envolve a relação de mutualidade, uma dialética, e nenhum educador que se preze pensa no material a seu dispor como uma turma de passivos recipientes de educação⁶

Desta maneira o ofício do professor que tem a perspectiva da experiência como eixo central no ensino e da educação e o historiador que norteia seu trabalho também dentro desta concepção fortificam tanto o trabalho docente como o objeto de investigação. Essa mutualidade que Thompson aborda é determinante para a concretização de uma relação entre aluno/docente e objeto/historiador, desconstruindo uma ideia de passividade dos dois agentes.

E de certa forma, nesta pesquisa, procuramos dialogar com os dois campos de atuação, por que a essência da EJA é o trabalho e está dissertação versa sobre trabalhadores.

Ao mesmo tempo que há uma construção de uma relação entre as partes, há uma outra questão que pode permear o trabalho do pesquisador que leva em consideração a conjuntura política em que ele se encontra circunscrito.

⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002, p. 13.

A nossa frágil democracia foi golpeada com a deposição da presidenta Dilma Rousseff através da ação do poder legislativo, do judiciário, grande imprensa, Forças Armadas, “com tudo”. Esse golpe impetrado tem como objetivo final destruir todos e quaisquer direitos advindos da classe trabalhadora conquistados com muita luta e sacrifício.

Concomitante a isso, o governo golpista em aliança com as forças conservadoras estão delapidando o patrimônio público e a primeira a ser atacada é a Petrobras. É fundamental que ao conhecermos a história dos petroleiros antes do golpe de 1964, possamos desenvolver formas de compreensão da luta que estes trabalhadores deram para que conseguissem mudar o Brasil a partir dos de baixo, ou seja, pela ação da classe operária brasileira. Estamos sendo atacados de todos os lados e esse ataque tem como alvo os trabalhadores

Tendo em vista tais questões, esta dissertação de mestrado foi dividida em quatro capítulos que versam sobre a organização, ação e luta dos trabalhadores do petróleo a partir do seu Sindicato.

Para compreendermos o que circunda os petroleiros de Mauá, busco no capítulo I tratar das questões acerca do movimento sindical no ABC, com enfoque na articulação dos petroleiros, procurando averiguar quais eram os espaços de prática sindical desta categoria na região. Conjuntamente a tais demandas, mostro brevemente o desenvolvimento da indústria do petróleo no Brasil e como a Refinaria e Exploração de Petróleo União se constituiu como a maior empresa petrolífera privada do país. Deste modo concluo que foi a partir das práticas da empresa, no que tange as políticas de bem-estar, que proporcionaram uma conjuntura para que a Refinaria progredisse na ação de fundar a entidade de classe dos petroleiros.

No capítulo II discuto o desenrolar das atividades do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Mauá de forma autônoma e separada dos interesses da Refinaria União, apontando o processo formativo dos petroleiros a partir de suas experiências conjuntas como militantes sindicais, ao mesmo tempo que passam a compreender, juntamente com os outros sindicatos do petróleo, a necessidade de efetivar um projeto sincrônico pela encampação das refinarias particulares pela Petrobras.

No capítulo III perfaz o ano de 1963 que trata do desenvolvimento do projeto de estatização das empresas privadas do petróleo, no que tange as constituições de

redes de sociabilidade, solidariedade e apoio dos sindicatos do petróleo em prol do projeto nacional dos petroleiros, expondo que a ideia de efetivação do Monopólio Integral do Petróleo pela petrolífera estatal foi construída e efetuada pelos trabalhadores em questão e suas respectivas entidades.

O capítulo IV versa sobre o processo final de consolidação da classe petroleira no movimento sindical brasileiro, a preparação e eclosão de uma greve pela encampação, ocorrida entre o final de outubro e começo de novembro de 1963 efetuada pelos petroleiros de Mauá, dialogando com os outros sindicatos do petróleo que levaram a cabo um movimento paredista em apoio e solidariedade aos operários da Refinaria União. Este capítulo se encerra com o início do fim do movimento da militância petroleira através da intervenção na entidade, imposta pelo regime golpista de 1964 e das demissões dos petroleiros que entram em greve no final de 1963.

Por fim, assevero que em tempos de ataques aos direitos e com perseguições midiáticas e judiciárias, talvez possamos encontrar um novo caminho e ampliar as possibilidades de compreendermos a história com os sujeito do passado e com as ações da classe operária.

CAPÍTULO I - Os petroleiros de Mauá entre os comunistas e a Refinaria União

O Petróleo no Brasil e a Refinaria União

Desenvolver um parque petrolífero é fundamental para a manutenção da produção industrial e para a consolidação de um mercado consumidor. Os derivados do petróleo são parte integrante das manufaturas existentes na sociedade, desta maneira é importante destacar que a questão do petróleo no Brasil teve início a partir do reconhecimento da necessidade de se estabelecer uma produção petrolífera que suprisse a crescente demanda por essa fonte. Consequentemente, o país deixaria de depender das importações das empresas estrangeiras, principalmente por conta da crescente relevância do setor industrial na economia nacional e, mais tarde, da expansão do ramo automobilístico e do setor petroquímico no Brasil.

Dentro do processo de consolidação do Estado Novo empreendido por Getúlio Vargas, em 29 de abril de 1938 foi criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), com o decreto lei nº. 395 que “declara de utilidade pública e regula a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado e produzido no país”⁷, essa nova entidade estatal seria a incentivadora dos aspectos que tangem a exploração e produção de derivado desta matéria-prima.

Com o seu intuito definido, o CNP procurou propor políticas para o desenvolvimento de uma indústria brasileira desse gênero. De modo cambiante, suas ações em seu início de operação não surtiram o efeito desejado, seja por falta de condições mínimas de funcionamento dos laboratórios ou pela falta de agentes habilitados e equipamento necessário⁸. Para Gabriel Cohn, o “CNP revelava-se falho nas atividades cotidianas, alheias ao setor técnico e a administração corrente”⁹, todavia, foi com essa estrutura falha que se descobriu em 1939 uma reserva de

⁷ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0395.htm, acessado em 30/06/2014.

⁸ COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 60.

⁹ Ibidem, p. 61.

petróleo o bairro de Lobato na cidade de Salvador, capital do estado da Bahia. Como o Brasil não possuía a tecnologia necessária para as perfurações e exploração da fonte, o governo e o CNP adquiriram equipamentos estrangeiros de perfuração e sondagem. Contudo, o processo de produção e extração petrolífera sofreu fortes impactos e impedimentos até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Com a descoberta de poços no Recôncavo Baiano, o governo do General Eurico Gaspar Dutra decidiu dar início à construção da primeira refinaria estatal brasileira em 1949, a Refinaria de Mataripe, situada na cidade de São Francisco do Conde¹⁰. Após a concretização dessa empreitada, os debates acerca do petróleo se intensificaram. Dentro da sociedade brasileira podemos identificar duas vertentes que pensavam essa questão: uma defendia a bandeira estatal e a outra defendia a presença de capital privado estrangeiro e brasileiro.

O governo do presidente Dutra, ao seguir um pensamento de que era necessária a presença de capital privado, procurou se distanciar da proposta de injeção de capital estatal. No interior do governo, representado por suas instituições, a política empreendida via CNP, segundo seus dirigentes, tinha como convicção a certa ineficiência que “nem o Estado e nem a burguesia brasileira possuíam o capital, a tecnologia e os recursos humanos necessários para resolver o problema nacional do petróleo”¹¹.

Foi a partir deste cenário que o CNP propôs, em maio de 1945, uma conduta que teve como objetivo a abertura do direito de exploração e refino do petróleo com capital privado, sem restrições à injeção de capital estrangeiro, desde que adquirissem a devida aprovação do governo federal¹². O CNP realizou, assim, um processo de concorrência para a constituição de refinarias petroleiras particulares que dessem o suporte necessário para o suprimento do consumo das grandes cidades industriais no Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro.

¹⁰ IVO, Alex de Souza. *Uma história em verde, amarelo e negro*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, p. 26.

¹¹ Ibidem, p. 32.

¹² COHN, op. cit., p. 76-77.

Neste contexto, em 1946, foi proposta pelo setor privado a Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A., inicialmente para o Rio de Janeiro e posteriormente realocada para São Paulo, maior consumidor de derivados¹³. Para o funcionamento desta unidade foram necessários acordos com empresas estrangeiras que pudessem fornecer o petróleo a ser refinado. Para isso, o grupo Alberto Soares Sampaio - Corrêa de Castro, que controlava mais da metade da empresa por parte dos empresários Alberto Soares Sampaio e Walter Moreira Salles, firmou acordos com a empresa estadunidense Gulf-Oil¹⁴. A empresa foi projetada para refinar vinte mil barris por dia e seu projeto foi executado por grupos estrangeiros, entrando em operação apenas em 1954¹⁵.

Concomitantemente ao processo de constituição da Refinaria União, em 1948 foi fundado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional – CEDPEN -, que tinha como função “promover uma larga campanha de esclarecimento da opinião pública por meio de artigos, conferências, debates, comícios, caravanas e demais vias constitucionais e democráticas”¹⁶. Congregando diversas personalidades, como políticos e intelectuais, inclusive alguns ligados ao Partido Comunista do Brasil, este centro acabou se estabelecendo como principal incentivador da tese monopolista estatal¹⁷.

Desta forma o Cedpen foi um importante instrumento de incentivo e propagação da Campanha do Petróleo. Esse movimento se tornou o carro-chefe da necessidade de consolidação do desenvolvimento econômico brasileiro. Imbuído de diversos significados e carregados por um forte sentimento nacionalista, que, por conseguinte adotou um slogan sugestivo e que se perpetua até os dias de hoje, como bandeira dos sindicatos dos petroleiros. “*O Petróleo é nosso*” nasceu como mote durante a Campanha, culminando, no final de 1951, já no segundo governo Vargas, com a

¹³ BARRETO, Carlos Eduardo Paes. *A saga do petróleo brasileiro: “a farra do boi”*. São Paulo: Nobel Editora, 2001, p. 45.

¹⁴ COHN, op. cit., p. 101.

¹⁵ BARRETO, op. cit., p. 46.

¹⁶ SILVA, Angelissa Azevedo e. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional in FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 317.

¹⁷ Idem.

proposta de criação de uma empresa de capital misto que monopolizasse a exploração e o refino do petróleo.

A fundação da estatal Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, baseada na lei nº 2004 de 3 de outubro de 1953, foi um marco no processo de consolidação de uma estrutura industrial no Brasil. Dentro deste cenário, a Petrobras se tornou uma empresa estatal de primeira geração, juntamente com a Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, a Fábrica Nacional de Motores-FNM e a Companhia Mineradora Vale do Rio Doce¹⁸.

A lei nº 2004 estava inserida na perspectiva de uma proposta para a organização de uma política nacional para o petróleo, cujo conteúdo versou também na demarcação das ações sobre o petróleo, além de transformar o CNP em um “órgão de regulação e fiscalização”¹⁹ para as questões do setor petrolífero. Desta forma, na conjuntura econômica acerca do petróleo, temos na lei que criou a Petrobras a garantia da manutenção das autorizações para a instalação das refinarias particulares²⁰ propostas pelo edital do CNP.

O capítulo IV versa sobre as disposições finais da referida lei, que foi crucial para os desdobramentos do movimento sindical dos petroleiros nos primeiros anos da década de 60. Precisamente no artigo 46, a lei garantia a possibilidade de encampação, sem autorização prévia do legislativo, das empresas petrolíferas privadas existentes no território brasileiro, podendo a Petrobras se tornar acionista majoritária e transformá-las em subsidiárias, garantido, assim, a possibilidade da consolidação do monopólio do petróleo no Brasil²¹.

Como podemos notar, dois foram os caminhos, estatal e privado, para a formação de um parque industrial de exploração e refinação do petróleo no Brasil.

¹⁸ IVO, op. cit., p. 37.

¹⁹ Idem.

²⁰ Lei nº 2004 de 3 de outubro de 1953. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2004-3-outubro-1953-366242-publicacaooriginal-1-pl.html>, acessado em 14/03/2017.

²¹ Lei nº 2004 de 3 de outubro de 1953. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2004-3-outubro-1953-366242-publicacaooriginal-1-pl.html>, acessado em 14/03/2017.

Projetada para a cidade de Santo André²², a Refinaria União ocupou um território privilegiado e bem localizado. A região do ABC²³ se constituía, então, como um espaço fundamental para o desenvolvimento industrial do Estado de São Paulo. Num primeiro plano, a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí – EFSJ foi primordial para este processo de crescimento, “ligando a região à capital paulista e ao Porto de Santos, a ferrovia colocava o ABC num dos maiores circuitos de desenvolvimento do país, facilitando, ao mesmo tempo, o acesso a matéria-prima e o escoamento da produção”²⁴. Vale ressaltar que entre a linha férrea e a várzea do rio Tamanduateí foram instaladas algumas das principais indústrias da região como a General Motors e as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em São Caetano, e a Rhodia Química, Cofap, Moinho de Farinha São Jorge, Firestone e Pirelli e Atlantis do Brasil em Santo André.

Com a garantia de fluxo, tanto de trabalhadores como da produção, as empresas também encontraram um cenário propício para a instalação das plantas industriais e para o avanço da produção, tudo devido às vastas extensões de terra de baixo custo, farta disponibilidade de água através do uso do Rio Tamanduateí e da Represa Billings, e políticas de isenção fiscal²⁵.

Próxima a cidade de São Paulo, maior mercado consumidor de derivados do petróleo na época, vizinha a linha ferroviária da EFSJ, cortada pelo rio Tamanduateí e este sendo fonte de água doce para o uso no processo produtivo e, por fim, entrecortado pelo oleoduto que interligava o porto de Santos e a Refinaria Presidente Bernardes com o terminal de armazenamento do distrito de Utinga em Santo André,

²² Em 1953 os moradores da região que abrangia a estação Pilar da linha férrea (atual Mauá), em Santo André, deram início ao processo de emancipação para a formação de uma outra cidade independente. Em 1955, a cidade de Mauá se tornou autônoma, englobando parte da Refinaria União e as empresas que a circundavam.

²³ Atualmente este território é composto por sete cidades, a saber: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, denominando a região de ABCDMRR. Por motivos de escrita, utilizaremos a alcunha nacionalmente conhecida de Região do ABC.

²⁴ ALMEIDA, Antonio de. *Experiências políticas no ABC: lutas e práticas culturais de trabalhadores*. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 32.

²⁵ Ibidem, p. 34.

a Refinaria União em 1954, na divisa entre as cidades de Santo André e Mauá na grande São Paulo, no bairro de Capuava, deu início a um processo evidente em toda a industrialização de São Paulo: “pleno emprego, aprendizado dos ofícios feitos na prática, heterogeneidade do perfil das indústrias e a utilização de trabalho de migrantes nacionais”²⁶.

Consolidada pelo capital privado e pelo intenso trabalho dos petroleiros, a Refinaria União se constituiu como um dos principais agentes econômicos do processo de industrialização do Brasil, tendo em vista que o consumo de produtos provenientes do petróleo acompanhou o processo de crescimento econômico do país. Ao mesmo tempo a empresa se encontrou em um forte cenário de contestação política da presença do capital privado na exploração e refino de petróleo no país, rivalizando com a Petrobras e com a perspectiva do nacionalismo e do nacional-desenvolvimentismo, tendo a temática da encampação das refinarias particulares pelo Governo Federal como principal bandeira desta cena política.

Cada refinaria de petróleo possui determinadas peculiaridades para atender a necessidade do mercado consumidor da qual ela abastece²⁷, como os tipos de combustível, lubrificantes e solventes, com uma produção contínua, divididas em turnos e com um constante desgaste dos equipamentos. Na construção da unidade de Capuava foi utilizada tecnologia externa da Gulf-Oil, devido a não existência de algo semelhante em território brasileiro.

Os aspectos de uma refinaria de petróleo permeiam a constituição de um conjunto de fábricas que se interligam para auxiliar na manutenção da operação de refino. As destilações do petróleo que é recebido por oleodutos, no caso da Refinaria União advindo do Litoral Paulista, são fracionadas para a separação dos derivados. De acordo com Leda Leal e Aparecida Iguti as unidades podem ser divididas em: “operação, apoio, profissionais e administrativo”²⁸.

²⁶ PEREIRA NETO, Murilo Leal. A Fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a “reinvenção” da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n.1, janeiro-junho de 2009, p. 226.

²⁷ FERREIRA, Leda Leal. IGUTI, Aparecida Mari. *O Trabalho dos petroleiros: perigoso, complexo, contínuo e coletivo*. São Paulo, Scritta, 1996, p. 19.

²⁸ *Ibidem*, p. 17.

A Operação é composta pelas unidades de Processo, Utilidades (água, vapor de água, ar) e Transferência e Estocagem. O apoio é formado pela área da Manutenção, Laboratório e da Segurança que tem como princípio sustentar a refinação e conservar os equipamentos e todo o processo. A seção dos profissionais é o setor que possui a mão de obra especializada como engenheiros, técnicos e trabalhadores da saúde que auxiliam na averiguação e controle da produção. Já os trabalhadores administrativos cuidam dos setores contábeis, de pessoal e de pagamento²⁹. Podemos, desta maneira, separar a refinaria em duas partes, o operacional e tudo que a mantém e o administrativo. Ambas são separadas geograficamente dentro da unidade. Todo o aparato de refinamento fica distante dos setores de gestão.

O sistema de refinamento do petróleo é feito pelo próprio equipamento, do qual o petroleiro não tem acesso a matéria-prima e nem aos seus derivados. Deste modo o processo se constitui de forma indireta, ou seja, o trabalho operacional é realizado “por meio das indicações de instrumentos e indicadores”³⁰ que se articulam com os outros equipamentos que dão sustentação a operação.

O Conjunto Habitacional

A construção de vilas operárias foi uma prática adotada de forma recorrente por algumas empresas. As habitações podiam ser instaladas longe dos centros urbanos e com dificuldade de acesso, ao mesmo tempo que “atendia a intenção da fábrica de manter, sob seu controle estrito, um grupo de operários essencial para o andamento do processo produtivo”³¹. No caso do ramo petrolífero, os operadores de refino e seus auxiliares, além dos engenheiros e técnicos, desempenhavam um papel fundamental na cadeia produtiva da refinaria.

Dessa forma, tal conduta evidencia uma ação corriqueira de controle no vínculo empregador/empregado, que engendra aspectos determinantes da dominação do

²⁹ Idem.

³⁰ LUCENA, Carlos. *Tempos de destruição*. Educação, trabalho e indústria do petróleo. EDUFU: Uberlândia, 2004, p. 237.

³¹ RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989, p. 96.

patrão para com seus trabalhadores na relação de trabalho instituída dentro das fábricas. Em sua constante busca pela harmonia no ambiente de trabalho, a empresa se valia das mais variadas ferramentas e mecanismos para que o trabalhador se concentrasse exclusivamente na produção, buscando controle político e social dos trabalhadores e o consequente aumento da produtividade, tendo-os “por mais tempo e mais descansados”³², o que aumentava a eficiência do trabalho

No seu processo de instalação, a Refinaria União encomendou um projeto de conjunto habitacional para que fosse construído próximo a unidade. O projeto do escritório de David Libeskind estava inserido em uma proposta que visava mudar a constituição das vilas operárias mais tradicionais, com casas geminadas, para a ideia de vizinhança “reunindo moradias, equipamentos coletivos e comércio local - e de organização espacial”³³.

O projeto de moradia era constituído de “cinquenta casas, alojamento para solteiros, casa de hóspedes, grupo escolar, praça de esportes e clube, parque infantil, mercado e prédio para administração”³⁴, possuindo também áreas verdes como jardins, bosque e parque para recreação.

A distinção hierárquica e social se fez presente no projeto. Em sua forma arquitetônica, as casas dos engenheiros e diretores eram diferentes das moradias dos operários casados e dos solteiros. Enquanto para os primeiros “as casas eram cercadas de jardins e dispostas ao longo de uma via sinuosa, no sopé de um morro”, para os petroleiros de chão da fábrica as habitações “eram sobrados dispostos em dois blocos paralelos com 16 moradias cada”³⁵. A separação física das casas e seus tamanhos, a construção das ruas e a proporção das áreas verdes refletiam para a empresa o papel que engenheiros e petroleiros desempenhavam na refinaria. Todavia o projeto de conjunto habitacional proposto por Libeskind não foi concretizado.

Em seu lugar a Refinaria encontrou uma alternativa. O aluguel de casas para os engenheiros foi a opção aplicada para a manutenção desta mão de obra

³² Ibidem, p. 102.

³³ CORREIA, Telma de Barros. A Iniciativa Privada e a Transformação do Espaço Urbano e do Território: Brasil, Década de 1950. Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUR. Florianópolis, UFSC, maio de 2009, p. 2.

³⁴ Ibidem, p. 5.

³⁵ Idem.

qualificada, para os petroleiros a empresa desenvolveu uma política de empréstimos para a aquisição de moradias próprias.

A maioria dos engenheiros e técnicos que auxiliaram na montagem da refinaria no início do processo de refino do petróleo eram constituídos por holandeses e estadunidenses, devido à falta de trabalhadores habilitados no Brasil. Após a montagem da planta se mantiveram na cadeia produtiva do refino orientando “a construção da área de processo”³⁶.

Para o alojamento destes engenheiros e, ocasionalmente, seus familiares, a refinaria designou alguns de seus funcionários para a montagem de casas e um refeitório. Wanda Montanghi Pires foi uma das precursoras na composição dessas habitações. Devido a necessidade destes corpos técnicos na constituição da refinaria, suas moradias deviam ser próximas. Embora muitos trabalhadores fizessem o percurso São Paulo - Santo André de trem, esses engenheiros “tinham que morar em Santo André. Eles queriam morar em casa residenciais, com suas famílias”. Para a manutenção destes engenheiros, nos sobrados alugados com três dormitórios, foi montando um refeitório no qual a empresa cedeu cozinheiros e garçons³⁷.

Com a não construção do Conjunto Habitacional, a Refinaria União desenvolveu outra política para os seus funcionários, no qual acabou resultando em uma maior abrangência de todo o corpo de trabalhadores.

A Sociedade Beneficente Petróleo União e os petroleiros

Mecanismo recorrente por parte das grandes empresas, o assistencialismo possui como forma de ação o desenvolvimento de atividades voltadas para os trabalhadores. As políticas de assistência foram uma prática adotada pelos que viam esse recurso como uma forma de manter o ambiente de trabalho propício para a manutenção da produtividade.

Na região do ABC tal prática já era desenvolvida. Cerâmica São Caetano, Rhodia e Pirelli, realizaram ações que visavam “criar uma mão de obra voltada para

³⁶ MEDICI, Ademir. *A Matrix do polo petroquímico no ABC*. Mauá: Refinaria de Capuava, 2005, p. 24.

³⁷ Depoimento de Wanda Montanghi Pires. *Ibidem*, p. 33.

companhia”, tendo como princípio uma proposta de “organização racional da produção”, criando uma gama de benefícios para vincular os operários à produtividade. Desta maneira, essas indústrias construíam um ambiente favorável para o controle do movimento sindical e dos trabalhadores em geral.³⁸

A ideia do capitalismo de bem-estar, abordado por John French, tinha como intuito garantir um contexto harmonioso dentro da fábrica para assegurar a manutenção da produção. Ao criarem ações de “incorporação dos operários na empresa” essas firmas procuravam “compreender e motivar de maneira bem-sucedida os empregados da companhia”, desenvolvendo práticas que versavam sobre benefícios financeiros, oferecimento de políticas que o Estado não disponibilizava e auxílio aos familiares³⁹.

A harmonia do espaço fabril era determinante para que a efetiva dominação da empresa se consolidasse e assegurasse a chamada paz social. Esta ideia tinha como foco a “anulação de uma política que priorizasse a luta de classes e a promoção de uma que enfatizasse a cooperação entre os trabalhadores e patrões, ou melhor, entre empregados e empregadores”⁴⁰, concomitante ao processo de construção do princípio familiar dentro da empresa.

A ideia de família é um ponto tanto quanto comum em diversas empresas. Pirelli, Rhodia, Fábrica Nacional de Motores, Nitro Química dentre outras são bons exemplos de indústrias que buscavam o compromisso no chão da fábrica, como a harmonia fabril e a manutenção da produção.

Após o início do funcionamento da refinaria, a empresa procurou desenvolver uma política de bem-estar voltada para os seus funcionários. Empréstimos financeiros vinculados a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, assistência médica e manutenção salarial dos afastados se constituíram como uma ferramenta para o planejamento de ações específicas no campo social.⁴¹ Baseada em seus estatutos, a

³⁸ FRENCH, John. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Caetano, Editora Hucitec (Prefeitura de São Caetano do Sul), 1995, p. 71.

³⁹ Idem.

⁴⁰ FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997, p. 52.

⁴¹ Relatórios e Balanços das Atividades de 1956 da Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A.

Refinaria União deveria destinar 3% dos seus lucros líquidos para a criação e desenvolvimento de forma racional de um Fundo de Assistência Social que, por sua vez, resultou na formação de associação civil a ser dirigida pelos próprios empregados. Como condição de instalação a diretoria fixou uma resolução que aprovou as diretrizes gerais a serem prestadas aos empregados e seus respectivos beneficiários, como cônjuges e filhos⁴².

Buscando uma segurança aos riscos sociais e aos “desajustamentos” da ordem econômica dos trabalhadores e seus dependentes, a associação civil se constituiu tendo como princípio de ação oferecer assistências educativas e preventivas no que tange à economia familiar, devendo pautar-se nos pensamentos da comunidade fabril e principalmente da empresa, tendo com enfoque melhorar os rendimentos da produção.⁴³

As atividades da associação se estabeleceram em quatro eixos: assistenciais, educativos, educativos – assistenciais, orientação e readaptação profissional. O primeiro versa sobre a assistência econômica através de empréstimos e benefícios complementares do Seguro Social, assistência jurídica compreendendo registros civis, casamentos, legalização de documentos e benefícios de previdência. Os educativos tinham como enfoque o exercício associativo como grêmios, festividades, ações esportivas, recreativas, artísticas e culturais, além da formação e aperfeiçoamentos como cursos e bolsas de estudos. Já os educativos - assistenciais concentravam-se na alimentação e assistência médica preventiva, tendo como perspectiva a promoção de uma orientação profissional dos empregados e suas famílias acerca da necessidade dos serviços médicos preventivos de diagnósticos e tratamento⁴⁴.

Por fim, a empresa chamava a atenção para a questão da orientação e readaptação profissional, destacando a possibilidade da manutenção salarial dos petroleiros que tiveram redução do rendimento de trabalho, readaptação em novas funções dos trabalhadores que sofreram acidentes ou se invalidaram para as funções

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

que desempenhavam anteriormente, proporcionando segurança e estabilidade no padrão de vida das famílias dos empregados acidentados e fortalecendo a estabilidade dos trabalhadores sem prejuízo da produtividade⁴⁵.

Em 1957 tomou-se forma e deu-se início ao processo de aplicação desta política com convênios médicos, cursos técnicos, assistência financeira empreendidas pela empresa. Ao tomarmos, como exemplo, a assistência médica, notamos o sucesso que a associação civil teve no meio operário. Dos que se inscreveram como beneficiários do convênio com o Hospital Modelo em São Paulo, temos 544 empregados de Capuava e São Paulo, 978 dependentes entre esposas e filhos e 156 outros beneficiários, totalizando 1.687 pessoas⁴⁶.

Outra categoria que merece destaque é educação na qual a Refinaria desenvolveu duas frentes de atuação, embora a empresa demitisse operários do setor de processamento que não possuíam o curso ginásial⁴⁷. A primeira destas frentes era voltada para os filhos dos petroleiros, com bolsas de estudo para o Colégio Nova Friburgo, mantido pelo Fundação Getúlio Vargas – FGV, e cursos de inglês. Já para alguns trabalhadores foram oferecidos cursos de administração pela FGV e cursos na Associação Brasileira para a Prevenção de Acidentes, no Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, no Serviço Social da Indústria – SESI e no Serviço Social do Comércio – SESC. E para dois técnicos graduados foram ofertados o curso de refinação da Petrobras.⁴⁸

É difícil apontar os conteúdos dos cursos, os seus participantes e a frequência da oferta, contudo é importante destacar o papel desempenhado pelo IDORT e pelo SESI na consolidação das formas de trabalho na indústria, ao mesmo tempo que, devido ao caráter destas instituições, é possível afirmar que a oferta dos cursos fosse restrito a uma pequena parcela de trabalhadores, muito provavelmente aqueles que possuíam cargos de chefia ou os que tinham, na área de trabalho, um grande corpo de trabalhadores para administrar.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Relatórios e Balanços das Atividades de 1957 da Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A.

⁴⁷ Comunicado, 18/07/1957, APESP/Deops, Dossiê 50-B-265, fl. 27.

⁴⁸ Relatórios e Balanços das Atividades de 1957 da Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A.

Ambas as instituições, IDORT e SESI, possuem em sua criação um objetivo em comum, assim como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. A racionalização do trabalho foi parte fundamental na organização dos espaços produtivos nas indústrias brasileiras. Patrocinadas pelos empresários, estas instituições surgiram “afirmando o papel central da competência técnica assim como seu acesso privilegiado a ela”. Para Bárbara Weinstein “os industriais tentavam salvaguardar e aumentar sua autoridade dentro da fábrica e arrogar a si a competência para a elaboração de políticas e programas públicos”⁴⁹.

Embora ambas as instituições mantivessem um intenso processo de reformulação de suas ideias, elas desempenharam valiosa função, seja na organização do trabalho, para o IDORT, ou, no caso do SESI, “fomentar a cooperação entre as classes e a paz social como forma de combate ao comunismo”⁵⁰.

No ano de 1958 a associação civil da refinaria foi transformada na Sociedade Beneficente Petróleo União – SBPU, congregando todas as ações sociais da empresa. Ao consolidar as ações desenvolvidas em uma sociedade própria, com maior autonomia e liberdade, a empresa consolidou o capitalismo de bem-estar.⁵¹ Assim, com o desdobramento deste novo espaço de atividades, a empresa ampliou a capacidade de funcionamento da Sociedade. Além da assistência médica dentro do espaço de trabalho, com médicos e enfermeiros e, também do convênio com o Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo, a SBPU consolidou a política de empréstimos para a aquisição de moradias pelos seus trabalhadores.

Ao moldar a assistência nessa estrutura, a Refinaria procurou se resguardar das adversidades que o trabalho do setor petrolífero e a ação do próprio movimento sindical poderiam ocasionar. Ao se cercar de prudência e, de certa forma, cuidar da vida dos trabalhadores fora da fábrica, a empresa se constituiu como uma benfeitora, uma protetora que compreende os trabalhadores como cooperadores e auxiliares que com sentido de equipe objetivariam o crescimento da empresa.

⁴⁹ WEINSTEIN, Bárbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo, Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000, p. 21.

⁵⁰ Ibidem, p. 134.

⁵¹ Relatórios e Balanços das Atividades de 1958 da Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A, p. 09.

Utilizando-se dos mais diversos mecanismos de controle, a Refinaria arregimentou um cenário que proporcionou a formação, na visão do patronato, de um ambiente familiar. Em um discurso, decorrente da visita do Marechal Henrique Teixeira Lott em 1958, o presidente da Refinaria União, Alberto Soares Sampaio pontuou essa relação:

Não me alongarei na enumeração das unidades que Vossa Excelência vai visitar, mas quero referir que nesta casa trabalha uma verdadeira família unida pelos mesmos ideais e pelos mesmos laços fecundos da solidariedade humana. Assim é que aqui, por conta dos nossos estatutos, todos os que aqui labutam participam dos lucros da empresa e têm assegurado um vasto plano de assistência médico-social, inclusive alimentação sadia e habitação. Esperamos que em breve espaço de tempo, a maior parte dos nossos empregados esteja morando em casa própria, graças ao auxílio da companhia.⁵²

Pensar a ideia de família, dentro da relação patrão/operário, é um dos pontos fundamentais para compreender determinadas políticas no espaço fabril. Paulo Fontes estudando os trabalhadores da Nitro Química nos mostrou como a construção da ideia de uma grande “família nitrina” foi determinante no processo de controle da empresa em relação aos seus operários. Para o autor “a constante alusão a ideia de uma grande família como forma de representação da empresa servia para reforçar as bastantes frequentes relações pessoalizadas entre chefias e operários na Nitro”⁵³.

Este expediente também se apresentava no discurso de Alberto Soares Sampaio ao deixar claro o caráter familiar da empresa, ungida pelos laços da solidariedade humana e pelo desempenho da política de bem-estar.

Há uma constância na constituição e manutenção de um ambiente familiar dentro da refinaria. Era interesse da empresa que atmosfera laboral se mantivesse apaziguada e que o movimento sindical se mantivesse afastado dos portões da empresa.

Para Ferenc Szabadi, operário da divisão de engenharia, até a eclosão da greve de encampação, a “Refinaria era uma família muito saudável principalmente até

⁵² Discurso de Alberto Soares Sampaio. MEDICI, op. cit., p. 74.

⁵³ FONTES, op. cit., p. 48.

a primeira greve”⁵⁴. Para alguns trabalhadores, as relações cotidianas de trabalho eram colaborativas e permeadas de amizades. Como afirma Antônio Gomes de Melo a chefia era “aberta e complacente”⁵⁵. O ambiente de trabalho entre os petroleiros, a Refinaria e a SBPU era

a melhor possível, porque era lá que eles quando tinha algum problema, tinha empréstimo, tinha a enfermaria se caso tinha algum problema durante o expediente eles iam lá, e a gente tinha um relacionamento muito bom e o relacionamento de trabalho era muito ligado ao departamento pessoal que era assim próximo⁵⁶.

As relações laborais e humanas foram cruciais para o processo de fomento de um ambiente propício para o controle dos vínculos trabalhistas. Saber que o trabalhador possuía um espaço de amparo e auxílio para as necessidades do cotidiano faz com que a tensão entre empregados e empregadores diminuísse. A SBPU para os petroleiros, na visão de Neusa Voltolini, era um apoio fundamental nos mais diversos espaços, tanto na fábrica como fora dela.

Eu acho que era um apoio que eles tinham, lá quando eles precisavam de assistência médica, tanto para eles como para a família era sempre lá que eles iam. Inclusive teve um cozinheiro que tinha uma irmã, moça, que ficou muito doente, que acabou falecendo e, eu me lembro, do apoio que foi dado. Nós fomos ao velório, pela Refinaria mesmo, tinha uma assistente social que ficava em São Paulo [...], a Dona Wanda. Ela acompanhou toda a família, eles davam um apoio muito grande nesta parte, era uma coisa muito humana que tinha entre os funcionários e a SBPU⁵⁷.

Tanto o método construtivo do princípio familiar como a proximidade no ambiente de trabalho entre a chefia e os operários, além da SBPU, consistiam de forma interligada na principal política da empresa, sendo necessários para o processo de dominação pretendido e para o afastamento do movimento sindical.

Assim a extensão do campo de atuação da associação resultou no desenvolvimento de um ambiente que acabou proporcionando, para a empresa, ganhos não apenas financeiros, mas morais e políticos.

⁵⁴ Depoimento de Ferenc Szabadi. MEDICI, op. cit., p. 95.

⁵⁵ Depoimento de Antonio Gomes de Melo. Ibidem, p. 107.

⁵⁶ Entrevista com Neusa Voltolini concedida ao autor.

⁵⁷ Idem

A Refinaria União vangloriava-se do resultado que a política empreendida acabou propiciando ao espaço fabril. Maior dedicação ao trabalho, melhor compreensão do “perfeito entendimento”, cooperação entre a direção e seus empregados e satisfação verificada em todos os trabalhadores⁵⁸. Assim, o capitalismo de bem-estar aplicado pela empresa arregimentou um contexto favorável que preparou o terreno para a adoção de uma proposta de fundação do Sindicato dos Petroleiros de Mauá, no início dos anos 1960.

A greve de 1957 no ABC e os trabalhadores do petróleo

A greve é parte integrante e essencial na luta cotidiana por melhores condições de vida e de trabalho e na luta incessante pela conquista e manutenção de direitos trabalhistas. É um instrumento de luta, uma ferramenta que o movimento dos trabalhadores se utiliza para alcançar as reivindicações propostas.

Mecanismo presente nas potencialidades do trabalho, a greve é constituída de um arcabouço de ações, desejos, anseios e estratégias de operários que enxergam na ação um instrumento primordial na relação patrão-empregado. Em seus ensaios sobre os trabalhadores Marcel van der Linden procurou definir a movimento como:

formas de luta, coerção e poder, nas quais um grupo de trabalhadores, agindo coletivamente, para de trabalhar para dar reforço a reivindicações econômicas, sociais e/ou políticas de interesse dos trabalhadores diretamente envolvidos e/ou de outro.⁵⁹

O conflito é iminente e é conectado às pressões pelas reivindicações. O poder de barganha dos trabalhadores com os empregadores pode se colocar a prova em forma de protesto. Aqui a união do operariado é uma peça crucial que compõe a engrenagem das formas de negociação, demonstrando força e organização.

Imbricadas no campo das disputas políticas e sociais, a greve é um espaço de mutações, seus objetivos podem variar de acordo com as necessidades. Assim, para

⁵⁸ Relatórios e Balanços das Atividades de 1957 da Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A.

⁵⁹ LINDEN, Marcel Van der. *Trabalhadores do Mundo: Ensaio para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 203.

Fernando Teixeira da Silva, “os motivos de uma greve não se confundem necessariamente com suas reivindicações, que podem ou não ser resolvidas com ou sem greve”⁶⁰.

Ao estudar o movimento operário em São Paulo, Hélio da Costa nos mostrou o poder das comissões de fábrica que surgiam, muitas à revelia do sindicato, na ebulição da realidade do chão de fábrica. Para ele,

as mobilizações de massa que, a cada momento, se impunham com mais força no panorama político do país no final do Estado Novo não eram resultado do acaso, pois os trabalhadores, de forma silenciosa e anônima, já vinham travando suas lutas nas fábricas. Essas iniciativas, que iam desde abaixo-assinados até greves prolongadas, passando pela constituição de comissões de greve ou de negociação, foram verdadeiros laboratórios, ensaios de lutas futuras⁶¹.

As organizações de base desempenham papel fundamental no arranjo dos operários nas unidades fabris. Próximas aos trabalhadores, essas comissões se inseriam como intermediadores do conflito entre patrões e empregados, sendo que, em muitos casos, “a verdadeira paralização do trabalho foi precedida de solicitações de operários organizados à gerência, originadas dentro da fábrica”. Novamente a organização, a coletividade e a consciência de classe se colocam à prova nas mediações nos ambientes de trabalho. Para John French,

esse comportamento contrastava marcadamente com a comunicação informal e por vezes indiretas do descontentamento à administração, que sempre fizera parte da vida dentro da indústria [...]. Esse tipo de mobilização pressupunha uma quebra da atmosfera de temor e intimidação que por tanto tempo permeara o local de trabalho⁶².

As paralizações se colocam a partir da análise da necessidade de radicalização por parte dos trabalhadores e dos sindicatos (se for o caso), para que alcancem a pauta reivindicada ou parte dela.

⁶⁰ SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-68. São Paulo: Hucitec; Santos; Prefeitura Municipal de Santos, 1995, p. 94.

⁶¹ COSTA, Hélio da. *Em busca da memória*: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995, p. 5.

⁶² FRENCH, op. cit., p. 158.

Do início dos anos 1950 até o golpe de 1964, os trabalhadores brasileiros se viram em uma forte movimentação, uma ebulição operária que resultou em um dos capítulos mais instigantes da História do Brasil Republicano. Marcelo Badaró Mattos é pontual ao afirmar que

é justamente no período da segunda metade dos anos 50 e primeiros anos da década de 1960 que a curva de movimentos grevistas toma um rumo ascendente significativo, com saltos sucessivos no número de paralisações, que configurou uma das fases mais dinâmicas do movimento operário brasileiro.⁶³

A greve de outubro de 1957 ou dos 400 mil, como ficou conhecida, faz parte deste período de intensa efervescência na política operária brasileira. Para Antônio Luigi Negro, o movimento de 1957 “culminou no processo de reaparecimento da greve do pós-guerra e de sua massificação, conseguida com a greve dos 300 mil em 1953” e acentua que a “greve dos 400 mil foi a mais exitosa jornada de lutas com ares de greve geral entre 1945 e 1964”⁶⁴.

A década de 1950 foi marcada por uma forte retração do poder de ganho dos trabalhadores devido ao processo inflacionário. O custo de vida nos centros urbanos crescia vertiginosamente e para Paulo Fontes,

os salários eram as principais vítimas daquela aceleração inflacionária. O incremento da produtividade do trabalho, fortemente sentida pelos trabalhadores, não era acompanhado pela remuneração operária, contribuindo para um efetivo agravamento de suas condições de vida⁶⁵.

Desta maneira a carestia de vida, que atingia fortemente os trabalhadores, era um dos principais pontos de pauta nas negociações entre estes e os patrões. Além da reposição da inflação nos aumentos salariais, os operários defendiam o congelamento

⁶³ MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964) in *Revista Brasileira de História*. São Paulo. vol. 24, nº 47, 2004, p. 243.

⁶⁴ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo, Boitempo, 2004, p. 79.

⁶⁵ FONTES, Paulo. Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo: A greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores e São Paulo in FORTES, Alexandre et. al. *Na Luta por direitos*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999, p. 149.

de preços dos gêneros alimentícios. Murilo Leal chama a atenção para a complexidade do movimento:

a greve de 1957, portanto, confluía a revolta contra o desemprego, a percepção do aumento da inflação e da necessidade de repor as perdas salariais, a experiência da super exploração da força de trabalho e da escassez de gêneros de primeira necessidade, carregando a atmosfera de tensão⁶⁶

Um dos pontos para compreendermos a intensidade do movimento de 1957 é entender o caráter da organização coletiva de trabalhadores, congregados em diversas categorias como os metalúrgicos, têxteis, mestres e contramestres das tecelagens e fiação, gráficos, vidreiros, químicos, trabalhadores nas indústrias de papel e papelão, de curtumes e refino de açúcar⁶⁷, mostrando as possibilidades da união classe operária.

Seja em torno de alianças intersindicais ou de forma enraizada nos sindicatos, com acordos entre estudantes e operários, a greve de 1957 foi um episódio que transpôs as fronteiras da cidade de São Paulo, evidenciando, no caso, sua natureza metropolitana. Não somente na capital paulista, mas também na região do ABC, após a eclosão da parede na capital, “as demonstrações de solidariedade de outras entidades sindicais e movimentos sociais, bem como da população em geral eram crescentes”⁶⁸.

Tomados pela iniciativa grevista e inflados pelo movimento, os trabalhadores da construção civil da cidade de Mauá, impedidos de trabalhar pelos piquetes, se aglomeraram em frente à estação de trem da cidade em solidariedade aos paredistas. Composto por cerca de mil pessoas, o ato foi contido pelas lideranças comunistas, destacando que a luta na greve pertencia aos setores têxteis, químicos e metalúrgicos e que os trabalhadores da construção civil deveriam retornar aos postos de trabalho, pois sua data base de reajuste não coincidia com a dos grevistas⁶⁹.

⁶⁶ PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2011, p. 267.

⁶⁷ Ibidem, p. 268.

⁶⁸ FONTES, op. cit., p. 156.

⁶⁹ Informação Reservada, 21/07/1957, APESP/ Deops, Dossiê Delegacias do Interior – Mauá, Doc. 2, fl. 1.

Definidas as pautas de reivindicações, a forma de coordenação das atividades e, por fim, a efetivação da greve, os operários e as lideranças se voltam para a ação. Dentro do movimento de parede, as táticas empreendidas pelos grevistas podem variar de acordo com o caráter e das necessidades da mobilização.

Em seu ensaio sobre os trabalhadores, Linden nos mostra diversas possibilidades que os grevistas podem utilizar como método de confronto durante o movimento. As práticas de contestação podem se constituir por uma paralisação dos turnos das empresas, fugas, suspensão de serviços, boicotes, destruição da produção, sabotagens, diminuição da produção e os piquetes⁷⁰. Dentro destas perspectivas de ações é importante frisar que os atos possuem como finalidade provocar e atingir a classe patronal e/ou o Estado.

Na cidade de Santo André, alguns integrantes do Comitê da Zona da Borda do Campo, como Joaquim Martes, Philadelfho Braz, José Improta e Euclides Sturzenegger, estes dois últimos representantes do setor químico, se reuniram na sucursal do jornal *Notícias de Hoje* para receber ordenações do Partido Comunista do Brasil – PCB, no que tange o processo de movimentação para a organização dos trabalhadores no município. O dirigente Donoso Vidal orientou-os a comparecerem à assembleia dos químicos da companhia francesa Rhodia Química, do dia 16 de outubro, para incitar os trabalhadores a decretarem greve, com início na manhã seguinte, dizendo-lhes que seria somente com o movimento paredista que o aumento pretendido seria conquistado.⁷¹

No dia 17, três dias após o início da greve em São Paulo, os piquetes receberam uma comissão dos trabalhadores gráficos “agitadíssimos de moral e animo” que sugeriram a divisão dos 1.500 operários em duas turmas, resultando em uma abrangência maior nas ações de parar as indústrias. Desta maneira, ao dividirem o movimento, podiam crescer as chances de sucesso.

⁷⁰ LINDEN, op. cit., p. 195-202.

⁷¹ Comunicado, 18/10/1957, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265-39, fl. 39.

Ao pararem as empresas Firestone, Pirelli, Isam e Cofap, grandes indústrias entre Santo André e Mauá, os piqueteiros objetivaram também paralisar a Refinaria União, no bairro de Capuava⁷², que, de acordo com o relatório da polícia,

nutrindo a expectativa de um bom resultado [...], deveriam os piqueteiros – “com maior número de operários na rua” - tocar a vez de parar a Refinaria Capuava. Sim, recomendaram levar “pedaços de pau” e “pedras”, para represálias “por parte de patrões” ou de “operários contrários”⁷³.

De acordo com Negro, os piquetes podem ser constituídos de duas formas. Assentar piqueteiros em frente aos portões ou nas proximidades das empresas para “medir forças com a repressão e com os fura-greves, atitude geralmente verificada na entrada, nas trocas de turno e nos retornos das refeições, aquelas feitas na rua”. A outra forma analisada se compunha na perspectiva de “passar depois da entrada para o serviço e buscar tirar para fora os que estivessem dentro”⁷⁴, procurando sempre atrair o máximo possível de trabalhadores para a paralização.

Para Marcelo Badaró, os piquetes tinham “um valor estratégico que iam além, servindo de ponto de contato entre o comando e os grevistas e de instrumento de esclarecimento da população em geral sobre as motivações da greve”⁷⁵. O piquete que se dirigia a Refinaria tinha como líder o petroleiro José Improta que entendia que a tentativa de parar a Refinaria de Capuava deveria ser levada a “efeito na troca dos turnos, por volta das 14 horas”, momento propício para o contato com o maior número de petroleiros possível⁷⁶.

Conhecedor da dinâmica dos trabalhadores nas trocas de turno e vendo que a concentração de piqueteiros diminuiu, além da presença da Força Pública do Estado, José Improta e outras lideranças decidiram suspender a ação na Refinaria, sendo que estes deveriam se concentrar no Sindicato dos Metalúrgicos em Santo André para organização dos próximos eventos.

⁷² Idem.

⁷³ NEGRO, op. cit., p. 103.

⁷⁴ Ibidem, p. 92.

⁷⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos sindicalismos* (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p.186.

⁷⁶ Comunicado, 18/10/1957, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265-39, fl. 39.

No mesmo dia, na sucursal do jornal *Notícias de Hoje*, o líder comunista Joaquim Martes se dirigiu aos presentes e destacou a assembleia dos metalúrgicos, que ocorreria na manhã seguinte e a possível deflagração de greve. Martes frisou ainda a extrema necessidade da suspensão das atividades na Laminação Nacional de Metais e na Refinaria União, empresas chaves para a paralisação e sucesso do movimento, além de destacar a indispensabilidade de que os piqueteiros se armassem de “armas de fogo, armas brancas, pedaços de ferro e paus ou pedras, pois estes encontrariam forte repressão policial”⁷⁷.

Embora os trabalhadores químicos das principais indústrias da região estivessem em greve, como a Rhodia e a Rhodiaceta, os petroleiros da Refinaria União não estavam. “Ponto de honra” para os grevistas, as empresas que eram ligadas de alguma forma ao Estado e que estavam ancoradas na aliança empresarial – policial, visto que a Lei de Segurança Nacional as enquadrava sob sua proteção, não tiveram sua produção paralisada⁷⁸.

De fato, os trabalhadores da Refinaria União não pararam a produção porque não tinha motivos. Em reunião na residência de Sebastião Alves de Paula antes das paralisações, os comunistas Nicolau Assef, Alberto Zamignani, José Improta e Luiz Pavanelli debateram os assuntos referentes ao movimento operário na região. O anfitrião destacou o aumento salarial que a Refinaria proporcionou aos petroleiros, evidenciando a questão dos operários da construção que não tiveram aumentos⁷⁹, ao mesmo tempo que dentro da empresa o desenvolvimento de uma política de bem-estar já se tomava forma.

José Improta descreveu os aumentos proporcionados pela empresa. Os operadores receberam até 5 mil cruzeiros de aumento, os primeiros operadores receberam 4 mil cruzeiros, os segundos 3.400, os ajudantes 1.000 e os assistentes, que recebiam 13 mil, passaram a receber 18 mil. Os operários da manutenção obtiveram entre 1.000 a 5.000 de aumento, os da zeladoria receberam 500 cruzeiros de reajuste. Para a seção da construção os operários passaram a receber 3.431 com

⁷⁷ Comunicado, 18/10/1957, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265-39, fl. 39.

⁷⁸ NEGRO, op. cit., p. 107.

⁷⁹ Relatório, 16/09/1957, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265-39, fl. 34.

desconto do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI frente aos provimentos de 3.700 anteriores.⁸⁰ Com a antecipação dos reajustes salariais pela empresa, a mesma acabou dissolvendo quaisquer possibilidades de movimentação grevista, pois não existia motivo para que os petroleiros entrassem em greve ou paralisassem a produção por um aumento salarial, embora estes fossem diferentes entre os setores da empresa

A luta era pelo aumento de 45% dos salários das categorias grevistas. José Improtta em reunião da fração sindical do PCB em Santo André, meses antes da eclosão da greve, defendia a formação de comissões nas empresas e sindicalização para a maioria dos trabalhadores, reafirmando constantemente, no chão de fábrica, o aumento inegociável de 45% nos salários.⁸¹

O fim da greve no ABC foi diferente do movimento da capital. Embora ambas as atividades constituíssem a greve de outubro de 1957, os desfechos foram díspares. Quanto em São Paulo o “piquete-monstro” da Alpargatas mostrou a força de luta e organização coletiva da massa dos operários grevistas, com o término da greve os jornais cotavam “o clima festivo e de júbilo” dos trabalhadores, no ABC as negociações com os patrões para os reajustes salariais se colocaram sob a prova de força⁸².

O movimento grevista fincou raízes com a vitoriosa experiência dos trabalhadores, tanto em São Paulo como na região do ABC. O piquete, ferramenta essencial para a greve, conduziu a massa de operários na concretização da amplitude da ação paredista, “os piquetes refletiam a presença de delegados sindicais, de comitês e células de fábricas, tanto quanto uma existência entre o local de moradia e de trabalho”⁸³. No caso da Refinaria União, os delegados sindicais e os comitês de fábrica interligados entre si em um sentido único: a *Célula 33*.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Relatório, 20/08/1957, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265-39, fl. 31.

⁸² NEGRO, op. cit., p. 113 e 117.

⁸³ NEGRO. Antonio Luigi Negro. FONTES, Paulo. Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia in AQUINO, Maria Aparecida. MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme. SWENSSON JÚNIOR, Walter Cruz. *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado. Imprensa Oficial, 2001, p. 174.

O Comitê da Zona da Borda do Campo e a Célula 33

Como forma de organização e congregação dos comunistas no ABC, o PCB formalizou a constituição de um comitê que reunisse as principais lideranças comunistas e sindicais da região. O Comitê da Zona – CZ foi concebido como importante mecanismo de sistematização da política do partido na região, unindo as ações das células de fábrica, do Pacto de Unidade Intersindical do ABC, o PUI –ABC, da formação de um Frente Nacionalista e da constituição do Centro Popular de Cultura – CPC.

No tocante ao CZ e ao movimento sindical no ABC, a Declaração de Março⁸⁴ de 1958 do PCB foi fundamental para a intensificação dos debates políticos-sindicais, no que se refere aos sindicatos da região e também às categorias que não possuíam entidades próprias, como é o caso dos petroleiros de Mauá. Para Santana, a nova linha política pecebista foi “um marco importante na medida que consolida uma alteração de orientação e abre no flanco de acirramento das disputas internas”⁸⁵. Desta forma a mudança da linha política impactou na ação sindical dos comunistas no ABC, tendo a estrutura do CZ alterada.

Inicialmente concebido apenas como Comitê de Zona, o CZ mudou de terminologia para especificar os espaços compreendidos pela representação, passando a denominação de Comitê da Zona da Borda do Campo. Carlos Marighela, representante do Comitê Central – CC - do PCB em reunião com os militantes abecedenses, respondeu a indagação de José Improta acerca da mudança de nome, “Antigamente os municípios eram divididos em zonas e sendo assim o nosso trabalho no ABC estava errado”. Mostrando a organicidade do CC, Marighela então explanou a nova formatação, de “Paranapiacaba, Santo André, São Bernardo do Campo, até a Estação Ferroviária do Ipiranga passa a denominar-se Comitê da Borda do Campo, e

⁸⁴ Para uma análise ampla sobre a ação política do PCB no período, ver: SILVA, Fernando Teixeira da Silva; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964) in FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical* (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 102-140.

⁸⁵ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Unirio, 2001, p. 33.

cada um desses municípios terá um dirigente para melhor coordenar os trabalhos do Partido”.

Ao dirigente de Santo André caberia cuidar da logística partidária, tendo como atribuições prover as orientações do Partido, enviar os informes para as outras bases, remetendo as ações aos organismos superiores⁸⁶. Embora a decisão de mudança tenha partido do Comando Central, a deliberação final ficou com as organizações de base do CZ, sendo aprovado pelos presentes.

Com a consolidação da nova organicidade do CZ e dos militantes que o compunha, as questões inseridas pela Declaração de Março de 1958 foram colocadas em prática pelo comitê. Reunidos na sucursal da Livraria das Bandeiras, as principais lideranças do CZ debateram as ações a serem realizadas pelo PCB na região. Rolando Fratti, ao conduzir os trabalhos, pontou as ações a serem desenvolvidas pelo Partido, afirmando que “o nosso partido resolveu pôr em prática a nova tática que consiste em: infiltrações em todos os partidos políticos, sindicatos, associações, federações e em todos os setores, ampliando as bases existentes e criando outras”.⁸⁷

A formação de células comunistas era fundamental para a organização dos trabalhadores como “ pilar de sustentação aos avanços comunistas na ocupação de espaços na estrutura sindical oficial”⁸⁸. Estes organismos tinham como função primeira arregimentar o movimento operário na sua base. Ao fazer este trabalho de base, se subordinavam ao CZ, remetendo a ele as ações praticadas e tendo como enfoque a sindicalização dos operários, a propaganda política, a filiação de novos militantes para o PCB .

A Refinaria União, como muitas empresas da região, tinha seu corpo de base comunista. A *Célula 33*, número de identificação atribuído aos militantes dentro da

⁸⁶ Comunicado, 19/05/1958, APESP/Deops, Dossiê 30-B-231, fl. 333.

⁸⁷ Um dos casos mais emblemáticos na região, embora em outro período, foi a candidatura ao cargo do executivo municipal da cidade de Santo André do dirigente comunista Armando Mazzo. Para se candidatar nas eleições de 1947, Mazzo pleiteou o cargo através do Partido Social Trabalhista – PST. Os candidatos de Prestes, Mazzo e mais treze vereadores eleitos, mas impedidos de tomarem posse. Para análises sobre a questão, ver: COSTA, op. cit.; FRENCH, op. cit.; MEDICI, Ademir. *9 de novembro de 1947: a vitória dos candidatos de Prestes*. Santo André, 1990; MAZZO, Armando. *Memórias de um militante político e sindical no ABC*. São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, Serviço de documentação da História Local, 1991.

⁸⁸ SANTANA, op. cit., p. 93.

refinaria de acordo com a polícia, teve em sua formação inicial a ação de Olinto Bonfim dos Santos, Bonifácio Jasiunas e Sebastião Alves de Paula. Vale destacar que existiam outros integrantes neste organismo de base, como José Improta, José do Amaral e Benedito Lucio do Santos. Entretanto, o trabalho comunista no chão de fábrica se constituiu a partir dos três primeiros citados. Estes integrantes tinham em comum serem prestadores de serviço, por meio de empreiteiras, para a Refinaria União⁸⁹.

Em reunião na casa de Onésimo Maria da Silva, dirigente do Sindicato dos Químicos de Santo André, os integrantes da *Célula 33* relataram para Waldomiro Ament, assistente do CZ, os problemas do trabalho de base na refinaria. Denunciando as adversidades do ofício nas empreiteiras, Sebastião Alves de Paula constatou a precariedade do serviço nestas firmas, como a falta de registro, ausência do direito a férias, cumprimento de horas extras e não pagamento de indenizações. Já Olinto Bonfim, outro empregado de empreiteira, recém demitido sob a justificativa de fim de empreitada, embora destacasse o bom começo do Partido na refinaria, com resultados iniciais satisfatórios, ressaltou a extrema necessidade de uma sindicância do Partido para apurar o desmantelamento do trabalho de base da célula, denunciando a figura de Paulo Vieira Passos, que na visão dos integrantes da reunião era um agente do Departamento de Ordem Pessoal e Social – DOPS⁹⁰.

Tendo o emprego nas empreiteiras como aspecto comum entre os militantes, a célula na refinaria poderia sofrer com a constante troca de mão de obra nestas empresas. Esta característica implicava uma possível desarticulação do trabalho de base. Ao término do trabalho contratado, as empreiteiras podiam se desligar da empresa contratante, acarretando na perda das atividades desenvolvidas, ou demitindo os militantes sob a alegação de trabalho comunista, como é o caso de Sebastião Alves de Paula.

Este trabalhador em reunião da célula, além de relatar a ineficiência na arrecadação da organização, informou que ao término do serviço em execução, seria

⁸⁹ Comunicado, 04/05/1957, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265, fl. 5.

⁹⁰ Comunicado, 13/05/1957, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265, fl. 8.

despedido devido as atividades de militância, apontando, por fim, a desunião dentro do Partido acerca da incapacidade de suprimir as perseguições políticas. Olinto Bonfim, já demitido, embora desejoso de um retorno à refinaria, não obtinha sucesso, indagando José Improta da sua incapacidade de colocá-lo novamente na empresa⁹¹.

O trabalho de base da *Célula* 33 foi permeado de problemas. Demissões dos militantes, a falta de contribuição ao partido e perseguição aos trabalhadores sindicalizados foram algumas das barreiras que os comunistas tiveram que transpor para a tentativa de sucesso da organização comunista na refinaria. Pedro Klina, por sua vez, apontou a ingerência do Partido no seu cotidiano na empresa o que acarretou na sua demissão, a perda de uma promoção, tudo isso devido ao seu histórico de militância no PCB.

Tentando sua recontração por intermédio de um diretor da empresa, Klina relatou a perseguição aos operários sindicalizados, reivindicando uma ação imediata do Partido com relação ao sindicato. Ao mesmo tempo, Improta ponderou a reclamação de Pedro Klina e Sebastião Gentil, este demitido por não ser alfabetizado, ressaltando que outros trabalhadores, sindicalizados ou não, também eram demitidos rotineiramente da empresa⁹², com exceção do próprio Improta que ainda compunham o quadro de trabalhadores da refinaria.

Com as demissões, o trabalho de base comunista se desarticulou e Ladislau Pauloski evidenciou em reunião a ineficiência do partido na refinaria. Para o militante

por incrível que pareça o Partido Comunista do Brasil na Refinaria não passa de mera fantasia. Ali há elementos, mas não há trabalho de massa e nem recrutamento de novos elementos para o Partido. Não se justifica em hipótese alguma, esse comodismo dos companheiros numa indústria tão importante como é a Refinaria de Petróleo União⁹³.

De acordo com o comunicado da política política baseado em informações provenientes de infiltrado, José Improta respondeu prontamente as críticas de Pauloski, afirmando que o trabalho de sindicalização estava sendo “bem colhido pelos

⁹¹ Comunicado, 18/05/1957, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265, fl. 28.

⁹² Ibidem, fl. 27.

⁹³ Comunicado, 16/10/1957, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265, fl. 38.

operários” e que o sucesso do movimento operário no ABC se basearia na união dos trabalhadores.⁹⁴

Estas duas opiniões evidenciam o conflito existente na *Célula* 33. Com a desarticulação, devido às demissões, a estrutura da base comunista foi alterada em sua constituição de acordo com a determinação do Partido. Guido Poianas, representante do CZ, asseverou que José Improta, novo secretário de agitação e propaganda, passaria a controlar todo o material de propaganda política e sindical que entrasse na empresa, sempre se ligando ao tesoureiro e, por fim, convocaria as reuniões quando solicitadas pelo Partido. José do Amaral, como primeiro tesoureiro, reteria as finanças para o Partido, congregando as contribuições espontâneas e vendas de materiais, como as rifas e o jornal Notícias de Hoje. Sebastião Alves de Paula seria o segundo tesoureiro. Ladislau Pauloski, como procurador e os demais integrantes como, Benedito Lucio dos Santos e Waldemar Felipe Lima, comporiam o Conselho Deliberativo⁹⁵.

O sindicato dos comunistas para os petroleiros

Acerca do sindicatos, federações e associações os militantes pecebistas procuraram entrar nas fileiras dessas entidades, fazendo os trabalhos de base e fincando raízes nas categorias mais ativas do sindicalismo da região. Nas empresas a tática empreendida era a de criação de novas entidades de classe. Foi nesse interim que, em reunião da fração sindical dos químicos de Santo André, debateu-se a questão da fundação da “Associação dos Trabalhadores nas Indústrias de Destilação e Refinaria de Petróleo” no município de Mauá⁹⁶.

A fração sindical dos Químicos reunia as principais lideranças das células das empresas do ramo químico, como Benvindo Mazzo da indústria Anderson Clayton, José do Amaral, José Improta, ambos da Refinaria União e Luiz Gonzalez, da Rhodia. Além destes, a fração podia ter representantes do Sindicato dos Químicos e do Comitê de Zona.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Comunicado, 30/06/1958, APESP/Deops, Dossiê 30-B-163, fl. 330.

Em reunião para debater a formação da associação dos petroleiros, Alberto Zamignani, dirigente do CZ, apontou as deliberações do PCB sobre a formação da nova entidade classista. A formação da associação foi apreciada por todos os presentes na reunião, as tarefas foram distribuídas e foi formada uma comissão organizadora constituída por Alberto Zamignani, José do Amaral, Benvindo Mazzo, Romão Mariano, José Improta, João Pereira dos Santos, Antonio D'Angelles e Pavel Toth. Ela tinha como objetivo a elaboração dos estatutos da associação, coleta de finanças, entrar em contato com “elementos de prestígio” junto ao Governo Federal para que a associação fosse transformada em Sindicato ainda no ano de 1958 e convocar alguns petroleiros para as reuniões de formação da entidade⁹⁷.

A constituição de uma instituição própria para petroleiros tinha como ponto fundamental o fortalecimento do PCB e da militância, não apenas na Refinaria União, mas também na própria cidade de Mauá. Assim, “com o aumento de influência sobre uma fatia considerável do movimento operário, o partido utiliza cada vez mais tal inserção como ponto de apoio para obtenção de seus objetivos mais amplos”⁹⁸.

Desta forma ao criarem uma associação e, posteriormente, um sindicato, os petroleiros e o PCB estabeleceriam uma relação mais forte e profícua com os próprios trabalhadores do petróleo, amparando as ações do partido no município de Mauá.

Os ativistas e os sindicalizados teriam, em teoria, um respaldo mais incisivo e concreto nas demandas. A conexão entre dirigentes e os sindicalizados se baseariam nas relações de trabalho, na presença real da direção no trânsito entre a chefia e os operários, nas rodas de conversa, nas trocas de turno e nos mais variados espaços de sociabilidade. A associação dos petroleiros representaria exclusivamente os trabalhadores do petróleo, cortando-se o intermediário, ou seja, aqueles que mediavam as demandas e levavam-nas ao sindicato único, no caso, o Sindicato dos Químicos, entretanto essa proposta não foi levada a cabo, morrendo no campo das ideias.

O Sindicato dos Químicos, a Célula 33 e José Improta

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ SANTANA, op. cit., p. 100.

Para os militantes das células no chão de fábrica, a hierarquia se consolidou na plenitude de ação dos primeiros secretários, nos quais tinham a responsabilidade de receber as orientações do CZ. Desta forma, o primeiro secretário concentraria as ações da militância fazendo com que as demandas e necessidades do Partido fossem desenvolvidas dentro das indústrias, congregando a base e ampliando os espaços de influência. Pensando o caso da *Célula 33* e os petroleiros, notamos uma maneira de ação do organismo de base, suas transformações e as funções que ela desempenhava na empresa, ou seja, a fisionomia do modo de operação da célula pecebista se adaptava conforme as necessidades do trabalho de base.

Para ponderar o trabalho da militância comunista na empresa, precisamos demarcar o seu espaço de atuação. A Refinaria União, no ano de 1958, possuía em seus quadros 540 funcionários⁹⁹, podendo variar de acordo com o período do levantamento, sem contar os trabalhadores das empreiteiras que podiam variar de acordo com a empreitada e não entravam diretamente no conjunto de trabalhadores da refinaria, embora os primeiros integrantes da *Célula 33* pertencessem às empresas contratadas. Sendo assim, a categoria dos petroleiros pode ser considerada pequena, se compararmos com outras classes.

Ao estudar os têxteis e metalúrgicos de São Paulo, Murilo Leal nos mostra a grande massa de trabalhadores e trabalhadoras destes ofícios. Para a primeira, o número de operários totalizava 98.138¹⁰⁰ e, a título de exemplo, destacamos a indústria de tecelagem São Paulo Alpargatas que em 1957 possuía cerca de 4.500 funcionários¹⁰¹. Para o caso dos metalúrgicos, Leal aponta que a categoria era maior, congregando 160.950 trabalhadores¹⁰². Outro ramo importante para a movimento operário eram os trabalhadores da construção civil que possuíam cerca de 80 mil operários¹⁰³.

⁹⁹ Relatório, 30/07/1957, APESP/ Deops, Dossiê Delegacias do Interior – Mauá, Doc. 6, relatório nº4, fl. 13.

¹⁰⁰ PEREIRA NETO, op. cit., p. 54.

¹⁰¹ NEGRO, op. cit., p. 114.

¹⁰² PEREIRA NETO, op. cit., p. 54.

¹⁰³ CORRÊA, Larissa Rosa. *A Tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011, p. 102.

Esses dados nos possibilitam balizar que os sindicatos destes ofícios tinham uma ampla base de operários e de trabalho sindical, com possibilidade de indicações de militantes sindicais e comissões de trabalhadores nas empresas, alargando a presença das entidades de classe no interior das indústrias.

Representados neste período pelo Sindicato dos Químicos do ABC¹⁰⁴, os petroleiros tinham na *Célula 33* uma forte ligação com a sua entidade de classe, uma ponte que possibilitava a recepção dos problemas na fábrica e as reclamações advindas dos trabalhadores. Especificamente neste período, o movimento sindical dos químicos e petroleiros se constituíram em uma teia de relações, diálogos, apropriações, ações e questionamentos que se baseavam na associação entre o sindicato, o Comitê de Zona, o PCB, a *Célula 33* e os petroleiros.

O elo de ligação entre estes grupos se dava pela ação do cripto-comunista¹⁰⁵ José Improta¹⁰⁶. Como secretário da célula e representante do sindicato¹⁰⁷, Improta transitava nos mais diversos grupos, com presença garantida em várias reuniões do CZ, nos atos políticos, nas greves, nos piquetes, nos encontros da formação e ação do Pacto de Unidade Intersindical do ABC¹⁰⁸, na constituição da Frente Nacionalista da região¹⁰⁹ e nos cursos de capacitação política proferidas pelo CZ.

De fato, sua presença nas atividades político-sindicais da região se fazia necessária. Improta, era um ativo “prestador de serviço” para o Serviço Secreto do Departamento de Ordem Política e Social¹¹⁰.

José Improta era o “agente reservado”, papel atribuído a ele pelo Deops desde 1955, sempre inserindo seu nome nos relatórios para “dar maior autenticidade aos mesmos”, de acordo com os documentos produzidos pela polícia. Com o advento do

¹⁰⁴ O nome oficial desta entidade era Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Mauá e Ribeirão Pires. Afins deste trabalho, usaremos a denominação usual de Sindicato dos Químicos do ABC.

¹⁰⁵ O termo “cripto-comunista” aparece na documentação analisada para se referir aos “falsos” comunistas, que prestavam serviços ao Deops.

¹⁰⁶ Comunicado, 02/03/1959, APESP/Deops, Dossiê 30-K-17, fl. 106.

¹⁰⁷ Informação reservada, 24/07/1958, APESP/Deops, Dossiê 50-B-103, fl. 9.

¹⁰⁸ Informação reservada, 19/01/1959, APESP/Deops, Dossiê 30-B-163, fl. 378.

¹⁰⁹ Comunicado, 12/02/1959, APESP/Deops, Dossiê 50-B-249, fl. 4.

¹¹⁰ Informação reservada, 04/05/1960, APESP/Deops, Dossiê 30-B-284, fl. 21.

governo golpista de 1964, se afastou do meio sindical abecedense, mas sempre atento ao serviço se encontrava a disposição para qualquer eventualidade¹¹¹.

Sua ação para com aparato policial do Estado lhe rendeu um crescimento no meio político e sindical do setor químico, chegando a compor a diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo¹¹². Após o golpe de 1964, foi nomeado interventor no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Farmacêuticas de Campinas e Valinhos¹¹³ e, alçou, inclusive, ao cargo de vereador na cidade de Paulínia¹¹⁴.

Evidente que sua ascensão se constituiu ao custo das atividades políticas dos outros militantes sindicais da região. Descrevendo a presença das lideranças, dos codinomes adotados, das interlocuções ocorridas nas reuniões e dos conteúdos dos cursos e de documentos, os seus relatórios, assim como de outros informantes¹¹⁵, foram fundamentais para que a vigilância e o controle efetuados pela polícia fossem efetivos e atuantes na fiscalização do movimento sindical.

Presente em todos os espaços possíveis e incentivador das mais diversas ações sindicais, José Improta fez com que a *Célula 33* se transformasse em um apêndice da sua atuação sindical, um trampolim dos seus desejos políticos. Desta forma, a célula ganhou formas que perpassaram a função de organizar e sindicalizar os trabalhadores do petróleo, talvez por isso que o trabalho do organismo do PCB não tenha efetivado suas tarefas.

Para o petroleiro João Hudson Fin, Improta

pegava os nomes das pessoas que estavam no sindicato, ele leva lá [diretoria da empresa] para os patrões mandarem embora [...], sei que ele ia lá para diretoria, o “fulano de tal está filiado lá” [ao Sindicato dos Químicos]¹¹⁶.

¹¹¹ Informação, 09/05/1966, APESP/Deops, Dossiê 30-K-17, fl. 189.

¹¹² “Federação dos trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo”, *Novos Rumos*, nº 95, semana de 23 a 29 de dezembro de 1960, p. 7.

¹¹³ “Sindicatos”, *Correio da Manhã*, nº 22.502, 13 de agosto de 1966, p. 9.

¹¹⁴ “Juiz decreta prisão de Egisto Domenicalli”, *Jornal do Brasil*, nº 232, 03 de janeiro de 1968, p. 17.

¹¹⁵ Para uma análise da aprofundada importância dos documentos do Deops com fonte para o historiador e a ação dos informantes no movimento sindical na região do ABC, ver: NEGRO, op. cit.

¹¹⁶ Entrevista de João Hudson Fin concedida ao autor em 02/09/2016.

Dentro da perspectiva da aliança empresário-policial¹¹⁷, ter Improta como empregado da Refinaria União ajudou na vigilância da polícia no movimento sindical. Como líder de célula esteve nas principais reuniões de organização e incentivou as ações dos militantes. Ao se esconder durante o piquete da greve de 1957, o agente reservado não colocou em risco a articulação entre o Estado e o seu braço repressivo com o empresariado¹¹⁸. Ao segurar a penetração do movimento sindical, José Improta ajudou na manutenção das ações do capitalismo de bem-estar e na preservação do ambiente familiar dentro da empresa.

Todavia para manter as aparências e “não levantar suspeitas” da infiltração, a *Célula 33*, devido à proximidade de Improta com o CZ e o trânsito livre dentro do Sindicato dos Químicos do ABC, se estabeleceu, dentro da perspectiva do PCB, como um conselho sindical na empresa. Para Santana, os conselhos sindicais funcionavam como “elementos de aproximação e socialização política para os trabalhadores e serviram de instrumentos de pressão destes sobre suas lideranças”¹¹⁹.

De fato, tal organização arregimentou seus militantes e os trabalhadores influenciados por ela para que forçassem as lideranças sindicais a tomassem certas medidas contra a empresa. O Sindicato dos Químicos não tinha intensa presença dentro da Refinaria, devido à política de bem-estar empreendida pela empresa e pela perseguição aos trabalhadores sindicalizados, muito devido ao “trabalho” de José Improta.

Entretanto, era nos locais de trabalho que o início do encadeamento da luta operária se dava, as insatisfações, por determinadas ações e políticas empreendidas pelos industriais, se colocavam a prova. Para Costa,

a dinâmica de organização dos trabalhadores, e a consequente expressão de seus interesses coletivos, tiveram seu centro gerador nas fábricas, nas oficinas, etc. A capacidade dos sindicatos de também serem centros de expressão da luta dos trabalhadores seria tanto maior ou menor na medida em que conseguissem penetrar no

¹¹⁷ NEGRO, op. cit., p. 44.

¹¹⁸ Comunidade, 18/10/1957, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265-39, fl. 39.

¹¹⁹ SANTANA, op. cit., p. 102.

universo fabril e canalizar suas reais demandas para o aparelho sindical¹²⁰.

O conflito entre operários e patrões é uma categoria imanente das relações trabalhistas. Perseguições, demissões e aliciamentos são algumas das ferramentas cotidianas usadas pelos patrões como forma de controlar o processo produtivo das indústrias.

Em assembleia com doze petroleiros no Sindicato dos Químicos do ABC, Euclides Sturzenegger demandou-os se havia a necessidade de processar a refinaria, na Justiça do Trabalho, sobre a diferença salarial existente entre os operários da manutenção. Simultaneamente a esta reivindicação, Trajano José das Neves indagou aos petroleiros presentes acerca da decisão dos “companheiros da construção” sobre o pleito do adicional de periculosidade em 30%. Os trabalhadores ressaltaram a extrema necessidade de alargar o movimento reivindicatório.

Para o presidente do sindicato, a demanda trazida pelos trabalhadores era legítima, mas não seria dado início ao procedimento sem antes ter por finalizada a ação de José Improta de expandir a demanda e de apanhar os dados necessários dos petroleiros para impetrar o processo na Justiça do Trabalho. Além do mais, para garantir as possibilidades de sucesso, Trajano levaria as requisições ao Pacto de Unidade Intersindical do ABC para angariar adeptos e fortificar o movimento de encampação da Refinaria União pela Petrobras¹²¹.

Os conflitos, as reivindicações e as tensões detectadas nas relações entre os trabalhadores e os patrões, e levadas ao sindicato pela *Célula 33* foram fundamentais para o processo de formulação e instauração da proposta de fundação de um Sindicato dos Petroleiros de Mauá sob a chancela da Refinaria União. A ação sindical começou a penetrar no ambiente familiar e de bem-estar incomodando a diretoria da empresa

Como veremos adiante, a criação de um sindicato para os petroleiros se constituiu de cima para baixo, ou seja, o patrocínio e o incentivo para a formulação de uma nova entidade se deu a partir de um desejo da diretoria da refinaria. É difícil datar

¹²⁰ Ibidem, p. 34.

¹²¹ Comunicado, 12/04/1958, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265, fl. 46.

a vontade de fundar uma entidade por parte da empresa, porém é possível notar, através dos documentos, uma insatisfação da empresa com a representação do Sindicato dos Químicos do ABC que no início dos anos de 1960 começou a ser mais presente na vida dos trabalhadores do petróleo.

Uma reunião na Delegacia Regional do Trabalho – DRT contou com a presença dos dirigentes sindicais Trajano José das Neves e Euclides Sturzenegger, de José Improta representando os trabalhadores e dos diretores e advogados da Refinaria União representados respectivamente por Aurélio Stievani, Bento de Toledo Mendes Pereira e Luiz de Paula. A pauta, apresentada pelo sindicato, se constituiu em seis pontos que versavam sobre o reajustamento salarial¹²².

De acordo com o relatório da polícia, a proposta oriunda de assembleia com os petroleiros consistia no aumento de 48% sobre os salários de janeiro de 1959, já reajustado pelo Salário Mínimo; teto mensal de cinco mil cruzeiros com vigência a partir de janeiro de 1960; compensação dos aumentos concedidos a partir de janeiro de 1959, salvo aqueles decorrentes de equiparação salarial, maioridade e melhoria de cargo ou função; não compensação dos aumentos concedidos pela Lei de Periculosidade; para os trabalhadores admitidos após janeiro de 1959 a percentagem prevista seria aplicada na proporção 1/12 avos por mês de serviço, não podendo porém os empregados novos serem mais beneficiados que os antigos¹²³.

O representante da diretoria da refinaria, Aurélio Stievani, enxergou com estranheza a reivindicação salarial proposta pelo sindicato. Fazendo uma explanação da “tradicional liberalidade” da empresa com os seus empregados, Stievani relatou que desde o início da operação da refinaria, as demandas dos petroleiros sempre foram atendidas, destacando, inclusive, os estatutos da empresa que versavam sobre a participação dos lucros para os petroleiros, a reserva de um percentual do lucro líquido para a política assistencial e o abono de Natal. Asseverou, ainda, que já estavam sendo feitos estudos para o reajuste salarial com a preocupação de relativizar os impactos das “inflações crônicas” nos salários dos trabalhadores, sem

¹²² Comunicado, 03/02/1960, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265, fl. 55.

¹²³ Idem.

antes destacar que a empresa teria a satisfação de findar todos os problemas que interferiam na relação “harmoniosa” e na, já consolidada, relação entre empregados e a empresa¹²⁴.

Não satisfeito com a resposta, Trajano destacou que a proposta de reajuste se baseava nos acordos firmados da categoria com outras empresas tendo nos índices do custo de vida o suporte para os cálculos das reivindicações. Não obstante, os representantes da refinaria prometeram que levariam a reivindicação para a direção da empresa, com resposta para a próxima reunião entre as partes na DRT.

No dia 15 de fevereiro de 1960, novamente na DRT, os representantes da empresa alegando impossibilidade de análise da reivindicação pela diretoria da refinaria, devido a necessidade de aprovação pelo Conselho Nacional de Petróleo de sua previsão orçamentária, requisitou o adiamento da reunião para um prazo de 50 dias, com redução para 30 dias após os protestos do sindicato¹²⁵.

Nesse processo de conflito entre sindicato e empresa, a Refinaria União deu início a uma articulação para a criação de uma associação dos trabalhadores do petróleo de Mauá. O ambiente político e social dentro da refinaria era propício para a concepção de uma entidade para os petroleiros. O capitalismo de bem-estar propiciou um contexto vantajoso para a adoção de ações políticas que pudessem beneficiar a empresa.

A Formação do Sindicato dos Petroleiros

Desde o início da operação da refinaria, a ação do sindicato sempre foi secundária, com destaque para a política salarial. Como mostramos anteriormente, os petroleiros da Refinaria União não entraram em greve ou paralisaram seus trabalhos na greve de 1957, por causa dos aumentos salariais que a empresa praticou preliminarmente à pauta de reajuste salarial para as outras categorias, como os metalúrgicos e químicos.

¹²⁴ Comunicado, 03/02/1960, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265, fl. 55.

¹²⁵ Comunicado, 16/02/1960, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265, fl. 56.

Única fonte que dispomos, da ação efetiva do sindicato em relação a empresa, adveio de uma reivindicação do petroleiro Alfredo Alves de Lima, de acordo com o relatório entregue para a polícia por José Improta¹²⁶. A relação entre Sindicato dos Químicos do ABC e a refinaria nunca foi amistosa ou respeitosa, tendo, inclusive, um episódio de ofensas e expulsão de Trajano José das Neves quando panfletava nos portões da refinaria¹²⁷. Desta maneira a Refinaria União enxergou uma possibilidade efetiva de criar uma entidade classista para os petroleiros e que servisse para os seus próprios interesses. Para tal empreitada, a empresa necessitava da anuência de um terço dos trabalhadores¹²⁸ para a fundação de uma associação.

A maneira encontrada pela empresa foi a abordagem nos locais de trabalho para coleta de assinaturas.

Bom, nós estávamos trabalhando bonitinho na Refinaria União, era, realmente era uma família, a gente tinha um ambiente de trabalho ótimo, um dia, isso eu não sei, porque eu nunca fiz parte da política da empresa e não gostava dessas coisas, o Dr. Leite [Francisco Ferreira Leite, engenheiro], como eles chamavam, o Dr. Leite começou a percorrer todos os setores da refinaria com uma lista, para quem quisesse fazer parte do sindicato, que eles estavam fundando um sindicato, que, lógico, era dos empregados, não era da, não era da Direção, viu? Não era da direção. Era dos funcionários e ele vinha e tal, ele veio falar comigo, eu disse: *“Não, não, negócio de sindicato, não, não quero saber”*.¹²⁹

Neste depoimento colhido para os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, o petroleiro Roberto Leone Caielli nos mostra que o ambiente harmonioso e familiar da empresa possibilitou a ação do engenheiro Francisco Ferreira Leite na colhida das assinaturas necessárias para fundação da associação. Percorrendo os setores da empresa Leite abordava os trabalhadores com discursos incisivos e provocativos, incitando os trabalhadores a aderirem a proposta de entidade

E aí, o tempo andou, um dia, então, voltando ao Dr. Leite, com a lista: “Tal, eu estou com a lista para entrar para o sindicato e tal” “Eu não

¹²⁶ Comunicado, 03/02/1960, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265, fl. 55.

¹²⁷ Comunicado, 09/04/1958, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265, fl. 44.

¹²⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acessado em 12/02/2017.

¹²⁹ Entrevista de Roberto Leone Caielli concedida a Comissão Nacional da Verdade em 27/02/2014

quero saber disso, não sei o que e tal” Aí ele disse: “Olha, sindicato é para macho, só isso”¹³⁰.

De forma sexista na abordagem, Leite, como eixo central que aglutinou os trabalhadores, foi o principal incentivador para que a nova estrutura sindical se tornasse um suporte a política da empresa.

Ao mesmo tempo, Francisco Ferreira Leite podia aguardar os trabalhadores em espaços fechados, abordando-os de forma acintosa.

Aí eu estava na segurança, eu levei o relatório da noite, estava levando lá para cima para o escritório e o Dr. Leite estava na escadaria, ali olhando, sabe. E eu estava subindo ali e ele falou: você mesmo vem aqui. Ele falou: oh Adib eu estou sabendo que você não quer entrar no sindicato. Eu falei: ah doutor, eu estou aqui para trabalhar, eu não estou aqui para bagunça. Entendeu. Eu prefiro trabalhar sossegado. E sindicato sabe como que é né, você tem que ir para lá, tem que ir, tem que ir para cá, tem não sei o que lá, vai parar, vai fazer greve, vai fazer não sei o que lá e o meu caráter não dá para isso. Aí ele falou assim para mim: não, Adib, não é assim não. Você tem que entrar no sindicato. Esse sindicato é nosso, esse sindicato não é do comum por aí. Esse sindicato é nosso, foi instituído pela refinaria, porque nós dependíamos sempre do sindicato dos químicos. E o que eles aprovavam lá, para nós não era interessante. Então vamos instituir um sindicato nosso e eu quero contar com você, que você entre lá também. Aí eu falei: ah, tudo bem. Se for assim tudo bom¹³¹.

A questão de ser sindicalizado em determinadas empresas perpassa pela situação de medo e proteção. Medo no sentido de possíveis represálias que a diretorias das indústrias poderiam submeter os trabalhadores, tendo a demissão como principal foco das perseguições. Desta forma, o receio pela criação de um sindicato dos petroleiros acarretou na pressão sobre os trabalhadores, “eles viram que muita gente não tinha aderido, então começaram a forçar um pouco a barra”¹³², ademais, a empresa enxergava em alguns trabalhadores o mecanismo necessário para o sucesso da empreitada.

Se dirigindo ao petroleiro Bruno Velo, Francisco Ferreira Leite perspicazmente apontou a dificuldade da coleta de assinaturas: “Se você não assinar ninguém vai

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Entrevista de Adib Augusto de Oliveira concedida a Comissão Nacional da Verdade em 14/03/2014.

¹³² MEDICI, op. cit., p. 81.

assinar. O sindicato vai ser a nosso favor. Nós vamos fazer eleições. Vocês vão escolher dirigentes”. Procurado por outros operários e indagado da possibilidade de assinar, Velo tranquilizou os companheiros “Pode assinar que depois eu assino no meio”¹³³.

Interpelando petroleiro por petroleiro, a refinaria arquitetou uma situação que colocava os trabalhadores na linha de frente da proposta, evidenciando o caráter que o sindicato teria para com os operários. Analisando a natureza dos sindicatos, Marcel van der Linden chama a atenção para os sindicatos heterônomos montados por empresas que não buscam a greve, se constituindo para dar a chancela dos trabalhadores aos empresários, buscando a "paz industrial"¹³⁴.

Observando a ação da empresa e a derrota que se construía, o Sindicato dos Químicos do ABC, com José Improta sendo o presidente em exercício, convocou os trabalhadores da Refinaria União para que participassem de uma assembleia que tinha como pauta principal a discussão e autorização para pedir o cancelamento do registro da associação que se constituía dentro da Refinaria¹³⁵.

Anteriormente a ocorrência da assembleia proposta, a polícia já possuía em mãos a pauta a ser discutida pelos trabalhadores, provavelmente remetida por José Improta. O Sindicato na ocasião apelaria para que os petroleiros se manifestassem pelo cancelamento do registro da associação. O discurso sindical se baseava em quatro itens, como a manipulação da diretoria da empresa, o papel de Francisco Ferreira Leite como agente ativo e principal incentivador da proposta, embora repudiasse o “elemento sindicalizado”, destaque para Paulo Vieira Passos na diretoria que era visto como indesejável pelos trabalhadores da Refinaria e, por fim, o caráter dos dirigentes da nova entidade que em sua maioria possuíam cargos de extrema relevância na empresa, como a chefia de setor. O desejo pelo cancelamento do registro da associação no Ministério do Trabalho defendido pelo Sindicato dos

¹³³ Ibidem, p. 81.

¹³⁴ LINDEN, op. cit., p. 253.

¹³⁵ Comunicado, 23/05/1960, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265, fl. 57.

Químicos do ABC tinha o importante apoio da Federação dos Químicos do Estado de São Paulo e pelo Conselho Sindical do ABC¹³⁶.

Registrada no Ministério do Trabalho, a Associação Profissional dos Trabalhadores em Refinaria e Destilação de Petróleo de Mauá tinha em sua diretoria alguns integrantes que compunham o grupo que administraria o futuro Sindicato até o golpe de 1964¹³⁷.

Determinados a desmontar o aparato construído pela empresa, o Sindicato dos Químicos do ABC remeteu um documento, assinado por Trajano José das Neves, contestando a nova associação e requisitando o imediato cancelamento do registro. Pontuando os espaços representativos do sindicato na região, Trajano buscou traçar o caráter ilegal da manobra da empresa, afirmando que os trabalhadores da Refinaria União já se encontravam representados pela entidade e que na reunião entre o sindicato e a empresa na DRT, um dos procuradores da Refinaria “visivelmente exaltado e de maneira acintosa e agressiva, declarou de público que iria formar um sindicato deles, pois não estavam dispostos a mais suportar aquelas reclamações”¹³⁸.

Discordando do ordenamento jurídico da DRT de São Paulo que aceitou o reconhecimento da associação, Trajano José das Neves assinalou a ilegalidade da admissão, por parte da Justiça, e reivindicou a imediata suspensão do processo de formação do que ele denominou de “Sindicato fantasma”, visto que, para a entidade dos químicos, a associação se destinava “única e exclusivamente para trazer divisão na luta dos trabalhadores” e que os petroleiros tinham, no secretário do Sindicato dos Químicos do ABC, a saber José Improta, um forte representante da categoria, posto que fora “escolhido por seus próprios colegas de serviço”, além de destacar que a nova agremiação “é composta apenas por chefes e encarregados, pessoas de inteira confiança dos empregadores”¹³⁹.

Protocolada a requisição em 14 de junho de 1960, Trajano e José Improta, em menos de um mês, viajaram para o Rio de Janeiro para requerer o cancelamento do

¹³⁶ Ibidem, fl. 58.

¹³⁷ Ibidem, fl. 57.

¹³⁸ Informação Reservada, 22/06/1960, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265, fl. 59.

¹³⁹ Idem.

recurso impetrado pelo Sindicato dos Químicos, afirmando, em clara contradição ao conteúdo da carta remetida ao Ministro do Trabalho, que

estando a referida [Associação dos Petroleiros], segundo verificamos, em condição de funcionamento regular, vem pelo presente solicitar de Vossa Excelência se digne determinar a aceitação do pedido de desistência do referido recurso e, ao mesmo tempo, lhe seja concedido seu reconhecimento, a fim de que os trabalhadores da referida categoria tenham seu órgão representativo, um vez que assim pretendem os trabalhadores, pois se acham organizados legalmente e com possibilidades de existência prospera.¹⁴⁰

Evidentemente, os tarimbados dirigentes sindicais não peticionariam o cancelamento do recurso se ambos não possuíssem alternativas para findar a estratégia da empresa de controlar dos trabalhadores. Ao fundar uma associação, necessariamente instaura-se uma diretoria. Com o trâmite jurídico para a transformação da associação profissional para um sindicato oficial, há a inevitabilidade de convocação de eleições para composição do corpo diretivo da nova entidade de classe.

A jogada política dos dirigentes químicos ao propor o embargo do recurso se baseou na proposição de uma chapa, encabeçada por José Improta, para a eleição da primeira diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Mauá¹⁴¹. Não temos como saber se a chapa proposta pelos químicos se concretizou e se, de alguma forma, foi levada a cabo para as eleições. A única afirmação possível de se respaldar nos documentos é a eleição dos integrantes da primeira diretoria da associação profissional.

Todo esse conjunto de conflitos mudaria significativamente a partir da apropriação do novo sindicato pelos petroleiros, desconstruindo a perspectiva formativa desta entidade sob a égide da empresa. Desta maneira a política de bem-estar através da SBPU não conseguiu manter o controle dos trabalhadores do petróleo pela Refinaria União.

¹⁴⁰ Informação Reservada, 08/07/1960, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265, fl. 60.

¹⁴¹ Comunicado, 26/07/1960, APESP/Deops, Dossiê 50-A-265, fl. 61.

CAPÍTULO II - A luta pela organização sindical

Os primeiros anos da década de 1960 se constituíram como um ambiente de movimentação intensa da classe trabalhadora brasileira. Greves, passeatas, piquetes, paralizações, fundação de sindicatos tanto no campo como na cidade, frentes de trabalhadores, intersindicais são alguns dos exemplos desta efervescência política e social dos operários e operárias das mais diversas categorias.

Com a renúncia de Jânio Quadros à presidência do Brasil em 1961, assumiu em seu lugar o vice-presidente João Goulart, comumente chamado de Jango, que trazia consigo todo um espectro político alinhado à herança varguista. Próximo aos trabalhadores e possibilitando um trânsito intenso das categorias e das entidades de classe, Goulart arregimentou para si e contra si dois grupos fundamentais, com intermitências, mas que foram determinantes nos contextos políticos do ano de 1964.

Ao lado de Jango, a classe trabalhadora buscava seus direitos na luta do chão de fábrica, ao mesmo tempo que pleiteava nos ordenamentos jurídicos e políticos a manutenção e a efetivação de bandeiras defendidas pelas entidades de classe e pelos movimentos organizados da cidade e do campo. No dia-a-dia nas fábricas as organizações de base articulavam entre patrões e sindicatos questões relativas às melhores condições de trabalho, fazendo “parte do patrimônio de lutas da classe trabalhadora”¹⁴².

Em um aspecto mais amplificado, tanto a Justiça do Trabalho como o Legislativo nacional foram usados como ferramentas dos trabalhadores para garantir a conquista e a manutenção de direitos trabalhistas, como aponta Fernando Teixeira da Silva, que “por dentro das instituições, os trabalhadores estavam alterando relações sociais assentadas em bases autoritárias e paternalistas”¹⁴³.

Contra si, Jango teve nas elites econômicas e políticas, além das principais lideranças militares que circundavam a política nacional, adversários que foram agentes ardilosos na derrocada de seu governo culminando no golpe de 1964. Estas

¹⁴² COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995, p. 200.

¹⁴³ SILVA, Fernando Teixeira. *Trabalhadores no Tribunal: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964*. 1º ed. São Paulo: Alameda, 2016, p. 277.

elites, tradicionalmente golpistas, se opunham a qualquer ascensão da classe trabalhadora aos espaços de poder, ameaçando os privilégios destes grupos dominantes que foi provocada pelo “entra e sai dos representantes dos trabalhadores nos recintos governamentais”. Essa aproximação teve, a partir de 1963, uma ampliação em suas ações tendo como norte as “bandeiras nacionalistas, a modernização distributiva e as reformas sociais, associando os temas do desenvolvimento econômico e da justiça social”¹⁴⁴.

Mas como os trabalhadores do petróleo da cidade de Mauá e sua entidade de classe se inserem neste ambiente político? Qual é o papel que esta categoria desempenhou nesta conjuntura de efervescência social? Como que estes petroleiros dialogaram com os aspectos sociais e políticos entre as demandas sindicais do chão de fábrica com as de caráter nacional?

Embora os petroleiros de Mauá fossem uma categoria numericamente pequena e tivessem um sindicato que os representava unicamente, os trabalhadores do petróleo da Refinaria União estiveram no cerne do movimento da classe trabalhadora nacional, desde a fundação de sua entidade em 1960 até o golpe de 1964.

O Sindicato

Surgida sob a ação e pressão da diretoria da Refinaria União dentro de uma concepção de um movimento de cima para baixo, ou seja, sem a agência dos trabalhadores, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Mauá – Sindipetro Mauá¹⁴⁵ se constituiu para corroborar as determinações propostas pela empresa. Sob a perspectiva do controle operário, a refinaria enxergava no sindicato uma ferramenta de cooptação e influência na vida dos trabalhadores no chão de fábrica.

¹⁴⁴ SILVA, Fernando Teixeira; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964) in FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical* (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 132.

¹⁴⁵ Para fins de redação utilizaremos o termo Sindipetro para se referir à entidade de classe dos petroleiros de Mauá.

Ao patrocinar esta política a refinaria ampliou a sua esfera de controle, congregando a ação sindical ao desenvolvimento de uma política de bem-estar já adotada e efetivada através da Sociedade Beneficente Petróleo União – SBPU. Como vimos anteriormente, a SBPU foi um pilar de sustentação para a formação da entidade de classe, através da concessão de benefícios e da adoção de uma prática voltada para os trabalhadores em consonância aos desejos da empresa. As “vantagens” ofertadas pela Refinaria e pela SBPU prepararam o ambiente para a concretização da dominação e do controle do operariado petroleiro.

Desta forma, sob estas duas frentes de ação, a empresa construiu um cenário propício para legitimar suas determinações sobre os petroleiros, tais como demissões, políticas salariais, investimentos e defesa do capital privado no setor petrolífero, e ainda, concomitante a este processo, pretendia sepultar quaisquer possibilidades de ruptura nas ideias de paz social, harmonia no ambiente de trabalho e nos aspectos familiares nas relações entre trabalhadores construídas sob a égide da política de bem-estar.

Como visto no capítulo anterior, a ideia de que o sindicato pertenceria, ao mesmo tempo, a diretoria e aos trabalhadores do petróleo, corroborada nas falas de Francisco Ferreira Leite, legitimou o discurso e ação patronal na própria formação da diretoria da associação profissional.

A constituição do Sindipetro se deu a partir do preenchimento dos cargos diretivos por chefes de unidade e trabalhadores de setores específicos e de relevância para o setor produtivo da refinaria, como a operação de refino, manutenção, carpintaria e turmas volantes. As pessoas de confiança indicadas pelos diretores da fábrica deram a capilaridade necessária para o desenvolvimento das políticas da empresa juntamente com as do sindicato. Em seus atos iniciais, as reuniões da entidade ocorriam na sala da diretoria administrativa da Refinaria União mostrando a proximidade entre empresa e entidade¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Depoimento de José Monteiro. MEDICI, Ademir. *A Matrix do polo petroquímico no ABC*. Mauá: Refinaria de Capuava, 2005, p. 81.

Entre a passagem dos diretores da associação para a diretoria do sindicato, que sofreu a intervenção sindical¹⁴⁷ em 1964, houveram poucas mudanças. Na tabela a seguir são elencados os nomes dos diretores e os seus respectivos cargos na direção do Sindipetro e os seus locais de trabalho na refinaria.

Tabela 1 – Composição da diretoria sindical em 1964¹⁴⁸

Nome	Cargo	Função
José Mendes de Queiroz	Presidente	Chefe de Almojarifado
Jorge Pereira da Silva	1º Secretário	Chefe de Turma Volante
Pacífico Costa Vieira	2º Secretário	Sem dados
Edgard Augusto Pereira da Silva	1º Tesoureiro	Instrumentalista
Francisco Simões	2º Tesoureiro	Ajudante de Operador
José Pereira de Menezes	Suplente de Diretoria	Oficina
José Lino dos Santos	Suplente de Diretoria	Movimentação de produtos
Severino Miguel da Silva	Suplente de Diretoria	Turma de Pátio
Antonio de Oliveira Domingos	Suplente de Diretoria	Turma Volante – Mecânica
Robério Almeida Portela	Conselho Fiscal	Casa de Força
Alcebíades Antonio da Silva	Conselho Fiscal	Carpinteiro
Antonio de Almeida	Conselho Fiscal	Chefe de Unidade
Francisco de Souza	Suplente do Conselho fiscal	Vigilante

¹⁴⁷ Não é possível determinar ao certo todos os diretores que passaram pela diretoria do Sindipetro nos dois biênios de sua existência (1960-1964). Em seu estatuto a diretoria do Sindipetro possuía um mandato de dois anos.

¹⁴⁸ Relação de diretores do Sindipetro em 1964. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

Deoclecio Antonio Galaverna Gruppi	Suplente do Conselho Fiscal	Oficina de Veículos
Nelson Pereira de Matos	Suplente do Conselho Federativo ¹⁴⁹	Turma Volante – Mecânica
Santo Quirino Romano	Suplente do Conselho Federativo	Laboratório
José Ramos da Silva	Suplente do Conselho Federativo	Turma Volante – Encanamentos

Podemos perceber, a partir desta listagem, que a representação sindical permeava os mais diferentes espaços da cadeia produtiva da refinaria de petróleo. Representando vários setores da empresa, os diretores tinham acesso aos mais diversos grupos de trabalhadores, perfazendo as ações sindicais de forma mais próxima aos trabalhadores.

Refletindo sobre a movimento sindical dos petroleiros, percebemos que há uma diferença significativa nas ações do Sindipetro em relação aos trabalhadores e com os patrões.

Sendo uma categoria pequena e representando unicamente os trabalhadores do petróleo da Refinaria União, a política sindical se constituía no cotidiano da indústria, setor por setor, nas conversas entre diretores e trabalhadores. Fazendo uma análise comparativa com outros grupos de trabalhadores, como metalúrgicos, gráficos, têxteis e químicos percebemos que devido à grande quantidade de trabalhadores destes, na base sindical, as dinâmicas da ação do sindicato e dos trabalhadores podiam ser dispares em relação às entidades que representam categorias exclusivas e de um único espaço de trabalho.

Murilo Leal analisando os trabalhadores metalúrgicos e têxteis nos mostrou a grande quantidade de operários da base em relação aos sindicalizados, como já afirmamos anteriormente. Embora os dados possam variar de acordo com o período e com as condições de filiação aos sindicatos, havia uma relativa quantidade de

¹⁴⁹ O Conselho Federativo do Sindipetro era composto por José Mendes de Queiroz, Jorge Pereira da Silva e Francisco Simões.

sindicalizados em correspondência à base, perfazendo aos milhares os trabalhadores das categorias estudadas pelo autor.

Desta forma, as políticas sindicais deveriam se desenvolver de maneira descentralizada para que houvesse maior capilaridade ao grupo de associados e a própria base como um todo, visto que nem todos os trabalhadores eram filiados às suas entidades de classe¹⁵⁰.

Para isso podiam criar comissões de fábrica, diretores de base e também, de acordo com a necessidade dos trabalhadores das fábricas, formar comissões de negociação com os patrões das empresas. Estudando as atas de assembleias dos metalúrgicos e têxteis, Leal constatou que até o golpe de 1964 foram "eleitas nas assembleias comissões de salários para 'apoiar' as diretorias", mostrando que estes trabalhadores agrupados em comissões no chão de fábrica, "exerciam um controle das Bases sobre os próprios diretores e canalizavam, de maneira provavelmente ágil e efetiva, as inúmeras iniciativas surgidas no decorrer da luta."¹⁵¹

Acerca das ações sindicais da entidade de classe dos petroleiros é possível perceber uma proximidade entre os trabalhadores do petróleo de Mauá e os diretores do sindicato, a título de exemplo, não havia a necessidade de formação de comissões. Esses papéis eram desempenhados pelos próprios diretores pois, ao exercerem seus ofícios na refinaria, podiam dialogar com os trabalhadores, nos respectivos setores, no refeitório, nas confraternizações, na SBPU, nas imediações da refinaria e nos mais variados espaços fabris, ou seja, nos diversos espaços de sociabilidade dos trabalhadores.

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa e nos depoimentos colhidos pela Comissão Nacional da Verdade é possível perceber o papel central desempenhado por José Mendes de Queiroz, presidente do Sindipetro por dois biênios, como agente fundamental no fortalecimento do sindicato e no desenvolvimento da pauta da encampação.

¹⁵⁰ PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 346-347.

¹⁵¹ Ibidem, p. 323.

Pontuando o caráter de fundação do Sindipetro, o petroleiro Roberto Leone Caielli destacou em seu depoimento para a CNV que, embora José Mendes de Queiroz pertencesse ao grupo de chefia da empresa, suas ações e de outros diretores não se constituíram como “testas de ferro” da empresa,

Eles [Refinaria União] queriam, o sindicato, me parece, isso eu não tenho conhecimento da época como era e parece, o Sindicato dos Químicos, que a gente pertencia, era inoperante, uma série de coisas, meio murcho e tal, então, eles pensaram o seguinte: *“Como donos da refinaria, nós vamos fundar um sindicato, em que a gente ponha lá gente nossa.”* Nossa, que eu digo, da direção, da refinaria de União: *“Que a gente pode manipular”*. Eles gostavam disso, muito disso. Mas, acontece que o sindicato se desenvolveu e foi para o sindicato uma pessoa que teve toda a liberdade de ação, Queiroz, que era o Presidente, José Mendes Queiroz e o Jorge, [...]. Então, eles não foram o cabresto da direção da refinaria, nós começamos a querer, a conquistar coisas nossas, de que a gente achava direito e a gente estava defendendo a encampação¹⁵².

Não é irrelevante destacar que na perspectiva de fundação do Sindipetro as escolhas dos dirigentes passaram pelo crivo dos diretores da Refinaria União através da indicação para os cargos principais de petroleiros com mais tempo de serviço e possuidores de cargos de chefia. Como chefe do almoxarifado, José Mendes de Queiroz tinha a possibilidade de permear todos os espaços da refinaria, principalmente os setores ligados à operação de refino, manutenção, mecânica e outros, visto que, como aponta Caielli,

Queiroz era uma pessoa muito vivida, muito esperta e ali era homem de confiança do Paes Barreto¹⁵³, é, o Queiroz, dentro da refinaria, na, vamos dizer, na organização da refinaria, ele era chefe do almoxarifado, o almoxarifado era um negócio importantíssimo naquela época, por quê? Porque nós não tínhamos material fabricado no Brasil, tudo vinha, tubo, até tubo, aquele tubo de trocador de calor vinha de fora, que era uma das coisas que eu fazia lá, com a Inspeção, media a espessura dos tubos, tal, essas coisas que aqueles aparelhos funcionavam. Então, ele era uma pessoa de confiança dele, então eles disseram: *“Põe o Queiroz lá”*. Mas, contando que ele fosse ser um Mané (ininteligível), mas, ele não foi.¹⁵⁴

¹⁵² Depoimento de Roberto Leone Caielli concedida a Comissão Nacional da Verdade em 27/02/2014.

¹⁵³ Superintendente da Refinaria União.

¹⁵⁴ Depoimento de Roberto Leone Caielli concedida a Comissão Nacional da Verdade em 27/02/2014.

Ao analisarmos a Tabela 1 é possível destacar que, possuidores de cargos de chefia, como Queiroz e Jorge Pereira da Silva, este último chefe de Turma Volante, abarcavam os mais diversos setores da refinaria. Instrumentalistas, operadores, mecânicos, carpinteiros, laboratoristas, volantes e outros necessariamente transitavam nas esferas de atuação de Queiroz e Pereira.

Ambos os dirigentes sindicais começaram a trabalhar no processo de formação e consolidação da Refinaria União, passando por todo o caminho de articulação e construção do trabalhador do petróleo de Mauá. Indicados pela diretoria da empresa para compor a administração da associação dos petroleiros, José Mendes de Queiroz e Jorge Pereira da Silva eram figuras de relevância dentro do conjunto dos petroleiros de Mauá, antigos funcionários, tinham o respeito dos companheiros de trabalho.

Próximo aos trabalhadores, Queiroz era bem quisto pelos petroleiros. Natural de Fortaleza – Ceará, entrou na Refinaria União no ano de 1954, início de seu funcionamento, e seis anos depois era eleito presidente da entidade sindical dos petroleiros¹⁵⁵. Para Neusa Voltolini¹⁵⁶, Queiroz era uma pessoa esclarecida e com bom relacionamento entre os trabalhadores, para Amandio Dias Póvoa e João Hudson Fin as relações entre o presidente e os petroleiros permeavam os laços de amizade e camaradagem¹⁵⁷.

Jorge Pereira da Silva era natural de Botucatu – São Paulo e entrou na refinaria também no ano 1954¹⁵⁸. Foi presidente da associação dos petroleiros e primeiro secretário do Sindipetro durante dois biênios. Importante articulador do sindicato, Pereira iniciou sua trajetória como petroleiro na Refinaria de Mataripe na Bahia juntamente com Carlos Eduardo Paes Barreto, então superintendente da refinaria baiana. Trazido a Mauá por Paes Barreto¹⁵⁹, Pereira auxiliou na articulação do

¹⁵⁵ “Relação de ativistas da greve de out/63, dispensados. Greve de cunho essencialmente comunista”. APESP/DEOSP, Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações – SOI. Ordem Social nº 095, p. 05.

¹⁵⁶ Entrevista de Neusa Voltolini concedida ao autor em 10/10/2016.

¹⁵⁷ Entrevistas de Amandio Dias Póvoa e João Hudson Fin concedidas ao autor em 05/12/2016 e 02/09/2016, respectivamente.

¹⁵⁸ “Relação de ativistas da greve de out/63, dispensados. Greve de cunho essencialmente comunista”. APESP/DEOSP, Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações – SOI. Ordem Social nº 095, p. 08.

¹⁵⁹ Depoimento de Bruno Velo in MEDICI, Ademir. *A Matrix do polo petroquímico no ABC*. Mauá: Refinaria de Capuava, 2005, p. 81.

movimento sindical e na inserção do Sindipetro nas perspectivas da política dos sindicatos na região do ABC.

Desta maneira é possível afirmar que as políticas sindicais dos dirigentes do Sindipetro se desenvolviam a partir da presença cotidiana dos diretores nos locais de trabalho, possibilitando a expansão do campo de atuação do sindicato dentro da empresa. Em um ambiente de formação e consolidação da entidade sindical dos petroleiros, essa proximidade foi determinante para os desdobramentos do movimento pela encampação da Refinaria União.

Entretanto, essa possibilidade de trabalho sindical se relacionava com a oposição dos diretores da empresa. No processo eleitoral de 1962 em seu edital de convocação para eleição da nova diretoria do Sindipetro para o biênio 1963/1964, constou-se a denúncia do não entendimento, entre empresa e sindicato, para a instalação da mesa coletora para os votos dos petroleiros sindicalizados dentro das instalações da Refinaria União. Desta maneira o único espaço de votação seria a sede do sindicato com um horário das 07 horas até às 23 horas, devido ao fluxo de trabalhadores entre os turnos da refinaria¹⁶⁰.

Ao não permitir que as eleições do Sindipetro se desenvolvessem dentro da refinaria, a diretoria da empresa criou uma situação em que o sindicalizado deveria se deslocar para o local de votação, pressionando as relações entre as partes, o que levaria ao escalonamento dos conflitos entre o patronato e os trabalhadores.

Os conflitos entre entidade e empresa tenderam ao acirramento com o passar do tempo e com a consolidação da agência do Sindipetro e dos trabalhadores do petróleo dentro do contexto político e sindical do movimento operário brasileiro. Os petroleiros nacionais se estabeleceram no cerne de uma panela de pressão que se encontrava prestes a explodir.

¹⁶⁰ “Edital de Convocação”, Mauá, 21 de novembro de 1962. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

Para o que der e vier

As relações sindicais e as ações políticas entre patrões e empregados não se sustentaram sob a égide do panorama que o Sindipetro foi fundado. Houve uma ruptura entre a concepção de fundação, patrocinada pela empresa, e a ação sindical entre 1960 e 1964.

Dentro desta perspectiva, a prática sindical da diretoria podia, por vezes, interferir nos espaços representativos de outras entidades sindicais. Em campanha salarial em 1963, os trabalhadores da SBPU¹⁶¹ ao procurarem o Sindipetro obtiveram apoio em suas reivindicações que permeavam o princípio de equivalência de salários e de direitos entre os operários da refinaria e os empregados da sociedade, através de um abaixo-assinado com seis proposições¹⁶². Estando próximo aos petroleiros, os trabalhadores da SBPU viam na entidade uma possibilidade de alcançar suas requisições.

Este apoio suscitou fortes críticas da Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de São Paulo que, alegando “indébita e abusiva intromissão do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Distilação e Refinação de Petróleo de Mauá (sic)”, requisitou à Delegacia Regional do Trabalho - DRT que tomasse providências e marcasse uma mesa redonda entre a Federação, a SBPU e o DRT com a presença dos Sindicatos dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de Santo André, Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais, Clinicas e Casas de Saúde de São Paulo e do Sindicato dos Empregados em Sociedade de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas de São Paulo¹⁶³.

¹⁶¹ Os trabalhadores da Sociedade Beneficente Petróleo União – SBPU como os médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, secretárias e auxiliares de escritório tinham como entidades de classe o Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais, Clinicas e Casas de Saúde de São Paulo; o Sindicato dos Empregados em Sociedade de Beneficência, Ordem Terceiras e Irmandades Religiosas de São Paulo respectivamente; além da Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo. Informações extraídas de homologação de acordo entre a Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de São Paulo e a SBPU situada na base de dados *Dissídios: Trabalhadores e Justiça do Trabalho* do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura - CECULT. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – TRT2, Processo nº 330, 1963.

¹⁶² TRT2, Processo nº 330, 1963.

¹⁶³ Idem.

A mesa-redonda ocorrida na DRT não teve a presença do Sindipetro que foi excluída do processo em oposição ao desejo dos trabalhadores. Entretanto, no acordo homologado pela Justiça do Trabalho constou uma requisição defendida no abaixo-assinado, que, embora não tenha sido mencionada uma porcentagem de aumento nos salários, foi inserida a proposta de “equiparação salarial entre os enfermeiros de Capuava, bem como dos auxiliares de enfermagem”¹⁶⁴.

Este caso nos mostra a mudança de perspectiva e da apropriação do Sindipetro como entidade dos trabalhadores do petróleo de Mauá. Mesmo sabendo da representação de outros sindicatos, o Sindipetro viu na luta destes empregados parte integrante de suas atividades sindicais, visto que a refinaria e a SBPU possuíam laços estreitos e a sociedade funcionava dentro das dependências da empresa em Mauá, além de que seu capital era proveniente dos lucros obtidos pela Refinaria União, e, assim sendo também dispunham ligações entre si.

Conquanto tendo a empresa como propulsor de sua fundação, o sindicato da categoria desenvolveu sua ação sindical à revelia dos interesses patronais. Em seu primeiro boletim, datado de 1961, é possível perceber esse deslocamento de interesses. A campanha salarial teve cinco pontos: 1) aumento salarial de 40%; 2) duas horas a mais para o pessoal de turno; 3) pagamento do adicional noturno com efeito retroativo de dois anos; 4) pagamento dos adicionais noturnos e de periculosidade, sobre as férias/domingos e folgas remuneradas; 5) abono família de quinhentos cruzeiros para cada dependente¹⁶⁵.

Estas requisições se ampararam em um discurso de enfrentamento entre os petroleiros e a empresa. Através de um movimento denominado “para o que der e vier”, os trabalhadores do petróleo se mantiveram em assembleia permanente com o desenvolvimento de ações junto à DRT, ao corpo jurídico do sindicato e à Federação dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo.

A grande imprensa já alardeava a possibilidade de paralisação dos trabalhos na refinaria. O jornal *A Gazeta* estampou em suas páginas a seguinte manchete:

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Boletim Informativo nº 1, Mauá, 21 de junho 1961. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

“Empregados da Refinaria de Petróleo de Mauá ameaçam paralisar se não forem aumentados”¹⁶⁶. A tensão entre classes, patrocinada pela imprensa, ganhava tons de disputa. Este embate foi intermediado pela DRT que teve como proposta da empresa: 1) aumento de 30% sobre os salários vigentes; 2) pagamento de 20% de adicional, por trabalho noturno, para serviços em revezamento; 3) pagamento de mais uma hora para os empregados que trabalham em turno de 8 horas¹⁶⁷.

O que fica claro nesta disputa é que as ações de reajuste salarial e ganho de benefícios trabalhistas que permearam o ambiente de trabalho anterior à fundação do Sindipetro não se sustentavam mais. Há um rompimento nas práticas, anteriormente enraizadas nas relações entre patrão e empregado, no qual a empresa patrocinava as reposições das perdas inflacionárias à revelia dos interesses e da atuação do Sindicato dos Químicos do ABC. Como vimos, esta entidade não possuía laços efetivos com os trabalhadores do petróleo, e quando a entidade decidiu pleitear um acordo coletivo para os petroleiros junto a empresa na DRT, a Refinaria União iniciou o processo de formação da entidade sindical para os petroleiros.

A mesa redonda da DRT entre Sindipetro, Federação e a Refinaria União, teve como o primeiro acordo coletivo: 1) o reajuste de 40% aos que recebem até 20 mil cruzeiros, e de 30% para os que recebem acima deste valor; 2) pagamento do adicional noturno de 20%; 3) pagamento de uma hora a mais para os que trabalham 8 horas contínuas. Essa intermediação possibilitou a garantia da reivindicação dos 40% de reajuste, mas não efetivou as duas horas de pagamento aos petroleiros de turno¹⁶⁸.

Neste acordo coletivo ficou evidente o jogo político entre os sujeitos, no qual o cabo de força não pendeu para nenhum lado. A correlação não foi tensionada, talvez pela presença de Francisco Floriano Dezen, presidente da Federação, que intermediou e participou da primeira mesa redonda entre as partes. Experiente

¹⁶⁶ Jornal *A Gazeta* “Empregados da Refinaria de Petróleo de Mauá ameaçam paralisar e não forem aumentados”, 28 de junho de 1961.

¹⁶⁷ Comunicado “Aos empregados da Refinaria de Capuava”, Mauá, 01 de julho de 1961. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

¹⁶⁸ Jornal *Correio Paulistano* “Acordo salarial dos operários da Refinaria de Petróleo União”, 07 de julho de 1961.

militante sindical, Dezen viu a necessidade de interceder para garantir a conquista das reivindicações, visto que o Sindipetro era recém fundado e que os dirigentes sindicais não possuíam experiência neste tipo de negociação.

A participação da Federação nesta etapa da negociação foi determinante para que no dia 07 de agosto de 1961 fosse convocada uma assembleia para debater e deliberar sobre o pedido de filiação do Sindipetro para esta entidade estadual¹⁶⁹. Tendo todo o amparo jurídico e político da Federação, o Sindipetro poderia efetivar os planos sindicais, com o suporte desta entidade de classe, para ampliar as redes de apoio e atuação sindical. Após o firmamento do acordo coletivo, nova reunião foi realizada na sede da Federação para debater os desdobramentos do movimento reivindicatório realizado. Esta reunião teve a participação de Dezen, dirigentes do Sindipetro e alguns petroleiros, além da presença do presidente do Sindicato dos Químicos de Suzano¹⁷⁰.

Como deliberação ficou acordado que a Federação publicaria no jornal *Última Hora* uma “ampla reportagem” sobre a Refinaria União e que daria início a uma ampla campanha pela encampação da refinaria pela Petrobras. De fato, tal reportagem foi publicada, visto que a empresa, apresentou seus “esclarecimentos ao diretor da UH”. Consta nesta carta que a política de demissões e admissões “está perfeitamente ajustada aos índices médios anuais de rotação da mão de obra” e que não são “verdadeiras as suposições [...] quanto a eventuais prejuízos ocasionados à economia interna da empresa pelo contrato de firmas especializadas”¹⁷¹.

Este caso serve para demonstrar que os conflitos entre sindicato e empresa começaram a tomar corpo, ao mesmo tempo que mostravam o desprendimento da proposta de fundação da própria entidade sindical.

“O Sindicato é a nossa trincheira”

¹⁶⁹ Assembleia Geral Extraordinária - Edital de convocação, 03 de agosto de 1961. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

¹⁷⁰ Informação reservada, 26/09/1961. APESP/Deops, Dossiê 50-A-265, fl. 62.

¹⁷¹ Refinaria União (Capuava) apresenta esclarecimentos, *Última Hora*, 06 de novembro de 1961.

A formação de um sindicato ou a transformação de uma entidade ou coletivo em entidade sindical é resultado de um desejo do conjunto das pessoas que as compõem. Direta ou indiretamente, essa fomentação pode advir de uma organização dos próprios trabalhadores ou patrocinada por um terceiro, como foi no caso dos petroleiros. Essas organizações podem surgir para defender os mais diversos interesses dos mais variados interessados, ligados ou não aos trabalhadores.

Os sindicatos podem se constituir para “criar condições para negociações salariais, direitos e condições trabalho”¹⁷² como um mecanismo fundamental de luta, ao mesmo tempo que podem se mostrar como ferramenta de dominação e controle dos patrões para com os trabalhadores.

Ao analisarmos os documentos produzidos pelo Sindipetro notamos um forte discurso da entidade em prol da união da categoria e do sindicato. As manifestações possuíam um intenso apelo para que os associados constituíssem um pilar que sustentasse a entidade sindical. “Para prestigiar de forma clara o Sindicato da Classe”¹⁷³, “se manterem unidos e solidários ao seu sindicato”¹⁷⁴, “a união faz a força”¹⁷⁵ e “O sindicato é a nossa trincheira”¹⁷⁶ são algumas das frases de efeito contidas em editais de convocação, manifestos e boletins informativos.

Tal ação não é, evidentemente, exclusividade da entidade de classe dos petroleiros. Entretanto, esta ideia de união e chamamento dos trabalhadores para que se unissem e lutassem em benefício do sindicato é fundamental para entendermos o cenário político que esta categoria estava inserida, além da consolidação da ruptura entre o sindicato e a diretoria da empresa.

Desta forma as chamadas da entidade tinham como objetivo, além do fortalecimento dos trabalhadores dentro da empresa, arregimentar os operários para

¹⁷² LINDEN, Marcel Van der. *Trabalhadores do Mundo: Ensaio para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 250.

¹⁷³ Assembleia Geral Extraordinária - Edital de convocação, Mauá 22 de agosto de 1961. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá

¹⁷⁴ Manifesto “Aos trabalhadores companheiros de Capuava”, 27 de outubro de 1962. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

¹⁷⁵ Manifesto “A União faz a força”, sem data. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

¹⁷⁶ Assembleia Geral Extraordinária - Edital de convocação, sem data. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

uma conscientização das políticas nacionais para o petróleo e os desdobramentos que o projeto de encampação acarretaria para os petroleiros de Mauá.

Dentro da ebulição da luta dos trabalhadores nos primeiros anos da década de 1960, era primordial que houvesse um alinhamento do discurso e de uma ação que pudesse fortalecer os petroleiros e, conseqüentemente, seu sindicato. Dentro do projeto que era pretendido era imperioso a necessidade de fortificar os sujeitos. Ter uma categoria forte e uma entidade resistente e unida se tornaria essencial para o programa da encampação.

I Convenção Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo - CNTIP

Dentro da perspectiva de unidade de uma classe petroleira e fortalecimento da consolidação de uma política nacional do petróleo com agência dos petroleiros, os Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias da Destilação e Refinação do Petróleo dos Estados da Bahia, Guanabara e Rio de Janeiro, do Município de Cubatão e de Mauá e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração do Petróleo do Estado da Bahia, juntamente com a Associação dos Empregados da Petrobras – AEPE, convocaram os petroleiros para construir o primeiro movimento de caráter nacional dos trabalhadores do petróleo¹⁷⁷.

A CNTIP foi criada para pensar propostas de melhorias das condições de trabalho para os petroleiros. Este movimento congregou os sindicatos tanto da iniciativa privada como da Petrobras, apontando que as adversidades do trabalho permeavam todo o espectro da refinação do petróleo no Brasil. A fomentação da CNTIP deu início a construção de uma rede nacional entre a categoria, transpondo as demarcações entre o privado e o estatal, bem como aos limites fronteiriços, fazendo uma ampla defesa da Petrobras.

Carregada de um discurso unitário em prol de uma classe petroleira, a chamada da convenção declarava que

¹⁷⁷ Chamada para a “I Convenção Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo”. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

Esteja conosco, mesmo distante, nos dias da convenção, acompanhando com interesse o seu desenrolar; ausente ou presente no recinto das sessões, unamo-nos todos pela inabalável decisão de tudo fazer em benefício da classe trabalhadora¹⁷⁸.

Pensada entre setembro e outubro de 1961, mas ocorrida efetivamente em janeiro de 1962, na cidade de Salvador no estado da Bahia, a CNTIP teve como temário a “estrutura da Indústria Petrolífera Brasileira e a situação dos trabalhadores da Indústria do petróleo”. Ao fim, resultou em uma “declaração de princípios e resoluções”, destacando o “papel dos trabalhadores; a Petrobras como fator de emancipação econômica; conjuntura e problemas; os aspectos socioeconômicos; a legislação trabalhista e a formulação de um contrato coletivo de trabalho”¹⁷⁹.

Através de uma ficha-inquérito, a CNTIP foi pensada por meio de questionamentos acerca das reivindicações e dos problemas encontrados pelos trabalhadores nos locais de trabalho. De temática variada, esta ficha abordou os assuntos de relevância para os petroleiros, dos quais:

os salários, estabilidade, higiene e segurança, sistema de promoção, duração e horário de trabalho, problemas de chefia, treinamento de pessoal, moradia, assistência econômico-financeira, alimentação, transporte, assistência médica-dentária-hospitalar, assistência educacional e diversão-esportes¹⁸⁰

Estas indagações serviram para formalizar propostas que constaram na declaração de princípios e na resolução final que tiveram como eixos, a “Petrobras e a política nacional do petróleo, reivindicações sociais e os trabalhadores do petróleo e a situação nacional”¹⁸¹. Embora congregasse em sua organização inicialmente um sindicato de empresa particular, a convenção foi concentrada sob a perspectiva da Petrobras e na defesa da empresa estatal como motor do desenvolvimento econômico brasileiro, através do monopólio estatal do petróleo. A abertura do encontro com discurso de Francisco Mangabeira, presidente da estatal, é sintomática deste processo.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Ficha-inquérito. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

¹⁸¹ Declaração de princípios e resoluções, 21 de janeiro de 1962. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

A convenção foi o primeiro movimento de caráter nacional que os petroleiros desenvolveram entre os diversos sindicatos que representavam estes operários. Ao seu fim, produziram um documento que é fundamental para compreendermos o processo construtivo das experiências da categoria petroleira em uma classe dos trabalhadores do petróleo, onde marcaram um posicionamento pela efetiva construção de uma política nacionalista, enfocando a necessidade da encampação das refinarias particulares, além de um aprimoramento de uma ação de exploração e refino de petróleo no Brasil e uma participação efetiva dos trabalhadores na administração da empresa, sugerindo a participação dos trabalhadores na direção da empresa em um regime intitulado de “co-gestão” (sic) mediante a constituição de um conselho de empresa, tendo como membros diretivos os trabalhadores indicados por assembleias nos sindicatos¹⁸². Vale destacar que a ideia de um movimento pela encampação das refinarias particulares não surgiu na CNTIP, mas se cristalizou e se tornou pauta única da classe nacional petroleira a partir deste encontro.

As denominadas “reivindicações sociais” dos petroleiros foram pautadas a partir da percepção e defesa do “bem-estar e satisfação da classe operária” e pela garantia das “legítimas aspirações de elevação das condições de vida” dos petroleiros.

Das demandas apresentadas, consta a necessidade de uma reestruturação do corpo administrativo da Petrobras, implementação de uma política salarial nacional que corrigisse as disparidades entre as regiões, as unidades produtivas, os setores e entre os próprios trabalhadores, participação nos lucros, implementação de um “sistema global de relações de trabalho baseado em contrato coletivo de trabalho de caráter nacional”, acordado entre sindicato e empresa, procurando equacionar os problemas regionais, apoio ao desenvolvimento de “obras sociais” sob a direção e controle dos trabalhadores e extensão das pautas defendidas aos trabalhadores das refinarias particulares¹⁸³

¹⁸² Idem

¹⁸³ Idem.

Carregado de termos de forte impacto em defesa da Petrobras e da classe petroleira, assinada por oito entidades da categoria¹⁸⁴, a CNTIP procurou demarcar o seu espaço na luta dos trabalhadores demonstrando que haveria uma consonância entre as reivindicações dos trabalhadores do petróleo e a situação do operariado nacional.

A pauta comum se definia por uma solidariedade aos movimentos que eles intitularam de “vanguarda da nação brasileira”. Para os petroleiros, os “parlamentares, militares, estudantes, camponeses e operários”, que não defendiam somente as Reformas de Base do governo João Goulart, faziam parte de toda uma rede de luta nacional, no qual os interesses específicos da classe trabalhadora estavam inseridos.¹⁸⁵

Petroleiros e patrões: Disputas e conflitos

Com a consolidação do Sindipetro, as pautas de reivindicações ganharam atenção e ação especiais. Sempre pautando a garantia de direitos, a manutenção e expansão dos já existentes, o sindicato tencionou as relações laborais para efetivar uma política sindical que defendesse tanto os trabalhadores do petróleo de Mauá, como um projeto nacional de união da classe petroleira em benefício da Petrobras.

Foi a partir da CNTIP que o sindicato colocou em sua agenda principal a temática da encampação. Pela “união da classe” e “até a vitória com a encampação de todas as refinarias particulares, especialmente Capuava”¹⁸⁶ diziam os boletins e editais de convocação da entidade.

¹⁸⁴ Assinaram este documento os Sindipetros de Alagoas, Bahia, Cubatão, Guanabara, Mauá e as Associações Profissional dos trabalhadores na Indústria de Extração do Petróleo dos Estados do Maranhão, Pará e Amazonas e da Associação dos Empregados da Petrobras.

¹⁸⁵ Declaração de princípios e resoluções, 21 de janeiro de 1962. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

¹⁸⁶ Manifesto aos Trabalhadores, 19/11/1962. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

Ao analisarmos a tabela abaixo notamos um aumento significativo dos valores despendidos pela empresa, diluídos entre os quesitos de material, serviços e encargos. Embora não seja esmiuçado nos relatórios o quanto foi gasto com pagamento de salários, é possível perceber que a partir do ano de 1959 houve um aumento significativo nos valores desembolsados em comparação ao ano de 1958.

Tabela 2 - Despesas Administrativas com Pessoal, material, serviços e encargos ¹⁸⁷

1956	Cr\$ 159.045.920,30
1957	Cr\$ 124.962.900,70
1958	Cr\$ 93.261.097,20
1959	Cr\$ 194.358.522,60
1960 ¹⁸⁸	Cr\$ 353.789.491,10
1961	Cr\$ 341.428.213,80
1962	Cr\$ 419. 025.853,90
1963	Cr\$ 784.006.967,20

Após a fundação do Sindipetro em 1960 houve um aumento de 182% em relação ao ano de 1959, do qual podemos aferir que as práticas de negociação salarial entre os trabalhadores e a empresa se deram a partir de uma interlocução do sindicato que se formava. Embora com uma pequena queda nos valores pagos em 1961, temos em 1962 e em 1963 novamente uma elevação acentuada nas despesas.

O ano de 1962 foi fundamental para os desdobramentos do movimento sindical dos petroleiros de Mauá. O marco que estabeleceu e acirrou os choques entre as classes foi a CNTIP e os documentos por ela produzidos, indicando uma ordenação

¹⁸⁷ Dados obtidos a partir dos Relatórios e Balanços da Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Para o ano de 1963 os dados foram extraídos no periódico *O Jornal* contidos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A Refinaria União foi projetada para refinar 20.000 mil barris de petróleo. Entretanto a partir de 1957 a empresa passou a refinar 30.000 mil barris, com o aperfeiçoamento da produção. Outro ponto importante que deve ser destacado é que a produção de derivados do petróleo pela Refinaria União era constante devido à capacidade de refino da empresa. Dados extraídos de: MEDICI, op. cit., p. 68.

¹⁸⁸ Ano de fundação do Sindipetro

nacional que tangia a Petrobras e um maior protagonismo da classe nacional petroleira, tanto da defesa da empresa estatal como no movimento nacionalista. Para os petroleiros, o capital privado no setor petrolífero estava com os seus dias contados.

Os trabalhadores do petróleo de Mauá ao corroborarem tais questões, colocaram à margem do cenário nacional as empresas petrolíferas privadas, inflando as disputas entre as partes. Nas ordens convocatórias das assembleias, a diretoria do Sindipetro procurou frisar os posicionamentos dos embates entre a entidade e a empresa, pontuando que o fortalecimento do sindicato e dos petroleiros se daria a partir das suas respectivas ações como um grupo coeso, e que tivessem como norte a consolidação de uma consciência de classe.

Em edital de convocação de assembleia extraordinária para dar esclarecimentos sobre a contraproposta da refinaria acerca da demanda salarial, a diretoria sindical assinalou que ao propor aumento de “35% para a divisão de produção e 15% [para] as demais divisões e departamentos”, a empresa dividiria os petroleiros, discriminando todo o grupo de trabalhadores com aumentos dispares, colocando em xeque a negociação capitaneada pela entidade sindical¹⁸⁹.

A oposição arregimentada se mostrou evidente com a convocação de todos os trabalhadores do petróleo para repudiarem a contraproposta, acusando a diretoria da refinaria de provocar uma divisão da categoria ao “mergulhar num clima de intranquilidade seus servidores”. O Sindipetro, por sua vez, procurou demarcar um posicionamento sólido chamando para uma ação que se constituiria em uma

enérgica tomada de posição dos trabalhadores que se comprometem, se necessário, combater diretamente e conclamar todos os trabalhadores do Brasil e ao Povo em geral, através da Imprensa, Rádio e outros veículos de propaganda escrita ou falada a eliminar essa tentativa de desmoralização ao seu Órgão de Classe¹⁹⁰.

Nos meses que antecederam o processo eleitoral do Sindipetro, a diretoria da refinaria desenvolveu uma forte ação opositora à diretoria do sindicato, tentando desarticular as propostas sindicais e, conseqüentemente, a própria entidade. Com o

¹⁸⁹ Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária, 28/04/1962. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

¹⁹⁰ Idem.

Sindipetro no intermédio das negociações salariais e na linha de frente da proposta de encampação, as disputas entre a entidade e refinaria se intensificaram.

Em documento direcionado aos “trabalhadores companheiros de Capuava e ao povo de Santo André e Mauá”, o presidente da entidade, José Mendes de Queiróz, denunciou o processo de difamação de alguns diretores do Sindipetro que, para ele, era uma clara “tentativa de desunião e desmoralização do Sindicato e seus diretores” com uma proposta que “favorece ao empregador para que este não atenda as reivindicações propostas”¹⁹¹. Esses embates, propagandeados pela entidade sindical, foram materializados próximas ao processo eleitoral do Sindipetro.

Em um “Manifesto ao Trabalhadores” datado de 19 de novembro de 1962, a diretoria que pleiteava a reeleição, acusou a diretoria da empresa de interferência no processo eleitoral que o Sindipetro se encontrava. Chamando os petroleiros em grupos, de acordo com a denúncia do documento, a empresa abordava os trabalhadores ameaçando-os de demissão caso votassem na chapa de situação do sindicato¹⁹².

Neste mesmo manifesto a diretoria do Sindipetro esmiuçou as conquistas da entidade afirmando que durante os dois anos de vida do Sindicato, “arrancamos dos bolsos dos Patrões, aproximadamente 230 milhões de cruzeiros por ano, para o bolso do trabalhador, através de aumento e vantagens”. De forma didática elencou os êxitos. Para o ano de 1961 as conquistas permearam as seguintes questões: extensão do Adicional de periculosidade às férias e outras vantagens; aumento salarial de 35%; adicional noturno de 20% com retroatividade de dois anos; aumento médio de 30%; pagamento em dobro aos domingos e feriados trabalhados. Para o ano de 1962 temos: aumento médio de 30%; introdução da jornada de 6 horas e com reivindicações que perpassam um aumento de 60% nos salários, férias em dobro e adicional familiar de Cr\$ 2.500,00¹⁹³. Ao mesmo tempo que procurou elencar as vantagens conquistadas pela luta e pela negociação, o Sindipetro mostrou aos trabalhadores as

¹⁹¹ “Aos trabalhadores companheiros de Capuava, ao povo de Santo André e Mauá”, 27/10/1962. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

¹⁹² “Manifesto aos Trabalhadores”, 19/11/1962. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

¹⁹³ Idem.

tensões e embates no que tange às relações e experiências entre sindicato e empresa, pontuando que foi com a consolidação da entidade que os petroleiros de Mauá empoderaram-se e trouxeram para si ganhos concretos.

O conflito se intensificou a partir da efetivação da demissão de dois petroleiros que concorreram na chapa vencedora do sindicato. Requerendo reintegração aos postos de trabalho, estes dois petroleiros enviaram ofícios à DRT justificando que suas respectivas demissões ocorreram sobre a prerrogativa de perseguição política por parte da empresa.¹⁹⁴ Em boletim informativo aos trabalhadores do petróleo, a diretoria do Sindipetro requeria a imediata reintegração destes trabalhadores e convocava toda a classe para uma reunião de negociação na Delegacia Regional do Trabalho, pontuando que, caso o retorno ao trabalho não ocorresse, os petroleiros passariam “um Natal em nossas trincheiras junto aos companheiros da Petrobras, na defesa de nossos direitos e de nossas liberdades sindicais”¹⁹⁵.

Embora tenha assinado no mesmo período um acordo coletivo com a refinaria, os embates entre sindicato e empresa se mantiveram devido à manutenção a pauta de encampação das refinarias particulares. Para a empresa, proporcionar uma desarticulação da entidade poderia ocasionar uma diminuição ou até a inanição da proposta da classe nacional petroleira¹⁹⁶.

Ao avançar do ano de 1963 as disputas se intensificaram com o crescimento do movimento pela estatização de Capuava. Em boletim de agosto do mesmo ano, o Sindipetro teceu fortes críticas aos diretores da refinaria acusando-os de coletar assinaturas contra o processo de encampação¹⁹⁷. Denominando-os de “pretensos patrões”, a diretoria do sindicato, que já se intitulava como trabalhadores da Petrobras, procurou chamar os petroleiros para defender o projeto de encampação.¹⁹⁸

Estes conflitos se construíram não apenas nas prerrogativas das questões salariais, mas também sobre o aspecto da encampação. Esse foi o ponto crucial dos

¹⁹⁴ “Diário Sindical, Apelo aos Ministros”, *Diário de Notícias*, nº 12.264, 08 de novembro de 1962.

¹⁹⁵ Boletim Informativo, 12/12/1962. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

¹⁹⁶ “Assinado acordo salarial de trabalhadores do petróleo”, *Diário da Noite*, 04 de dezembro de 1962.

¹⁹⁷ Boletim “Companheiros, tudo pela vitória”. Mauá, agosto de 1963. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá

¹⁹⁸ Idem.

embates entre as partes. De acordo com a Lei nº 2004/1953, a Petrobras poderia adquirir 51% das ações das refinarias particulares, tornando-se sócia majoritária dos grupos empresariais, podendo retirar das mãos da iniciativa privada o controle administrativo das empresas, transformando-as em suas subsidiárias.

Tendo como questão nacional a encampação das refinarias, os sindicatos dos trabalhadores do petróleo permearam suas atividades para a preparação de uma conjuntura favorável à encampação, visto que a aquisição destas empresas passaria necessariamente pelas prerrogativas da presidência da República. Essa organização dos movimentos transcorreu por um caminho de pressões entre os laços construídos nas ações sindicais entre as entidades e os trabalhadores.

II Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo – II CNTIP

Procurando consolidar um movimento nacional da classe petroleira, aglutinando os trabalhadores do petróleo, seus respectivos sindicatos e os dirigentes nacionais do petróleo, foi realizado na cidade de Santos entre 14 e 16 de agosto a II Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo – II CNTIP.

Ocorrida no mesmo ano da primeira convenção, o II CNTIP não teve ampla divulgação nos jornais da grande imprensa se comparamos com o primeiro encontro. Ao elencarmos os periódicos de grande circulação nacional, notamos uma forte oposição ao discurso proferido por Francisco Mangabeira, presidente da Petrobras, no encerramento da I CNTIP, concomitante ao processo de ratificação da declaração de princípios e da resolução que resultaram do encontro em Salvador.

Crítico do acordo de Roboré¹⁹⁹, Francisco Mangabeira foi fortemente combatido na imprensa nacional e sob efeito dominó, a Petrobras, o governo e os trabalhadores

¹⁹⁹ Em 1938 foi assinado entre Brasil e Bolívia o Tratado sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano. Dentre os vários pontos firmados, este acordo visava prover o abastecimento de petróleo para o Brasil, com destaque para o desenvolvimento de uma indústria petrolífera de caráter estatal ou mista para a consolidação dos meios de transportes e sistema de distribuição de derivados de petróleo. O acordo de Roboré de 1958, novamente entre Brasil e Bolívia, reverteu 29 pontos que foram compromissados anteriormente. Dentre as notas reversais, destacou-se a permissão da instalação de empresas privadas em território boliviano para a exploração de petróleo. Desta forma, o acordo de Roboré era oposto aos entendimentos dos trabalhadores do petróleo e dos dirigentes nacional da

do petróleo. Em coluna publicada no *Correio da Manhã* denominada “Aula Errada”, o jornal deu o tom da crítica e de certa parte do próprio empresariado, acerca da fala de encerramento da primeira convenção. Nas palavras do periódico

a descabida afirmação sobre o acordo de Roboré dá a medida da incapacidade e da tendência esquerdizante do Sr. Mangabeira. Como todo “nacionalista” (note-se bem entre aspas) [sic], quer impedir que a iniciativa privada brasileira consiga na Bolívia o que lhe foi recusado no Brasil, isto é, pesquisar e explorar petróleo com o objetivo de nos tornar autossuficientes desse combustível. O país queria na Petrobras um homem que se preocupasse em cortar os desperdícios imensos da empresa, capacitando-a efetivamente a nos dar o petróleo de nosso subsolo, tanto quanto o consumimos. Em vez desse homem de qualidade, deram-nos um lente (sic) de Direto Internacional que gosta de dar palpites sobre acordos cuja apreciação não lhe compete e nem lhe foi pedida.²⁰⁰

O que estava em jogo era a manutenção de uma política nacional para petróleo e para os petroleiros. Ao defender o acordo de Roboré, o *Correio da Manhã* defendia a iniciativa privada, com destaque para a empresa que se constituiu para pleitear o direito de explorar o petróleo boliviano.

A companhia União Brasil-Bolívia era uma empresa de capital privado que tinha no grupo da Refinaria União o seu principal acionista e, portanto, o seu primeiro incentivador. Em seu relatório para os acionistas, a Refinaria União elencou as mais variadas jazidas de petróleo, como no Irã, Peru, Colômbia e Bolívia, destacando as providências que a empresa estava tomando para efetuar a exploração de petróleo no país andino²⁰¹.

A II CNTIP foi realizada sob a representação de 10 sindicatos com destaque para o tema da Petrobras como “fator de emancipação econômica do país”, da proposta da “criação da Federação dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo” e do “fortalecimento das relações e colaboração entre os trabalhadores de petróleo do Brasil e do Mundo”.

Petrobras, pois o referido acordo acabaria com a proposta de consolidação do monopólio estatal de importação de petróleo defendida a partir do I CNTIP. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/robore-acordo-de>. Acesso em 10/10/2017.

²⁰⁰ “Exclusão”, *Correio da Manhã*, 26 de janeiro de 1962.

²⁰¹ Relatórios e Balanços de 1958 da Refinaria e Exploração Petróleo União S.A.

Publicada em um suplemento especial do jornal *Novos Rumos*, a II CNTIP foi apresentada por um breve relato do desenvolvimento da indústria do petróleo no Brasil, no qual foi descrita as propostas formuladas de defesa para com os trabalhadores e a necessidade imperiosa de se consolidar a empresa estatal como detentora no monopólio da política petroleira brasileira²⁰².

Semelhante ao movimento da convenção de Salvador, o II CNTIP construiu sua argumentação a partir do levantamento e consideração de cinco pontos.

1) A necessidade de corrigir a presente situação em que as empresas permissionárias do refino se beneficiam no nível elevado de rentabilidade - os mesmos preços de venda conferidos à Petrobras – só justificável em relação a empresa executora do monopólio estatal, tendo em vista as atividades de pesquisa, lavra, refinação e transporte do petróleo; 2) O interesse existe para a política nacional do petróleo de implantar uma direção única do parque de refino, a fim de ajustar nas melhores condições operacionais e econômicas, a produção e o consumo de produtos petrolíferos; 3) A existência de empresas particulares permissionárias do refino cria graves empecilhos ao desenvolvimento harmônico e rápido da indústria nacional do petróleo, bem como choques de interesses entre algumas das permissionárias e os órgãos responsáveis pela política petrolífera do País; 4) As atuais empresas particulares executam um serviço que, nos termos do Decreto-lei nº 395 de 29 de abril de 1938²⁰³, é considerado de utilidade pública; 5) A lei nº 2.004 nos seus artigos 24 e 26 prevê o controle, pela Petrobras, do parque nacional do refino²⁰⁴.

Essas considerações são importantes para podemos entender a dimensão das propostas e das orientações que os trabalhadores do petróleo entendiam e concebiam como fundamentais para a consolidação da Petrobras como agente do desenvolvimento econômico do Brasil.

Essa retórica não é uma prerrogativa exclusiva da classe petroleira. O próprio movimento que pensou a temática do petróleo no Brasil, como o Centro de Estudos e

²⁰² “II Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo”, *Novos Rumos*, suplemento especial de 30 de janeiro de 1962.

²⁰³ Decreto assinado pelo ditador Getúlio Dornelles Vargas que versa sobre a declaração de utilidade pública e regulação a importação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim da indústria da refinação de petróleo importado ou produzido no país. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-395-29-abril-1938-349746-publicacaooriginal-73902-pe.html>. Acesso em 10/10/2017.

²⁰⁴ “II Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo” *Novos Rumos*, suplemento especial de 30 de setembro de 1962.

Defesa do Petróleo e da Economia Nacional - Cedpen, defendia que ao criar uma empresa estatal, todas as etapas de exploração e refinação deveriam ser garantidas à Petrobras, desta forma, como atesta Angelissa Azevedo, o “discurso dos adeptos da campanha pela nacionalização do petróleo no Brasil associava a questão do petróleo ao tema da soberania nacional”²⁰⁵.

É inegável que ter uma empresa estatal como agente do desenvolvimento de um parque industrial petrolífero e petroquímico era determinante para o fortalecimento das políticas nacionais voltadas para o processo de industrialização de cunho nacional-desenvolvimentista. Essa perspectiva do tema da criação da Petrobras permeou em “direção a um movimento popular de caráter genuinamente nacionalista e anti-imperialista (Campanha *O Petróleo é Nosso*)”²⁰⁶.

Sendo um movimento mundial, cuja “exploração nacionalista culminou com a instalação de estatais em mais de cem países”, a criação deste tipo de empresa para este setor da indústria se constituiu, de acordo com Carlos Lucena, na “principal matriz energética do capitalismo monopolista e o seu controle era sinônimo de uma possibilidade concreta de desenvolvimento social e econômico”²⁰⁷.

Ao lutar pela garantia da efetivação do projeto petrolífero estatal como delineado pelo II CNTIP, ou seja, com a encampação das refinarias particulares, os petroleiros de Mauá teriam acesso a algumas vantagens financeiras que os operários da Petrobras recebiam, desta maneira se transformariam em funcionários públicos, embora houvesse diferenças salariais entre as unidades refinadoras da Petrobras,

Em 1960 na refinaria de Mataripe, os petroleiros baianos do Sindipetro Refino²⁰⁸ fizeram eclodir uma greve reivindicando que os salários pagos para os

²⁰⁵ SILVA, Angelissa Azevedo e. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional in FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 328.

²⁰⁶ VIZENTINI, Paulo G Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente in FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 2003, p. 204.

²⁰⁷ LUCENA, Carlos. *Tempos de destruição*. Educação, trabalho e indústria do petróleo. EDUFU: Uberlândia, 2004, p. 33.

²⁰⁸ O movimento sindical dos petroleiros da Bahia possuía duas entidades de classe que representavam duas categorias de trabalhadores. O Sindipetro/Refino representava os petroleiros da Refinaria de

trabalhadores do petróleo da Bahia fossem equiparados com os de Cubatão. Tendo como mote o slogan “equipara ou aqui para”, os petroleiros de Mataripe adotaram a tática de “mostrar cópias dos contracheques dos operários de São Paulo, indicando quanto os trabalhadores de Mataripe iriam ganhar caso o movimento fosse bem-sucedido”²⁰⁹.

As vantagens pagas aos petroleiros de Cubatão também percorreram os setores da Refinaria União, no qual o Sindipetro reivindicou equiparação salarial com os trabalhadores da refinaria da Baixada Santista²¹⁰. Adicional de periculosidade, adicional noturno, participação nos lucros, salário-família, gratificação de férias, gratificação de Natal e adicional por tempo de serviço, eram as vantagens salariais pagas aos empregados da Petrobras da Refinaria de Cubatão²¹¹.

As pautas de reivindicações efetivadas na II CNTIP foram determinantes para o processo de consolidação de uma perspectiva de classe para a categoria dos petroleiros. As redes de luta, apoio e solidariedade tecidas nos encontros nacionais em Salvador e Santos foram primordiais para construção de uma atmosfera favorável ao projeto de estatização.

Fortalecendo o Sindipetro e arregimentando aliados

O Sindipetro de Mauá e os trabalhadores do petróleo enxergavam a necessidade de ampliar os espaços de atuação com a participação na articulação das pautas trabalhistas nacionais. Ao mesmo tempo que ajudavam a fortalecer as pautas sindicais, visto que os petroleiros em geral, não apenas os de Mauá, estavam em um processo de consolidação da categoria, o Sindipetro angariava fortes aliados de outros setores, além dos sindicatos dos petroleiros dos outros estados, para fortificar

Mataripe. Por sua vez o Sindipetro/Extração representavam os trabalhadores que laboravam nos campos de extração de petróleo na região do Recôncavo Baiano

²⁰⁹ IVO, Alex de Souza. *Uma história em verde, amarelo e negro*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, p. 99.

²¹⁰ “Edital de Convocação”. Mauá, sem data. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

²¹¹ Vantagens salariais pagas aos empregados da Petrobras na RPBC. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

em âmbito nacional a pauta de encampação. Concomitante a isso, ajudavam a compor as fileiras do movimento sindical da região do ABC.

Para arregimentar aliados e assentar o movimento dos petroleiros de Mauá pelo sindicato e pela encampação, o Sindipetro começou a inserir como ponto de pauta nos editais de convocação para assembleias questões relativas a união dos sindicatos da região abecedense em prol de reivindicações comuns às categorias.

Para a entidade, a junção de forças com outros sindicatos mais consolidados no movimento sindical da região poderia proporcionar o fortalecimento das ações pela encampação da Refinaria União. Sintomático deste processo era a ocorrência das assembleias do Sindipetro na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e do Material Elétrico de Santo André, Mauá e Ribeirão Pires, na cidade de Santo André²¹².

Em chamada para uma reunião intersindical na região do ABC, o edital de convocação dos petroleiros deixou claro qual era o papel da reunião. Tendo como princípio o fortalecimento de um grupo que unisse as entidades sindicais da região, os petroleiros, pensando como primeiro movimento, defendiam uma ideia de alinhamento para “entrosarmos nossa campanha com os Sindicatos e Trabalhadores do ABC e também fortalecermos a unidade sindical”²¹³. Desta forma, a pauta da reunião se concentrou na perspectiva da defesa e garantia das liberdades sindicais, “luta contra a carestia e pelas reformas de base” e, por fim, reforçar as fileiras pela “encampação da Refinaria de Capuava para o engrandecimento da Petrobras”²¹⁴.

Essa noção de união de classe dos petroleiros com os trabalhadores da região foi fundamental também para fortalecer a realização do Congresso da União Nacional dos Estudantes - UNE que ocorreu na cidade de Santo André no ano de 1963.

Em manifesto assinado por dezesseis sindicatos, inclusive o Sindipetro, e denominado “Conclamação ao povo”, o conselho sindical da Borda do Campo

²¹² Edital de Convocação, Mauá, sem data. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

²¹³ Edital de Convocação para Reunião Intersindical, Mauá, sem data. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá

²¹⁴ Idem.

demonstrou a necessidade do fortalecimento do Congresso da UNE para que as pautas nacionalistas, como a reforma agrária e a educacional defendidas pela entidade dos estudantes, fossem consolidadas para que fomentasse as bases para a formação do que eles chamaram de “aliança operária, camponesa e estudantil”²¹⁵.

Ao tecer as redes de apoio às reivindicações das entidades sindicais da região do ABC, o Sindipetro consolidou sua posição e também fortificou os posicionamentos adotados para enraizar o projeto nacional dos petroleiros. Vale ressaltar que esta perspectiva de promoção de uma unidade sindical com participação dos petroleiros de Mauá foi importante para os desdobramentos do movimento grevista pela encampação ocorrida entre outubro e novembro de 1963 que falaremos mais à frente.

As redes de apoio e solidariedade entre as categorias são fundamentais para a manutenção e conquista de direitos. O apoio entre os trabalhadores pode propiciar a obtenção das pretensões requisitadas nos movimentos paredistas. Ao estudar os trabalhadores do Porto de Santos, Fernando Teixeira da Silva nos mostrou o poder que essas redes de solidariedade entre as classes podiam ocasionar aos movimentos grevistas. Para o autor e, no caso santista, “as categorias profissionais com pequeno poder de barganha tiveram suas reivindicações atendidas graças, sobretudo, ao apoio dos portuários que ameaçavam cruzar os braços ou forçavam e, de fato, obtinham uma greve geral na cidade”²¹⁶. Essa noção de rede será peça chave para a compreensão do projeto nacional da classe petroleira que abordaremos no próximo capítulo.

Com um cenário político nacional propício para os trabalhadores, os sindicatos e os trabalhadores dos mais diversos espaços conseguiram pautar suas organizações e suas reivindicações. Com acentuadas disputas e embates políticos, o governo de João Goulart foi um importante campo de agitação do movimento sindical,

²¹⁵ Manifesto “Conclamação ao povo”, sem data. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

²¹⁶ SILVA, Fernando Teixeira. *A carga e a culpa*. Os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade. 1937-1968. Santos: Hucitec, 1995, p. 20.

principalmente com a volta do regime presidencialista²¹⁷ e com o presidente Goulart no centro político do país.

Neste período o mote nacional foi construído através da defesa pelas reformas de base que o governo de João Goulart propunha. Como aponta Marcelo Badaró foi no governo de Jango que houve a possibilidade da abertura de “espaços políticos para a discussão das propostas do sindicalismo”²¹⁸, possibilitando o fortalecimento das discussões e das ações das entidades sindicais dos petroleiros.

Essas reformas eram compreendidas pelos grupos políticos de cunho nacionalista e de esquerda, como o PCB, União Nacional dos Estudantes, as Ligas Camponesas a Frente Parlamentar Nacionalista²¹⁹, como um

conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Entre as principais reformas, constavam a bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB²²⁰

Desta forma as reformas de base pensadas pelo governo Goulart e defendidas pelos movimentos de esquerda se constituiriam como importante braço para a mudança da sociedade brasileira em seus aspectos econômicos, sociais e políticos. Para o movimento sindical as propostas contidas nas reformas eram pontos centrais nas reivindicações de natureza nacional. Assim sendo, a compreensão nacionalista calcada nas reformas de base “propunha uma política de desenvolvimento autônomo do país, independente do capital estrangeiro”²²¹, neste caso a Petrobras seria um dos

²¹⁷ O regime presidencialista retornou após a realização de plebiscito nacional em 1963. Com ampla aprovação, João Goulart teve restituído suas prerrogativas de chefe de Estado e de Governo, derrubando o regime parlamentarista. Este regime foi implementado a partir de uma solução de compromisso entre os Chefes militares, o Congresso Nacional e o presidente João Goulart que garantiu a posse de Jango como presidente após a renúncia de Jânio Quadros.

²¹⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 98.

²¹⁹ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964 in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 2003, p. 352.

²²⁰ Ibidem, p. 351-352.

²²¹ SILVA, op. cit., p. 185.

principais agentes deste desenvolvimento, a partir da encampação das refinarias privadas.

O Sindipetro, pensando na esfera da Região do ABC juntamente com a cidade de São Paulo, procurou desenvolver uma ação sindical que dialogasse com outros sujeitos e outras entidades sindicais. Mais precisamente no ano de 1963, o movimento operário desta região metropolitana se viu na iminência na organização de uma greve geral que ocorreu na cidade de São Paulo no mês de outubro.

A greve dos 700 mil foi um movimento paredista efetivado entre os dias 29 de outubro e 3 de novembro. Essa greve mobilizou 14 categorias de trabalhadores aglutinadas em torno do Pacto de Ação Conjunta – PAC que, por sua vez, fazia parte do próprio Comando Geral dos Trabalhadores - CGT. O PAC foi constituído para “iniciar uma campanha salarial unificada de várias categorias, apesar das datas-bases diferentes” tendo como eixo central a fomentação de uma “luta anual unificada do operariado, o que fortaleceria o poder de barganha de todas as categorias e, certamente, seus laços de solidariedade e sua consciência de classe”²²².

As propostas pretendidas pelo PAC foram constituídas por um

reajuste salarial de 100% a partir de 1º de novembro de 1963, revisão quadrimestral de salários de acordo com o custo de vida, igualdade de remuneração para os trabalhadores admitidos depois do acordo, adicional de 5% por quinquênio de serviço na empresa, férias em dobro, desconto equivalente a um dia do salário do primeiro mês já reajustado em favor dos sindicatos da respectiva categoria profissional, revisão do zoneamento e aumento do salário mínimo²²³.

Pensando a prerrogativa do fortalecimento das ações pela estatização da Refinaria União e da própria entidade de classe, além de consolidar as atividades de 1963 sob a perspectiva de solidariedade entre o operariado, o Sindipetro começou a pautar em suas assembleias a adesão da entidade e dos trabalhadores do petróleo ao PAC.

Para o sindicato, o PAC serviria para encaminhar de forma unitária a campanha salarial dos petroleiros em aliança com outras categorias profissionais da região e do

²²² PEREIRA NETO, op. cit., p. 305-306.

²²³ Ibidem, p. 307.

Estado de São Paulo, fortificando o Sindipetro. Em assembleia permanente no mês de outubro, os petroleiros deliberavam as ações a serem empreendidas em consonância com o PAC, fortalecendo as negociações pelas reivindicações, ao mesmo tempo que pautava a proposta de encampação da Refinaria União²²⁴.

Em uma proposição de ação intersindical, os petroleiros em entendimento com os petroquímicos, têxteis, trabalhadores da alimentação e gráficos da região, organizaram uma assembleia conjunta marcada para o dia 31 de outubro de 1963 para debater uma ação de solidariedade ao Pacto de Ação Conjunta²²⁵.

A pauta foi construída sob oito pontos dentre os quais constava o apoio ao reajuste salarial na porcentagem de 100%, férias em dobro, garantia do livre exercício da atividade dos delegados sindicais nos locais de trabalho, desconto de um dia de salário para ser recolhido em favor do sindicato e apoio ao projeto de encampação a Refinaria de Capuava. Com exceção da proposta de revisão de zoneamento e aumento do salário mínimo, as outras reivindicações foram defendidas pelas categorias reunidas nesta assembleia²²⁶.

Dentro da perspectiva nacional, a pauta da encampação das refinarias privadas já aparecia em documentos produzidos por entidades de caráter nacional. Na carta de princípios e reivindicações da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, resultante do II Congresso Brasileiro dos Trabalhadores na Indústria ocorrida em 1963 na cidade do Rio de Janeiro, constava a defesa intransigente da estatização das empresas de “atividade vital” como as refinarias de petróleo²²⁷.

Os petroleiros, em assembleia permanente, propuseram a concessão de poderes à Federação dos Químicos e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, para que, juntamente com o Sindipetro, representassem a classe

²²⁴ Edital de Convocação, 29 de setembro de 1963. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

²²⁵ “Pela Unidade do movimento sindical – Convocação aos Metalúrgicos”, Mauá, sem data. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

²²⁶ Idem.

²²⁷ Carta de Princípios e Reivindicações dos Trabalhadores na Indústria. APESP/DEOSP, Dossiês Movimento Operário: Comando Geral dos Trabalhadores - CGT e Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias - CNTI, Ordem Social nº 0060, p. 178.

petroleira de Mauá nas negociações em qualquer instância, visando o aumento geral dos salários e a concretização do projeto de encampação²²⁸.

Outra experimentação dentro do movimento sindical de âmbito nacional foi a ampliação do debate das reivindicações da classe petroleira pelo Comando Geral dos Trabalhadores - CGT.

O CGT, movimento resultante da união entre as classes trabalhadoras, concentrou a organização do movimento operário nacional e procurou aglutinar as pautas dos sindicatos, federações e confederações de trabalhadores. Desempenhando papel relevante no cenário político nacional, congregando diversos setores e entidades, o CGT pode ser entendida, de acordo com Lucília Neves Delgado, como “a mais importante experiência de unificação do movimento sindical brasileiro”, representando os aspectos de ligação das “crescentes mobilizações sindicais” do período²²⁹. Para Marco Aurélio Santana, a entidade “nascia com o encargo de organizar uma campanha pelas reformas de base”²³⁰, desta maneira unindo as pautas nacionais das categorias.

Esse tipo de organismo foi constituído à revelia da legislação trabalhista. Como assevera Fernando Teixeira, “esses órgãos intersindicais eram proibidos por lei, e seu caráter horizontal se distinguia da verticalização sindical corporativista”. Deste modo o CGT conseguiu pautar a reivindicação de diversas categorias e “aproximar trabalhadores e Estado”²³¹.

Dialogando com as reformas de base e com as ideias de desenvolvimento de políticas econômicas e sociais que versassem sobre o prisma do “nacionalismo, modernização distributivistas e reformas sociais”²³², o CGT desenvolveu suas

²²⁸ Edital de Convocação, 29 de setembro de 1963. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

²²⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *CGT no Brasil (1961-1964)*. Belo Horizonte: Editora Vega, 1981, p. 72.

²³⁰ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos*. São Paulo/Rio de Janeiro, Boitempo/Unirio, 2001, p. 117.

²³¹ SILVA, op. cit., p. 186.

²³² NEGRO, Antonio Luigi. SILVA, Fernando Teixeira. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)* in FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 2003, p. 72.

propostas a partir da constituição de princípios em prol de uma defesa das reformas e do fortalecimento do movimento sindical, desta forma tinha como orientação o

controle das remessas de lucro para o exterior, restrição aos investimentos estrangeiros, direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados, ampliação da organização dos trabalhadores rurais, reforma agrária, urbana, bancária, universitária e da Previdência Social, fortalecimento da presença do Estado na economia e nas empresas nacionais²³³.

Será nesse entendimento de articulação das lutas dos sindicatos que o CGT pautou a proposta encampação das refinarias particulares através da consolidação do monopólio estatal do petróleo. Vale destacar que essa pauta já constava nas teses propostas pela delegação dos trabalhadores do Rio de Janeiro para o IV Encontro Sindical Nacional e pelos operários que entraram em greve em julho de 1962²³⁴.

Não obstante, em outubro de 1963, o CGT lançou um manifesto que continha sete pontos de reivindicações, no qual constava como primordial para a política econômica do Brasil a “ampliação do Monopólio Estatal do Petróleo com encampação das refinarias particulares e com a Petrobras na distribuição de todos os seus produtos”²³⁵.

Consequentemente a essa concepção, havia o entendimento de que para fortalecer a Petrobras e a economia brasileira, tendo os trabalhadores do petróleo como agentes ativos e centrais do processo, era necessário encampar as refinarias.

Ao agrupar aliados em benefício da construção de uma pauta conjunta sob os aspectos das reivindicações salariais e, simultaneamente, procurar desenvolver uma agenda em consonância com os movimentos nacionais de trabalhadores, o Sindipetro e os trabalhadores de Mauá conseguiram intensificar o projeto em favor da encampação das refinarias particulares que, por sua vez, se acentuou no ano de 1963.

²³³ Idem.

²³⁴ DELGADO, op. cit., p. 38 e 101.

²³⁵ Ibidem, p. 116-117.

CAPÍTULO III - Do local para o nacional: a encampação como projeto de classe

O ano de 1963 no Brasil foi um marco fundamental nos desdobramentos da história dos movimentos de trabalhadores, não se limitando ao seu espaço temporal e transpondo-se até o golpe de abril de 1964, visto que as ações pautadas pelo sindicatos e trabalhadores neste ano acabaram por influenciar os desdobramentos do ano seguinte, não perdendo de vista, evidentemente, o contexto dos quatros primeiros anos da década de 1960.

Neste período, a luta do operariado brasileiro foi constituída de um intenso e poderoso jogo político em prol de pautas que versavam desde a conquista de direitos nos locais de trabalho até a concretização das políticas voltadas para a perspectiva nacionalista que era “elemento integrante do clima efervescente e característico de um período [...] no qual a proposição de transformação pela via nacional desenvolvimentista era o carro-chefe da vida política nacional”²³⁶.

Como aponta Fernando Teixeira da Silva ao analisar os processos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região – São Paulo, o “longo ano de 1963” foi sintoma dos desdobramentos das lutas dos trabalhadores que

lançaram-se não apenas em “greves políticas”, mas também e, sobretudo, em reivindicações e lutas por melhores condições de vida e trabalho, além da participação dos trabalhadores nos processos decisórios dos movimentos com maior visibilidade pública²³⁷.

Este ambiente de forte efervescência trabalhista e sindical, através de greves, paralisações e negociações intensas com a Justiça, empresários e governo, foi determinante para a difusão e consolidação do movimento que pautava o projeto nacional de encampação das refinarias particulares, devido ao quadro político e sindical que se construía em benefício dos trabalhadores do petróleo. Desta forma,

²³⁶ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964) in FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical* (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 362.

²³⁷ SILVA, Fernando Teixeira. *Trabalhadores no tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964*. 1º edição, São Paulo: Alameda, 2016, p. 115.

quanto mais forte os operários se faziam, mais favorável e resistente a pauta nacional da classe dos petroleiros se constituía.

No que tange a conjuntura política nacional destaco dois fatores que impulsionaram estes movimentos. Tanto a volta do regime presidencialista em 1963, com João Goulart a frente do governo, como a construção e proposição do Plano Trienal foram pilares para a propagação e fortificação do movimento operário neste período.

Os trabalhadores foram fundamentais para o retorno do presidencialismo como forma de governo no Brasil. Tendo, nas mãos do presidente Jango, todas as prerrogativas governamentais, o jogo político virou e as reivindicações trabalhistas se concentrariam nas mesas de negociação entre as entidades de classe, os trabalhadores e o gabinete de presidência. Embora essa relação tenha sido permeada de intempéries, com acirramentos políticos entre os grupos e com oscilações por parte da presidência da República, o Brasil retornando ao presidencialismo em 1963 “parecia indicar a força que os movimentos sociais tinham adquirido, alimentando as esperanças de que, fortalecido politicamente, João Goulart poderia implantar finalmente as reformas de base”²³⁸.

No aspecto econômico, o Plano Trienal²³⁹, embora não aplicado, foi uma importante ferramenta política usada pelos trabalhadores para defenderem com veemência as propostas de reforma de base. Sob a justificativa que o Plano Trienal, proposto pelo economista Celso Furtado, nada mais era, para os setores da esquerda como os sindicatos, o PCB e os movimentos sociais, que um instrumento de manutenção da desigualdade social e dos privilégios políticos e econômicos dos grupos empresariais. No tocante ao seu processo de implementação, “o plano

²³⁸ Ibidem, p.114.

²³⁹ O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social foi uma proposta desenvolvida pelo economista Celso Furtado que tinha como objetivo controlar o déficit público do Estado Brasileiro e reduzir a inflação, tendo como viés a manutenção da política nacional-desenvolvimentista. Ver: MELO, Hildete Pereira de; BASTOS, Carlos Pinkusfeld; ARAÚJO, Victor Leonardo. A Política macroeconômica e o reformismo social: Impasses de um governo sitiado in FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre memória e a história*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 79-107.

esgotara-se muito rapidamente”, resultando no seu abandono e a intensificação da ideia de aplicação de tais reformas²⁴⁰.

No caso aqui refletido, a classe petroleira, ao defender mudanças profundas na estrutura econômica e social, tinha como objetivo fundamental garantir que o parque petrolífero brasileiro ficasse sob o monopólio da Petrobras. Como vimos no capítulo anterior, o processo de construção e consolidação do Sindipetro passou pela formalização, junto com outros movimentos e entidades, do programa de estatização das refinarias particulares.

Dentro do panorama de fortalecimento da Petrobras, a classe petroleira teve no ano de 1963 o ápice do movimento através da intensificação do debate e do dinamismo político-sindical que os trabalhadores do petróleo travaram para garantir a pauta da encampação, culminando na assinatura do decreto presidencial em 13 de março de 1964 no comício da Central do Brasil na cidade do Rio de Janeiro. Pensando a relevância do projeto nacional para as refinarias privadas, proponho uma imersão exclusiva sobre esse processo, perfazendo os caminhos que alicerçaram toda a trajetória da proposta da classe petroleira.

A Encampação pela Petrobras

O projeto de encampação foi um movimento nacional, defendidos por todos os sindicatos do setor petrolífero tanto do setor privado como da Petrobras. O protagonismo desta ideia foi dos trabalhadores do petróleo, entretanto a empresa possuía dentro de seus quadros da diretoria, pessoas que compreendiam a extrema necessidade de criar possibilidade para garantir o sucesso e o abastecimento de derivados do petróleo, com o desenvolvimento de projeções de refino e consumo que foram apurados pela Petrobras e setores econômicos do governo.

²⁴⁰ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964 in FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 2003, p. 366.

Dentro do governo federal e da Petrobras haviam setores progressistas que viam na empresa brasileira o fio-condutor para a construção e consolidação de um projeto moderno para o setor industrial brasileiro e para a sociedade como um todo, posto que cada vez mais crescia a indispensabilidade e o consumo dos derivados do petróleo.

Para construir uma justificativa que subsidiasse o processo de estatização, a Petrobras teve em seu conselho de administração²⁴¹ um importante agente que produziu pareceres para fundamentar a desapropriação ou não das empresas petrolíferas privadas.

Construído pelos seus conselheiros, os pareceres se constituíam como registros importantes que nos mostram o processo de levantamento de dados e o discurso utilizado para legitimar a decisão impetrada. Como as refinarias particulares ao serem adquiridas passariam a compor o parque industrial de refino da Petrobras, o conselho de administração teve que se debruçar na questão para construir, pelos representantes dos acionistas, uma justificativa que sustentasse a política a ser adotada.

No parecer do conselheiro Manuel da Costa Santos²⁴² consta uma breve descrição dos motivos defendidos pelo corpo técnico da empresa estatal que construiu sua justificativa a luz das necessidades de abastecimento de derivados de petróleo para os anos de 1966 e 1967. No entanto, seu discurso era de oposição à encampação das refinarias particulares. Para Costa Santos, com a produção das refinarias brasileiras, haveria um excedente de derivados devido a inauguração das refinarias da Petrobras no Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Desta forma essas refinarias dariam conta do consumo na região Sul e na região Centro-Oeste e com a

²⁴¹ De acordo com a Lei n 2.004/1953 o Conselho de Administração era composto com por: a) 1(um) Presidente nomeado pelo Presidente da República e demissível ad nutum com direito de veto sobre as decisões do próprio Conselho e da Diretoria Executiva. b) 3 (três) Diretores nomeados pelo Presidente da República, com mandato de 3 (três) anos; c) Conselheiros eleitos pelas pessoas jurídicas de direito público, com exceção da União em número máximo de 3 (três) e com mandato de 3 (três) anos; d) Conselheiros eleitos pelas pessoas físicas e jurídicas de direito privado, em número máximo de 2 (dois) e com mandato de 3 (três) anos, cada parcela de 7,5 % (sete e meio por cento) do capital votante da Sociedade. Extraído de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2004.htm. Acessado em 17/11/2017.

²⁴² Não foi possível averiguar a origem deste conselheiro e nem quem este representava no Conselho de Administração da Petrobras.

sobra de produtos poderia haver um remanejamento para o maior mercado consumidor do país.²⁴³

Para o governo federal e, conseqüentemente, para a Petrobras o projeto de encampação era fundamental para a consolidação da Lei 2.004/53, do monopólio do petróleo, do desenvolvimento das propostas das reformas de base e do setor industrial brasileiro. Esse pensamento fica evidente no parecer do Conselheiro Osório da Rocha Diniz que entendia ser necessário a encampação das refinarias particulares para atender os interesses políticos e econômicos do país, corroborando com o relatório do grupo de trabalho que fora composto para dar sustentação ao projeto estatizante.

Para Rocha Diniz, a questão maior era garantir que a Petrobras se fortalecesse como agente do desenvolvimento econômico brasileiro. Pensando o seu espaço de atuação e o seu lugar de fala, Diniz atesta o sentimento da classe petroleira em prol da encampação. Para o conselheiro o

problema apresenta-se sob vários aspectos: um deles é que temos pela frente a consolidação do monopólio estatal e da posição da PETROBRAS. Sou homem de empresa, estou ligado a entidades de classe há mais de 30 anos, mas bem sei que em matéria de petróleo não existe livre iniciativa, não existe livre concorrência e, no momento, o que estamos vendo é que pela Lei 2.004 há um monopólio dentro de um outro monopólio, um super monopólio protegido de empresas que negociam sem riscos, pegando a melhor parte do refino, sem risco absolutamente algum²⁴⁴.

Ao defender a Petrobras Diniz se posiciona contra as empresas privadas do petróleo, atacando a Refinaria União com base nos relatórios e balanços por ela produzidas:

Pela leitura dos relatórios da Refinaria de Capuava, sempre criticando a política estatal, não dando sequer tranquilidade à PETROBRAS para trabalhar, fazendo mesmo, apelo às Classes Armadas, de acordo com os seus interesses, não tendo dúvidas em afirmar que o adiantamento da questão irá criar cada vez mais choques entre a nossa Empresa e a "empresa privada estatal". [...]. Se nós adiarmos a solução, a meu ver, e este é o meu voto, estamos desgastando a PETROBRAS,

²⁴³ "Desapropriação de Ações da Refinaria e Exploração de Petróleo União S/A". Dossiê, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, parte 1, p. 04-14.

²⁴⁴ Ibidem, p. 47.

estamos desgastando a posição do Presidente da República. Portanto, sou pela encampação²⁴⁵.

Desta forma o discurso pela aquisição das refinarias particulares ganhava ares de defesa da política nacional desenvolvimentista, tendo a Petrobras como carro chefe dentro do conselho de administração da própria empresa estatal.

Ao arregimentar uma manifestação pela iminência da encampação, o conselheiro Osorio Rocha Diniz fortalecia e solidificava o movimento defendido pela classe petroleira que a grande imprensa tendia sempre a implodir. De fato, a proposta dos trabalhadores do petróleo, com forte apoio dos sindicatos, grupos de esquerda, partidos políticos e simpatizantes, era benéfica para a Petrobras.

Exemplo das possibilidades desta ação foi o relatório feito por um grupo de trabalho, criado pelo governo golpista em 1964, que tinha como objetivo se debruçar sobre o decreto de encampação efetuado pelo governo Goulart. Neste documento é possível asseverar a importância e a necessidade que tinha na época a estatização das refinarias particulares. Instituído pela Petrobras em 16 de abril de 1964, este grupo de trabalho concluiu que era:

conveniente e oportuno, para a PETROBRAS e o país, o prosseguimento da desapropriação das ações das empresas permissionárias de refinação, nos termos do Decreto nº 53.701, de 13 de março de 1964 até a sua integral incorporação a empresa executora do monopólio estatal do petróleo²⁴⁶.

Este relatório foi construído a partir da análise de dados que versavam sobre a necessidade da supressão das demandas de derivados do petróleo para o mercado consumidor brasileiro, principalmente do Estado de São Paulo. Concomitantemente a essas questões o documento também se pautou sobre o aspecto do monopólio do petróleo pela Petrobras, visto que tal perspectiva estava contida em lei.

Consubstanciando os dados e os aspectos jurídicos, econômicos e financeiros, informações técnicas de abastecimento, pesquisa e relevância do projeto de encampação, o grupo de trabalho corroborou com o Decreto de nº 53.701 de 13 de

²⁴⁵ Ibidem, p. 49.

²⁴⁶ “Relatório sobre a Desapropriação das Ações das Empresas Permissionárias de Refinação de Petróleo”. Dossiê, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, parte 1, p. 1.

março de 1964 assinado pelo Presidente João Goulart no comício da Central do Brasil, mostrando para o governo golpista que tal ação era legal, no aspecto jurídico, e importantíssimo para a indústria petrolífera brasileira²⁴⁷.

A oposição da Grande Imprensa

Sempre de prontidão para defender o capital privado, os empresários e os seus próprios interesses, a grande imprensa usava cotidianamente de influência e de seu poder de manipulação para construir um forte discurso contra o projeto nacional de estatização e contra os trabalhadores do petróleo.

O conjunto da grande imprensa tem como pressuposto o período de publicação de um periódico e “uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para sua sobrevivência”²⁴⁸. Dependente do capital privado, além das vendas por assinaturas e bancas, os jornais propagadores de tais discursos em questão possuíam uma alta capilaridade e presença constante nos mais diversos públicos, influenciando as opiniões da sociedade em prol de seus interesses e de seus investidores.

Para Maria Helena Capelato, a grande imprensa se concebia a partir dos seus campos de atuação e duração, compreendendo estes veículos de comunicação como “instrumentos de manipulação de interesses e intervenção na vida política. Desde os primórdios, seus representantes sempre atuaram como opositores ou defensores dos governos e se destacaram como articuladores dos principais movimentos do país”²⁴⁹.

Sempre ao lado do capital privado e, majoritariamente, contra as pautas defendidas pelos trabalhadores, a grande imprensa foi o principal agente de oposição ao projeto de encampação. Extensas reportagens e editoriais calorosos foram

²⁴⁷ “Relatório sobre a Desapropriação das Ações das Empresas Permissionárias de Refinação de Petróleo”. Dossiê, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

²⁴⁸ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru, EDUSC, 1999, p. 37.

²⁴⁹ CAPELATO, Maria Helena. *História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo* in DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014, p. 303.

produzidos para criticar a proposta dos trabalhadores do petróleo e dos setores mais próximos a eles.

Defendendo os interesses do capital privado petroleiro, os jornais construíam uma narrativa acerca da importância das empresas particulares do petróleo e o seu papel no desenvolvimento do parque industrial brasileiro e do setor petrolífero. Sendo a Refinaria União a maior empresa privada de petróleo no Brasil e situada no Estado de São Paulo, os periódicos intercediam com veemência aos seus interesses.

Em um primeiro cenário temos os periódicos pertencentes ao grupo Diários Associados, com o *Jornal do Commercio* e *O Jornal*. Sempre publicando os editais de convocação para as assembleias da Refinaria, as atas resultantes e os relatórios e balanços financeiros provenientes dos exercícios anuais da empresa, estes jornais podem ser compreendidos como os veículos oficiais de propaganda da empresa.

Com o avançar do ano de 63 e com o desdobramento e consolidação do projeto de encampação, os grupos opositores intensificavam seus discursos contra a proposta. A grande imprensa, sempre em prontidão, usava suas páginas para defender os interesses do empresariado, atacando os trabalhadores e resguardando a Refinaria União.

Em letras garrafais, o *Diário de Notícias* propagava as opiniões de diversos jornais em publicação de 12 de novembro de 1963. Sob o título de “Opinião pública contra a encampação das refinarias particulares”, este periódico, em consonância com outros jornais, compilou os editoriais publicados pela grande imprensa brasileira que defendiam as empresas privadas do petróleo e criticavam os trabalhadores de Mauá que se encontravam em greve neste período. Estavam juntos nesta empreitada os principais jornais do eixo Rio-São Paulo como o *Última Hora*, *Correio da Manhã*, *Folha de São Paulo*, o *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Diário de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Jornal*²⁵⁰.

Os textos possuíam em comum uma intensa crítica aos trabalhadores do petróleo, suas entidades de classe e os apoiadores da proposta de encampação.

²⁵⁰ “Opinião pública contra a encampação das refinarias particulares”, *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 1963.

Chamando o movimento de “ameaça subversiva”, “sovietização do petróleo”, “encampação criminosa”, “caminho da insensatez”²⁵¹, dentre outros, os jornais alardeavam fortes críticas ao movimento sindical em benefício aos empresários do petróleo e apontavam, por sua vez, os protagonistas da ação grevista.

Tanto o Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, quanto o Pacto de Unidade e Ação - PUA e a classe petroleira foram os alvos certos dos editoriais. Com artigos publicados entre os dias 8 e 10 de novembro, a grande imprensa atacou os principais agentes que impulsionaram a greve de encampação, ao mesmo tempo que defendiam os trabalhadores que não entraram no movimento paredista e que continuaram a operação na Refinaria União.

O jornal *O Estado de São Paulo* dividiu os trabalhadores em dois grupos: os que se encontravam no trabalho e aqueles que estavam em greve, construindo, por sua vez, uma ideia de hierarquia entre os trabalhadores. Para o jornal aqueles que trabalhavam possuíam “preparo técnico”, possibilidades de ascensão dentro da empresa e que defendiam com forte furor a iniciativa privada, em oposição a isso, os grevistas eram os desprovidos de conhecimento geral e técnico e que não “poderia(m) galgar as posições de importância na empresa”²⁵².

Ao tecer um discurso de exaltação aos trabalhadores que não entraram em greve, desqualificando os paredistas, o periódico *O Estado de São Paulo* contribuiu para construção de uma imagem de que estes operários eram os verdadeiros defensores da economia nacional e da iniciativa particular.

Demarcando tais grupos de trabalhadores, o jornal paulista marcou o alvo a ser abatido, a classe petroleira que se encontrava em greve deveria ser extirpada. O movimento paredista dos trabalhadores do petróleo de Mauá fazia parte, na visão do discurso anticomunista, de um espectro maior: o “surto grevista seria parte da conspiração revolucionária dos comunistas”²⁵³ e que devia ser fortemente combatido na ótica dos jornalões.

²⁵¹ Idem.

²⁵² “Opinião pública contra a encampação das refinarias particulares”, *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 1963.

²⁵³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese de Doutorado (História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 315.

Assis Chateaubriand, proprietário do Grupo Diários Associados, denominou, em tom romântico, a necessidade de se defender com veemência a Refinaria União enquanto empresa privada. O “Espírito de Capuava”, para ele, se constituiu na iminência de aglutinar as forças para construir “uma impávida resistência ao crime político”, fortificando os petroleiros que se encontravam no trabalho na refinaria como uma “intrépida minoria, empolgada pela beleza da luta antipelego-comunista (sic), lograva produzir mais barris de óleo refinados do que quando as suas turmas trabalhavam no pleno”²⁵⁴.

A manifestação de Chateaubriand corroborava o senso comum do discurso de ameaça do comunismo. Essa linguagem foi um dos fios-condutores que percorreram as linhas traçadas pelos jornalões. As ideias anticomunistas, marcadamente construídas, foram rigorosamente e incessantemente usadas pela grande imprensa, dentro desta perspectiva, Motta assevera que:

a bandeira anticomunista não foi mero pretexto, simples “indústria” explorada com fins diversos dos propalados no discurso. O “perigo comunista” era considerado real por setores expressivos, geralmente situados no topo da estrutura social. Eles acreditavam ter razões para defender os valores da tradição, família, religião e pátria, ou mesmo valores do mundo moderno como democracia e livre-iniciativa, contra as investidas revolucionárias²⁵⁵.

Ao defender uma ideia de democracia e a livre concorrência do capital privado, os periódicos atacavam aqueles que eles entediam como barreiras para a livre iniciativa.

Para o periódico *O Jornal* o movimento tinha amparo no “CGT, PUA, os deputados nacionalistas russos, o Fórum de Debates, os comunistas chineses e colocados mais altos, os assessores pessoais e diretos do presidente, inclusive o chefe da Casa Civil”²⁵⁶. O jornal *O Globo* desenvolveu uma ideia paranóica, que, bem

²⁵⁴ “Opinião pública contra a encampação das refinarias particulares”, Diário de Notícias, 12 de novembro de 1963.

²⁵⁵ MOTTA, op. cit., p. 343.

²⁵⁶ “Opinião pública contra a encampação das refinarias particulares”, Diário de Notícias, 12 de novembro de 1963.

articulada e propositadamente criada, arregimentaria opositores aos grevistas e à proposta de estatização.

Para o jornal carioca,

Capuava funcionando e produzindo a salvo das manobras vermelhas será sempre uma brecha no sistema que os comunistas estão montando para um dia pararem o País – inclusive imobilizando as Forças Armadas que nada poderão fazer sem os suprimentos de gasolina -, objetivando com isto causar a anarquia, que derrubará as instituições e lhes dará o Poder²⁵⁷.

Para o *Diário de São Paulo* o movimento grevista tinha como objetivo o fortalecimento do que eles chamaram de “conjunto industrial russificado” e que o maior prejudicado com a encampação de Capuava seria o Estado de São Paulo devido à ação dos trabalhadores do petróleo, que para o jornal eram os “maus brasileiros”²⁵⁸.

Influenciadores de opinião e com alta penetração nos mais diversos espaços, a grande imprensa jogou com todas as armas possíveis para derrotar o projeto de encampação das empresas petrolíferas privadas. Ao atacarem o governo federal e a classe trabalhadora, a grande imprensa tentou desarticular o movimento nacional dos petroleiros, arregimentando contra eles os fiéis defensores do capital privado, destacando as empresas privadas como as impulsionadoras do desenvolvimento econômico nacional.

Tessitura de redes entre a classe petroleira

O projeto de encampação das refinarias particulares foi um processo de fortalecimento de debates, práticas e propostas que se constituíram a partir do entendimento da união dos trabalhadores do petróleo como sujeitos ativos no processo. Embora a decisão final pertencesse às prerrogativas da presidência da República, como aponta a Lei nº 2.004/1953, a ação de estatização foi resultado das pressões da classe petroleira e das ações articuladas entre as entidades de classe e os petroleiros espalhados pelos estados brasileiros.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Idem.

O ano de 1963 seria o período decisivo para a proposta de consolidação da Petrobras como detentora do monopólio do petróleo e que este projeto só seria garantido a partir da movimentação e dos laços construídos pela classe petroleira. Essa conjuntura foi para o presidente do Sindipetro de Cubatão o ápice do movimento dos petroleiros. Para Geraldo Silvino de Oliveira,

a força dos sindicatos passa a aparecer a partir de 1960. E culmina, a nível político, com a encampação das refinarias particulares nos antecedentes próximos, dias e meses que antecederem 64. O ponto alto da luta política sindical dos petroleiros foi, sem sombra de dúvida, a encampação das refinarias particulares, que também foi o ponto de partida para o golpe de 1964²⁵⁹.

O processo de construção da classe petroleira permeou a perspectiva de formação das redes de sociabilidade, união e solidariedade entre os trabalhadores do petróleo e suas entidades de classe. Ao fomentarem as duas Convenções Nacionais dos Trabalhadores do Petróleo, os petroleiros arregimentaram para si um contexto político que fortaleceu a categoria e possibilitou o desenvolvimento de projetos conjuntos para consolidar os petroleiros dentro do movimento operário brasileiro.

A formação de redes organizativas²⁶⁰ entre os trabalhadores do petróleo, em âmbito nacional, resultou no agrupamento em pauta única de diferentes contextos políticos, econômicos e sociais, além das experiências diversas dentro do movimento sindical nacional. Essas redes de apoio e união se constituíram como um conjunto denso entre os petroleiros e os seus sindicatos, em uma relação interestadual e regional.

Refletindo sobre a perspectiva da construção de redes entre os trabalhadores e seus impactos na formação de classe, Mike Savage aponta a relevância da construção de rede sociais que possam transpor os limites espaciais da ação dos trabalhadores e também da construção de elos consistentes entre os grupos. Para o autor inglês,

²⁵⁹ Depoimento de Geraldo Silvino de Oliveira de 1988 para o CPDOC/FGV- SERCOM/Petrobrás, 1989. ("Projeto Memória da Petrobrás").

²⁶⁰ SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho in BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

a formação de classe exitosa envolve a mobilização de uma população dispersa, difusa, e, portanto, são aqueles grupos que estão aptos a construir redes ligando-os a pessoas em outros lugares não próximos, que estão aptos a mobilizar e organizar para defender seus interesses.²⁶¹

Dentro dessa ótica, a classe nacional petroleira foi transpassada pela construção de uma rede coesa que aglutinou em torno da pauta da encampação suas ações no início da década de 1960, intensificando as práticas políticas e sindicais no ano de 1963, cujas movimentações pelo projeto de estatização tiveram auxílio dos sindicatos do petróleo espalhados pelos parques industriais petrolíferos.

Entre o eixo Rio-São Paulo

Uma entidade fortemente ligada aos petroleiros de Mauá era o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo no Estado da Guanabara, que era presidido por Fernando Hermenegildo Autran. Agente importante nas negociações e articulações entre as entidades de classe dos petroleiros e a direção da Petrobras, visto que a sede administrativa da empresa estatal se situava na cidade do Rio de Janeiro, o Sindipetro Guanabara se constituiu como uma espécie de central das movimentações da classe petroleira em prol do projeto de encampação.

Era na sede desta entidade que os dirigentes petroleiros se encontravam e coordenavam as ações a serem empregadas para a efetivação do projeto. Nestas reuniões os debates e propostas de ação resultaram em um maior entendimento e que se converteu na organização das atividades da classe petroleira no que tange as práticas para a concretização do projeto nacional dos petroleiros.

Foi no periódico *O Sindipetro* – órgão dos trabalhadores de petróleo dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara - que as notícias sobre os planejamentos e execuções tinham maior ênfase e propagação. Edições extras foram publicadas para informar acerca dos desdobramentos do plano dos petroleiros. Exemplo desta ação é a edição extra de agosto de 1963 que continha 12 denúncias que perpassavam

²⁶¹ Ibidem, p. 27.

questões contra a Refinaria União, parlamentares ligados ao capital privado, “ao desrespeito ao espírito da lei 2.004”, concomitante à ideia de defesa da Petrobras e de sua direção²⁶².

Cotidianamente em suas edições, constavam-se as manchetes referentes ao processo de construção da encampação. Chamadas apontavam para os caminhos que seriam seguidos e os apoios que a classe petroleira recebia de outras entidades sindicais. Em chamada de página inteira, *O Sindipetro* publicou um estudo da Associação dos Engenheiros da Petrobras nos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara que fora intitulado de “Técnicos da Petrobras ao povo brasileiro”²⁶³.

Reproduzindo o documento da associação dos engenheiros, o jornal tinha como objetivo mostrar que os técnicos, especialistas em petróleo, que operavam na empresa estatal também apoiavam a encampação, ao mesmo tempo que a utilizava como meio de corroborar o discurso produzido pelos sindicatos do petróleo e por aqueles que apoiavam a proposta.

A Baixada sobe a Serra

O Sindipetro de Cubatão foi uma das entidades mais importantes e atuantes do movimento sindical brasileiro, mais precisamente na região da Baixada Santista. Como representante dos trabalhadores da maior refinaria de petróleo brasileira²⁶⁴, esta instituição foi peça fundamental no fortalecimento dos sindicatos dos trabalhadores do petróleo e da própria classe petroleira, tanto no Brasil como na Baixada Santista, sendo presidido por Geraldo Silvino de Oliveira.

Como uma das principais forças políticas e sindicais da cidade de Santos, o Sindipetro de Cubatão possuía enraizada e intensa experiência no meio sindical, cujo conhecimento foi difundido para o movimento pró-encampação. O próprio contexto santista também foi propício à ação sindical dos petroleiros, tendo no Fórum Sindical

²⁶² “Denúncia”. *O Sindipetro*, agosto de 1963, nº8, ano I. Arquivo do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro.

²⁶³ “Técnicos da Petrobras ao povo brasileiro”. *O Sindipetro*, 06 de setembro de 1963, nº 10, ano I.

²⁶⁴ Refinaria Presidente Bernardes em Cubatão refinava 110 mil barris de petróleo por dia. Informação extraída: Desapropriação de Ações da Refinaria e Exploração de Petróleo União S/A.

de Debates – FSD um agente importante, que contribuiu com o debate e a difusão do projeto.

O Fórum Sindical de Debates era uma entidade dirigida pelos diretores sindicais santistas, na qual, “cada sindicato possuía o direito a um voto nas assembleias, as quais se realizavam de forma itinerante nas diversas sedes dos sindicatos, tendo os trabalhadores direito a debater e apresentar propostas”. Vale ressaltar que o FSD foi presidido pelo presidente do Sindipetro de Cubatão entre 1961 e 1963.²⁶⁵

A dinâmica do movimento sindical de Santos foi construída pela força e a organização dos sindicatos e dos seus trabalhadores. Estudando os operários do maior porto brasileiro, Fernando Teixeira da Silva assevera que essa força se mostrava a partir das redes de solidariedade que foram construídas entre as categorias da cidade.

Quando uma categoria entrava em greve ou paralisava os respectivos serviços, outros grupos podiam paralisar e fortalecer o movimento. Esse processo se constituía devido às diferenças entre os grupos de trabalhadores e os espaços de trabalho. Para o autor,

muitas vezes, categorias profissionais com pequeno poder de barganha tiveram suas reivindicações atendidas graças, sobretudo, ao apoio dos portuários que ameaçavam cruzar os braços ou forçavam e, de fato, obtinham uma greve geral na cidade²⁶⁶.

Em reunião do FSD na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos, em agosto de 1963, os dirigentes sindicais presentes destacaram a necessidade de promoverem uma greve geral caso houvesse um fracasso nos entendimentos para a encampação das refinarias privadas, criando para isso uma comissão de dirigentes que compareceriam à Refinaria de Capuava para

²⁶⁵ SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-68. São Paulo: Hucitec; Santos; Prefeitura Municipal de Santos, 1995, p. 169-170.

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 20.

compreender o movimento e articular apoio e solidariedade aos trabalhadores do petróleo de Mauá.²⁶⁷

Após a greve de encampação realizada pelos petroleiros de Mauá, o FSD juntamente com o Sindipetro Cubatão realizou uma conferência com o Deputado Almino Afonso defendendo o projeto dos petroleiros. Ocorrido em 12 de dezembro de 1963, este evento se constituiu como um dos desdobramentos do movimento grevista e contou com a presença de representantes de diversas entidades sindicais, de trabalhadores de Capuava, vereadores, representantes do prefeito de Santos e do presidente da Câmara Municipal da mesma cidade, juntamente com um público entre 350 e 400 pessoas de acordo com a polícia santista.²⁶⁸

O evento permeou as questões acerca da importância da Petrobras como detentora da exploração total do petróleo, destacando as projeções de consumo de derivados para o mercado consumidor paulista e afirmando que, com a encampação de Capuava e a sua respectiva expansão de refinação, junto com o alargamento da produção da Refinaria Presidente Bernardes, a demanda pelo petróleo e pelos seus derivados ocasionariam o total suprimento das necessidades do mercado²⁶⁹.

Esse forte apoio das entidades santistas foi fundamental para o desenvolvimento da ação sindical e grevista dos petroleiros de Mauá. As experiências sindicais dos petroleiros da Baixada Santista já tinham crescido suas raízes. A força dos trabalhadores santistas e dos seus sindicatos possibilitaram uma movimentação intensa para a construção das bases que alicerçaram e, ao mesmo tempo, estimularam a classe petroleira a arquitetar ponto a ponto as intervenções pela encampação.

Em 10 de junho de 1963 foi realizada uma reunião dos petroleiros de Cubatão no qual foi construída uma carta endereçada ao presidente da Petrobras, General Albino Silva, e para os dirigentes Hugo Régis Reis e Jairo José Farias. Neste

²⁶⁷ Relatório Reservado nº 454. "Reunião do Fórum Sindical de Debates". 21 de agosto de 1963, APESP/Deops, Dossiê Delegacias do Interior/Santos, Doc. 836, p. 85.

²⁶⁸ Relatório Reservado nº 611. "Conferência do Deputado Almino Afonso". Santos, 13 de dezembro de 1963, APESP/Deops, Dossiê Delegacias do Interior/Santos, Doc. 836, p. 335.

²⁶⁹ Ibidem, p. 336.

documento foram apresentadas algumas deliberações referentes à categoria que eram voltadas tanto para os petroleiros como para a própria Petrobras²⁷⁰. Ao proporem questões alusivas à empresa estatal e a classe petroleira, as entidades do petróleo, ao mesclarem os interesses, uniam os agentes em uma pauta única.

Nas pautas apresentadas pelo Sindipetro de Cubatão para a Petrobras, advindas dos trabalhadores do petróleo da Refinaria Presidente Bernardes, constata-se os pontos salariais da categoria e a defesa da imediata estatização das refinarias particulares. Em assembleia permanente realizada em 28 de setembro de 1963, os petroleiros de Cubatão ao rechaçarem a proposta salarial oriunda da Petrobras, adotaram algumas resoluções que, na visão sindical, poderiam sustentar e solucionar as “dificuldades que a Petrobras enfrenta na luta pela ampliação e fortalecimento do monopólio estatal”²⁷¹.

Essas medidas permeavam questões que transpunham os interesses salariais da categoria. Para os petroleiros havia a necessidade imperiosa de fortificar a empresa estatal, resultando na efetivação de uma política nacional para o petróleo e para a classe petroleira.

Dentre as pretensões se encontravam a encampação da Refinaria de Capuava, o monopólio da importação de petróleo e da distribuição de petróleo e seus derivados, reformas administrativas, aceleração de pesquisas e obras, estabelecimento de uma política realista de preços para os derivados e facilidades cambiais. Muitas destas pautas, enviadas ao corpo administrativo da empresa, eram provenientes das convenções da classe anteriormente construídas coletivamente²⁷².

O Sindipetro de Cubatão e seus dirigentes procuravam deixar os petroleiros e os sindicatos da Baixada cientes do processo fazendo reuniões e assembleias. Durante a greve de encampação, as pautas das reuniões entre os trabalhadores do petróleo permeavam as questões de solidariedade e apoio aos grevistas de Mauá.

²⁷⁰ Relatório reservado nº 339, “Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Cubatão, Santos e São Sebastião”, Santos, 20 de junho de 1963. APESP/Deops, Dossiê Delegacias do Interior/Santos, Doc. 835, p. 697.

²⁷¹ Relatório reservado nº 504, “Aumento salarial para pessoal da Petrobras”, Santos, 3 de outubro de 1963. APESP/Deops. Dossiê Delegacias do Interior/Santos, Doc. 836, p. 239.

²⁷² Idem.

Em assembleia de 31 de outubro foi reforçada a questão de solidariedade aos trabalhadores de Capuava que se encontravam em greve por reivindicações salariais e pela encampação, movimento duplo e de caráter distinto, ao mesmo tempo que os trabalhadores presentes na reunião deram aos diretores plenos poderes de decisão acerca do movimento da classe²⁷³. Em 11 de novembro, no Sindicato dos Operários nos Serviços Portuários, ficou novamente deliberado que a diretoria tinha plenos poderes para tomar qualquer decisão em razão da greve, com possibilidade de deflagração de um movimento paredista em apoio aos trabalhadores de Mauá²⁷⁴.

O *Sindipetro*, jornal do Sindipetro de Cubatão, foi um veículo importante de difusão da pauta da categoria na Baixada Santista. Em suas edições propagandeava a necessidade da encampação para a concretização do projeto de monopólio integral do petróleo. Em manchete, o periódico alardeava o êxito do movimento grevista de Capuava, “greve vitoriosa: Governo promete encampar Capuava”²⁷⁵.

Na coluna editada pela redação do jornal mostrava-se as perspectivas do projeto e o discurso usado como justificativa para a encampação. Para os editores, a real necessidade da ação permeava o consumo projetado e o monopólio integral de bandeira nacionalista, afirmando que “a encampação da Refinaria de Exploração União é ponto pacífico”²⁷⁶, ou seja, era algo concreto e iminente.

Esses pontos, ao aparecerem nas mesas de negociação, nos jornais e nas assembleias dos trabalhadores, ajudavam a ampliar o escopo de atuação e penetração das propostas construídas pelos petroleiros. O quadro que se formava, com apoio das entidades sindicais, tanto dos operários do petróleo como de outras categorias, além dos dirigentes da Petrobras e de setores políticos nacionalistas, proporcionaram a cristalização e efetivação do processo de encampação.

Operação Capuava

²⁷³ Relatório reservado nº 560, Santos, 01 de novembro de 1963. APESP/Deops, Dossiê Delegacias do Interior/Santos, Doc. 837, p. 484.

²⁷⁴ Relatório reservado nº 572, Santos, 12 de novembro de 1963. APESP/Deops, Dossiê Delegacias do Interior/Santos, Doc. 837, p. 546.

²⁷⁵ Prontuário nº 8929, Almino Afonso. APESP/Deops, p. 10.

²⁷⁶ Idem.

As redes conjuntas tecidas pela classe petroleira foram construídas a partir dos entendimentos do fortalecimento da Petrobras como única detentora do capital petrolífero brasileiro, no que tange todos os aspectos do monopólio do petróleo no Brasil. Compreendidos nesta perspectiva e sabendo que o projeto de encampação se constituiria a partir do tensionamento das relações entre trabalhadores, sindicatos, Refinaria União e governo federal, a classe petroleira se aglutinou em torno dos petroleiros de Mauá. Seria a partir de Capuava que a estatização das refinarias particulares teria início.

As movimentações dos sindicatos do petróleo eram independentes, ao mesmo tempo que o Sindipetro de Mauá se agitava com os seus trabalhadores, os outros Sindipetros realizavam suas atividades²⁷⁷. Próxima à sede administrativa da Petrobras, o Sindipetro Guanabara pautava em seus jornais o desenrolar do projeto e os apoios que ele ganhava.

Noticiando a posse do novo presidente da Petrobras General Albino Silva, e dos diretores Jairo José Farias e Hugo Régis Reis, o Sindipetro ancorou o debate a partir dos entendimentos destes acerca da encampação. Com a chamada “Albino toma posse falando em encampar refinarias particulares”²⁷⁸, o sindicato carioca construiu uma linha de pensamento que evidenciou o apoio destes diretores.

Sendo o cargo de presidente da Petrobras uma prerrogativa de indicação da presidência da República, o General Albino Silva em seu discurso de posse refletiu, necessariamente, o entendimento do governo federal acerca da questão da estatização. De certa forma o General era um porta voz de João Goulart.

A expansão da refinação, particularmente na área de maior consumo – Planalto Paulista, impõe também urgente decisão a respeito da Refinaria de Capuava. Ouvi do Senhor Presidente da República que o declarou a outras dirigentes da empresa, o conceito de que lhe parece pacífica a conveniência da sua incorporação à Petrobras, assim como das demais refinarias particulares²⁷⁹.

²⁷⁷ Não foi possível, neste trabalho, adentrar às questões acerca das relações entre sindicato e trabalhadores das outras localidades. Tal demanda necessitaria de um outro trabalho mais amplo e profundo, perfazendo os espaços de atuação das entidades de classe dos petroleiros.

²⁷⁸ “Albino toma posse falando em encampar refinarias particulares”, *O Sindipetro*, junho de 1963, nº 6, ano I.

²⁷⁹ Idem.

Aproveitando-se deste contexto o Sindipetro Guanabara construiu um discurso de confluência de ideias, expondo um fio condutor que uniu o pensamento dos trabalhadores do petróleo com o da presidência da empresa, procurando mostrar força para o movimento, de acordo com o jornal “o discurso do General Albino Silva reflete, em linhas gerais, o pensamento dos trabalhadores em petróleo, tal como foi oficialmente definido por ocasião de nossa 2ª Convenção Nacional”²⁸⁰.

No que tange os dois diretores acima citados²⁸¹, ambos foram indicações políticas dos sindicatos do petróleo para os cargos diretivos na administração, reivindicação defendida nas duas convenções da categoria. No caso de Jairo Farias, antes de se tornar diretor da Petrobras, foi superintendente da Refinaria de Mataripe “por indicação de três mil operários e unanimidade dos líderes sindicais do país”²⁸². A nomeação de ambos diretores, por sua vez, foi “recebida com acentuado entusiasmo pelos milhares de trabalhadores de petróleo espalhados em todo o país”²⁸³.

Na Baixada Santista as ações se concentravam nas próprias organizações de trabalhadores da região. O FSD e o Sindipetro Cubatão foram importantes agentes para o desenvolvimento e fortalecimento do projeto dos petroleiros. Assembleias, reuniões, conferências e paralisações foram fundamentais para alavancar a pauta nacionalista e de encampação. Em abril de 1962, os trabalhadores do petróleo de Cubatão ao organizarem uma greve, com apoio das entidades da região, pautavam as questões acerca da luta nacionalista e da encampação das indústrias voltadas para o petróleo²⁸⁴ que já se encontravam deliberadas na Convenção Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo.

Em Minas Gerais, a recém-fundada associação dos trabalhadores em petróleo, oriunda dos trabalhadores da construção da Refinaria Gabriel Passos na cidade de

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ Não foi possível durante a pesquisa descobrir a trajetória do diretor Hugo Régis Reis

²⁸² IVO, Alex de Souza. *Uma história em verde, amarelo e negro*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, p. 155.

²⁸³ “Jairo e Hugo na diretoria da Petrobras com apoio dos sindicatos”. *O Sindipetro*, junho de 1963, nº 6, Ano I.

²⁸⁴ SILVA, op. cit., p. 175.

Betim, região metropolitana de Belo Horizonte, em suas ações iniciais como entidade de classe já procurava pautar as questões de encampação em suas assembleias.

Sintomático desta perspectiva foi a realização de uma assembleia geral extraordinária com os petroleiros mineiros. Para além de mostrar a carta sindical recebida do Ministério do Trabalho, que transformava a associação em sindicato, os dirigentes e o plenário reiteraram a necessidade de estatizar Capuava, colocando em votação e obtendo aprovação da decretação de estado de “greve de apoio”, por tempo indeterminado²⁸⁵.

No jornal *Voga*, órgão do Sindipetro Minas, a questão do projeto nacional dos petroleiros aparecia de forma entusiasmada, procurando instigar os trabalhadores a fortalecerem o movimento, mesmo a partir do entendimento de que era imperiosa a decretação de greve em meados de agosto.

Comentando sobre a assembleia de 23 de agosto em Santo André, que falaremos mais a frente, o *Voga* elevou ao máximo, em tons românticos, a reunião andreense. Para o jornal, o ambiente do plenário era de “inolvidável pelo entusiasmo, pela decisão e pela vontade férrea demonstrada pelos trabalhadores de Capuava em incorporar ao monopólio estatal a Refinaria que eles batizaram de “Presidente Vargas”²⁸⁶, tal linha de interpretação da reunião serviria para mostrar as mineiros que havia uma intensidade pela encampação entre os trabalhadores da Refinaria União.

Embora a greve não tenha sido decretada naquele momento devido ao contexto político de aguardar um posicionamento mais claro de João Goulart e dos setores administrativos da Petrobras, o periódico mineiro não deixou de apontar uma descrição da situação da assembleia,

o silencio que se seguiu é indescritível. Depois de vivas à Petrobras de toda a exaltação que a todos dominava desde o princípio da Assembleia, tomar conhecimento da necessidade foi um golpe rude demais. Os mais lutadores, mais destemidos, os mais vibrantes

²⁸⁵ Dossiê Petrobras (Minas Gerais). Relatório de dados sobre pessoal. Walter de Assis, 20 de agosto de 1963, Pasta 007, p. 11, APM/Dops-MG.

²⁸⁶ “O sindicato e a encampação de Capuava”, *Voga*, 26 de agosto de 1963, sem número, Ano I, p. 01. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo no Estado de Minas Gerais – Sindipetro/MG. Gentilmente cedido ao autor pela direção da entidade por via eletrônica.

choraram lágrimas amargas, que só mesmo os interesses superiores do bem-estar e dos interesses nacionais justificariam²⁸⁷.

Mesmo em situação de lamurias, como descritas acima, o jornal procurou incitar os petroleiros a manterem a ação e a organização, afirmando que era dever dos petroleiros “manter o ataque”, marcando presença para novos entendimentos com o governo federal e a Petrobras²⁸⁸.

Por sua vez, na Refinaria de Mataripe no Recôncavo Baiano, a primeira unidade de refino estatal do Brasil, os trabalhadores baianos também se agitavam em torno da encampação. O deputado Mário Lima, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação no Estado de Bahia – Sindipetro/Refino, a partir de suas prerrogativas de parlamentar usou a tribuna da Câmara dos Deputados para defender a Petrobras, logo sua empregadora, e a estatização das refinarias particulares.

Para o petroleiro baiano as empresas privadas de refino e exploração eram inconvenientes para o Brasil, afirmando que

não compreendemos que esta anomalia, que apenas beneficia a um pequeno grupo, ainda exista em nosso País. O que nos parece fundamental para a política nacional do petróleo da Nação não é pregar aos quatro ventos que a Petrobras precisa de reorganização, mas sim que a Petrobras e a Nação brasileira precisam da encampação das refinarias particulares²⁸⁹.

Com um representante no Congresso Nacional defendendo as questões da classe petroleira, as entidades sindicais que representavam os petroleiros baianos pautavam em Mataripe a questão da encampação. Procurando informar a importância da proposta da classe, o jornal *Sindipetro*, órgão do Sindipetro/Refino, elencou quatro questões primordiais para justificar a seguinte indagação: “Porque a Petrobras quer encampar Capuava?”²⁹⁰.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ “Encampação de Refinarias”, *Correio Brasiliense*, Câmara dos Deputados, 1º caderno, 04 de março de 1964, nº 1.161, ano 153 (2ª fase), p. 03.

²⁹⁰ “Informativo Sindipetro”, Salvador, 20 de agosto de 1963, nº 53. Arquivo Nacional, Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima – DIVIN, documentação avulsa nº 0012, p. 03.

Reiterando o entendimento da necessidade de compreensão do projeto da classe petroleira, o periódico destaca a questão do consumo de derivados no mercado consumidor paulista, do monopólio integral do petróleo no Brasil, a previsão de encampação no que tange a Lei nº 2.004 e a forte oposição do capital privado frente ao crescimento da Petrobras. Simultaneamente que pontuava a importância do projeto, o *Sindipetro* atacava os opositores, destacando a grande imprensa do eixo Rio-São Paulo como “O Estado de São Paulo, O Globo e os Diários Associados”.²⁹¹ Ao insistir na tese do consumo de derivados, o Sindipetro/Refino corroborou com a argumentação do corpo técnico da Petrobras e com o parecer elaborado pela empresa. Ratificando a questão, os petroleiros baianos confluíram a um ponto em comum, fortalecendo o discurso da classe.

As articulações e as dinâmicas regionais foram importantes para preparar um terreno propício para a eventualidade de uma greve de apoio e construir uma conjuntura de união de classe entre os trabalhadores do petróleo, transpondo os limites geográficos. Foi o processo de construção da proposta de encampação que propiciou a tessitura de uma rede uníssona que auxiliou na moldagem da classe petroleira. Como aponta Mike Savage, “o processo de formação de uma classe implica a criação de ritmos e turnos temporâneos, rotineiros e típicos”²⁹².

As conexões entrelaçadas entre os sujeitos de espaços diferentes, interligadas pelos aeroportos, redes telefônicas ou pelos telegramas, foi ponto nodal no sucesso do projeto, visto que as refinarias particulares foram encampadas no comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964 e discutidas sua manutenção ou não no governo golpista.

Embora adiante o final, o processo construtivo da proposta da classe petroleira foi permeado de reuniões, primordialmente, entre o eixo Rio-São Paulo, constituindo uma frente de ação intersindical da categoria.

Em seu boletim informativo nº 2, com o título de “encampação ou greve”, o Sindipetro Mauá repassou aos trabalhadores de Capuava as decisões da reunião

²⁹¹ Idem.

²⁹² SAVAGE, op. cit., p 37.

intersindical ocorrida entre os dias 15 e 16 de julho. Constituída de dez pontos, as decisões se intermediavam na constituição de ações para a possibilidade de efetivação de uma greve pela encampação com a deliberação de uma possível decretação de greve conjunta em solidariedade entre a classe petroleira em favor dos petroleiros da Refinaria União²⁹³, mostrando o diálogo construído entre as entidades.

Um destes pontos era a criação de um fundo de greve para a manutenção dos trabalhadores grevistas e para o desenvolvimento das atividades paredistas propostas pelo Sindipetro Mauá. Em 24 de julho de 1963, foi realizada uma nova assembleia com os petroleiros de Mauá para informar a categoria acerca do andamento da campanha, dos entendimentos entre os sindicatos e as autoridades da Petrobras e do governo federal.

As deliberações da reunião se concentraram nas questões de amplo impacto, como ficar em alerta para a eclosão da greve com autorização para que a diretoria a decrete, realizar uma assembleia permanente caso a encampação não seja efetuada, fazer campanha para constituir fundo de greve, realização de assembleias nos sindicatos do petróleo “para estarem preparados para o que der e vier”, efetuar assembleia conjunta em Santo André com as outras entidades sindicais petroleiras, constituir memorial para disponibilizar a todos os sindicatos abecedenses em apoio a luta pela encampação²⁹⁴.

Cientes de que o projeto tinha forte oposição da diretoria da Refinaria União, o Sindipetro já apontava a proximidade e a iminência da decretação da encampação, afirmando que “os sindicatos do petróleo não reconhecem mais autoridade nos dirigentes da Refinaria de Capuava”²⁹⁵, mostrando força e clareza das condições políticas favoráveis à estatização.

Em meio a isso, os petroleiros militantes ligados ao sindicato apontavam as constantes perseguições e demissões de trabalhadores que possuíam intenção de dar apoio à encampação. Usando palavras de ordem contra os diretores da petroleira, os sindicalistas sempre pautavam as próprias questões político-sindicais de forma que

²⁹³ “Boletim Informativo nº 2 – Encampação ou Greve”. Santo André, 18 de julho de 1963.

²⁹⁴ “Boletim Informativo nº 3 – Campanha de Encampação”. Santo André, sem data.

²⁹⁵ Idem.

se constituísse uma ideia de união da classe petroleira em prol do caráter nacionalista da proposta que os diretores sindicais entendiam como orientação certa e necessária para à encampação de todas as refinarias particulares, “a emancipação virá, porque esse é o desejo dos trabalhadores e porque é a solução necessária aos interesses do nosso país”²⁹⁶, evidenciando uma concepção em conformidade com as outras entidades de classe dos petroleiros.

No caso da petroleira, usando de um discurso em oposição à propositura dos trabalhadores e ancorando-se na falsa questão da amplitude e penetração dos acionistas da Refinaria União, seus diretores construíram uma nota atacando os trabalhadores do petróleo de Mauá, seu sindicato e todos aqueles que defendiam à encampação.

Assinada por Alberto Soares Sampaio, presidente da empresa, o documento intitulado “Mensagem aos trabalhadores de Capuava” procurou descrever o papel que a Refinaria União tinha como agente do desenvolvimento econômico brasileiro, colocando-a como protagonista e redentora da indústria petrolífera brasileira, pois, para ele, “Capuava é (...) a resposta que não poderia ser negada ao apelo do Governo, em 1946, dirigido a iniciativa particular para que colaborasse ao abastecimento do mercado nacional de derivados do petróleo”²⁹⁷.

As tensões e conflitos entre as partes tenderam ao acaloramento com o crescimento do movimento pró-encampação. Em *O Sindipetro*, periódico do sindicato carioca, José Mendes de Queiroz, presidente do Sindipetro Mauá, descreveu o ambiente de trabalho dentro da refinaria declarando que haviam perseguições e demissões de operários que estavam familiarizados com o projeto da classe petroleira, impedindo, inclusive, que os diretores do sindicato adentrassem às dependências da Refinaria União²⁹⁸.

Chamando para a realização da “Grande Assembleia”, no dia 23 de agosto de 1963, em Santo André, com a presença dos dirigentes dos Sindipetros do Brasil

²⁹⁶ “Boletim Informativo nº 2 – Encampação ou Greve”. Santo André, 18 de julho de 1963.

²⁹⁷ SAMPAIO, Alberto Soares. “Mensagem aos trabalhadores de Capuava”. Capuava, 19 de julho de 1963.

²⁹⁸ “Vive-se em Capuava num ambiente de ódio e perseguição”. *O Sindipetro*, agosto de 1963, nº 8, Edição Extra, Ano I.

(Amazonas, Bahia, Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e das cidades de Duque de Caxias, Cubatão e Mauá), o Sindipetro de Capuava descreveu as ações arroladas até o mês de agosto, com destaque às reuniões dos Sindipetros dos outros estados que autorizaram, se necessário fosse, a “decretação imediato de greve de apoio” aos petroleiros abecedenses; à reunião entre o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT e o Pacto de Unidade e Ação – PUA “ a fim de debater a luta pela encampação”; à declaração de apoio da Federação Nacional dos Ferroviários que “decretará greve geral, em todo o setor, caso isso seja necessário, pela vitória de nossa luta”; à coordenação do CGT, em caráter nacional, ao projeto de encampação; e por fim, destacou uma reunião a ser realizada em Brasília com João Goulart com a presença dos dirigentes sindicais do petróleo e diretores da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria – CNTI e do CGT²⁹⁹.

Ao mostrar para os trabalhadores o processo construtivo de uma rede de apoio para a efetivação da encampação, o Sindipetro estabeleceu uma conjuntura favorável para os próprios trabalhadores do petróleo de Mauá, ao mesmo tempo que as entidades teciam uma estrutura para uma intervenção com João Goulart. Mostrar força, união e um plano consistente para Jango era fundamental para que o projeto se efetivasse. Desta maneira, o trânsito dos trabalhadores no gabinete do presidente visava fixar uma relação de iguais entre as partes, assim os trabalhadores ocupavam os espaços que lhe eram de direito

visando a concretização de uma reivindicação ou a manutenção de um direito; os encontros eram em geral amistosos, reinava atmosfera de cordialidade e muitas vezes as lideranças e comissões saíam não apenas com a satisfação de terem sido tratadas com dignidade, mas também com um acordo firmado e afiançado³⁰⁰.

Essa movimentação nas salas do governo demonstrava a relevância dos trabalhadores e das suas entidades de classe, evidenciando que as ações “não se limitavam a reivindicações restritas à categoria e se articulavam com temas da política

²⁹⁹ “Boletim Informativo nº 5 – Campanha de Encampação”. Mauá, agosto de 1963.

³⁰⁰ SILVA, Fernando Teixeira da. Direito, política e trabalho no Porto de Santos in FORTES, Alexandre et. al. *Na Luta por direitos*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999, p. 63.

nacional”³⁰¹, deixando os patrões e as autoridades governamentais atentas ao poder de organização e operação do operariado.

Organizar as estruturas para a decretação do Monopólio Integral do Petróleo, possibilitou a realização da grande assembleia dos Sindipetros na cidade de Santo André. Marcado o encontro conjunto, os dirigentes de Mauá, mostrando as conexões entre as entidades sindicais, procurou construir um ambiente propício para as possibilidades de decretação da encampação da Refinaria União, preparando as condições para a viabilização de uma greve dos trabalhadores do petróleo.

A reunião realizada em 23 de agosto coligou os diretores dos Sindipetros brasileiros e os petroleiros de Mauá. Esta plenária, após a audiência com João Goulart, ocorreu envolta de expectativas pela efetivação do projeto. Com o recuo político, mostrado anteriormente, foi construído um documento direcionado aos trabalhadores de Capuava e ao operariado brasileiro que ficou conhecido como “Manifesto de Santo André” que marcou a concretização da Operação Capuava³⁰² em defesa da encampação.

O documento assinado pelos dirigentes sindicais do petróleo se constituiu para mostrar os entendimentos construídos pelas entidades em consonância com a Petrobras, Conselho Nacional do Petróleo e a Presidência da República, reafirmando que a “luta pela encampação representa a defesa dos interesses do Monopólio Estatal do Petróleo e da Economia Nacional” e que a classe petroleira estava “suficientemente preparada para a qualquer momento deflagrar, se necessário, uma greve pela encampação”³⁰³.

Este manifesto propôs também ações de desdobramento que objetivavam acentuar a luta pelo monopólio e, por conseguinte, fortificar a classe. Para isso, os petroleiros definiram como resoluções, “intensificar a mobilização do movimento operário em geral; entrar em entendimentos com a Frente Parlamentar Nacionalista e

³⁰¹ Ibidem, p. 64.

³⁰² Dossiê Petrobras (Minas Gerais). Relatório de dados sobre pessoal. Walter de Assis, 20 de agosto de 1963, Pasta 007, p. 11, APM/Dops-MG.

³⁰³ “Manifesto de Santo André – Dos trabalhadores de petróleo de todo o Brasil aos trabalhadores e ao povo em geral”. Santo André, 23 de agosto de 1963. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

Movimento Estudantil; prosseguir nos entendimentos com a Petrobras, CNP e Presidência da República”, tendo como finalidade costurar uma estrutura solida e de profundidade para acelerar “o processo de encampação de Capuava pelas Reformas de Base”³⁰⁴.

A Operação Capuava foi a sintetização de todo o projeto desenvolvido pelos trabalhadores do petróleo e pelos Sindipetros no que tange o processo formativo da classe petroleira, desde a primeira experiência coletiva na I CNTIP em Salvador. A consciência adquirida pelo movimento dos petroleiros que versavam sobre a importância do caráter nacional da indústria do petróleo e, conseqüentemente, da Petrobras, as redes construídas, que fortaleceram os sindicatos e que ajudaram a constituir um conjunto mútuo de operários e sindicatos, e as experiências desenvolvidas por esses agentes foram cristalizadas neste ponto chave de todo processo construtivo da proposta de encampação como um projeto de classe.

³⁰⁴ Idem.

CAPÍTULO IV - A Greve pela encampação

Encampação ou greve

A decretação de uma greve pela encampação sempre foi uma ameaça constante. Os próprios boletins informativos e os editais de convocação do Sindipetro Mauá já pautavam a necessidade de um movimento paredista caso João Goulart não assinasse o decreto. Além disso, havia ainda as movimentações das outras entidades, cujas diretorias receberam autorização para expedir a ordem de uma greve em apoio e em solidariedade aos petroleiros de Capuava.

As greves por direitos ou por questões de política nacional foram o tocante deste período, com os trabalhadores do petróleo dentro do olho do furacão do movimento sindical. Precisamente o ano de 1963 “batia todos os recordes de greves e dias parados”³⁰⁵, como afirma Fernando Teixeira da Silva. Ao ter uma parede em compasso de espera, os petroleiros podiam arregimentar para si todas as forças e apoios possíveis para sustentar a paralização.

A greve é a ação coletiva fundamental para o movimento operário “ela tem servido para unificar os trabalhadores em torno de valores e reivindicações abrangentes”³⁰⁶. No caso do Sindipetro Mauá, a parede sempre fora anunciada como uma necessidade extrema. “Encampação ou greve” era um mote presente no discurso dos sindicatos do petróleo.

O objetivo final da classe petroleira era a encampação das refinarias particulares, começando pela Refinaria União, entretanto, correndo em paralelo, havia uma problemática em torno das questões dos direitos trabalhistas e dos salários dos petroleiros. A pauta do Sindipetro Mauá tinha duas proposições, mas com agentes diferentes, ou seja, a encampação não era uma questão da empresa e as reivindicações de salário não eram prerrogativas do governo.

Com o recuo do governo em agosto e a publicação do Manifesto de Santo André no mesmo mês, o Sindipetro Mauá se viu na iminência de segurar o movimento

³⁰⁵ SILVA, Fernando Teixeira. *Trabalhadores no Tribunal: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2016, p. 185.

³⁰⁶ NEGRO, Antonio L.; GOMES, Flávio dos S. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, (2006), v. 18, n. 1, p. 229.

para compreender melhor quando seria o momento oportuno para a deflagração da greve de encampação. Para eles o projeto da classe só seria efetivado a partir de um movimento grevista, em concordância com as reivindicações salariais requisitadas pela entidade, como um pano de fundo que legitimasse a efetivação de uma greve.

Nos corredores da empresa, o Sindipetro se agitou e organizou um abaixo-assinado para averiguar qual era o impacto da proposta de encampação dentre os trabalhadores da refinaria,

nós lá (sic) trabalhando [na Sociedade Beneficente Petróleo União], chegaram algumas pessoas, uns funcionários, que não era o Sr. Queiróz, [dizendo] que tinha que assinar para encampação. E aí estava o nosso chefe que não assinou, os enfermeiros assinaram, as meninas assinaram e nós assinamos, todos nós, porque a gente achava que ia passar para a Petrobras que era algo importante para todos nós, para o País, que a gente tinha essa noção [...]³⁰⁷.

Os dados coletados mostraram um amplo suporte ao projeto de encampação dentre os trabalhadores, com alguns setores da empresa apoiando a proposta em sua totalidade. Na tabela a seguir é possível ter uma dimensão do contexto dentro da empresa:

³⁰⁷ Depoimento de Neusa Voltolini concedida ao autor em 10/10/2016.

Tabela 3 - Resumo Geral do abaixo assinado³⁰⁸

Setor	Pró- Encampação	Contra a Encampação
Manutenção	100%	-
Casa de Força	90%	10%
Caldeiras	95%	5%
Tratamento D'água	100%	-
Produtos	100%	-
Processamento	69%	31%
Vigilância	100%	-
Contabilidade	15%	85%
Cozinha	100%	-
Almoxarifado	90%	10%
Transporte	50%	50%
Porcentagem Total	82,6%	17,4%

Não foi possível averiguar a dimensão da quantidade de trabalhadores em cada setor e quem assinou o referido documento, se eram apenas os petroleiros da refinaria ou se também participaram do levantamento os trabalhadores de empreitada. Entretanto podemos aferir que nos espaços em que a mão de obra é menos qualificada, como a manutenção, casa de força, tratamento, cozinha, produtos e vigilância, a encampação foi mais defendida. Por sua vez, o almoxarifado que era o espaço de trabalho do presidente do Sindipetro, José Mendes de Queiroz, quase

³⁰⁸ Dados extraídos do Prontuário nº 00141725 de José Mendes de Queiroz. APESP/Deops.

alcançou a totalidade daqueles funcionários. Outros setores próximos a chefia como a contabilidade e o transporte, o projeto não angariou tantos adeptos.

Tendo em vista o recuo do governo, a categoria manteve a movimentação em torno do projeto, visto que dentro da refinaria o entusiasmo com a proposta era esmagador. Deste modo, a entidade procurou se aglutinar em torno de outros agentes como o Pacto de Ação Conjunta - PAC e o Comando Geral dos Trabalhadores - CGT que se preparavam para reivindicar em conjunto reajustes salariais. O PAC, neste caso, tem importante relação com o Sindipetro Mauá, pois como vimos anteriormente, foi pautado em assembleia a adesão da entidade ao pacto para que as questões relativas aos salários fossem encaminhadas unitariamente.

Em ofício encaminhado pela diretoria do sindicato à empresa em outubro de 1963, constava os pontos aprovados em assembleia da categoria para a renovação do acordo salarial, que se encontravam próxima do vencimento. Em consonância com as outras entidades sindicais da região e com o PAC, o Sindipetro dirigiu à Refinaria União as seguintes reivindicações:

- 1) Efetivação da jornada de seis horas, segundo compromisso da empresa e adoção da escala de folas apresentada pelo Sindicato;
- 2) Participação dos lucros na empresa de, no mínimo, três salários;
- 3) Que todo empregado que sair de férias receba, além do pagamento dessas férias, os dias de ausência, como se trabalhando estivesse;
- 4) Concessão de um adicional de 3%, por triênio de serviço prestado a empresa;
- 5) Pagamento de adicional noturno atrasado e da hora extra pela não consideração da hora noturna de 52 minutos e 30 segundos, na conformidade de reclamações ajuizadas;
- 6) Restabelecimento do pagamento da gratificação salarial de fim de ano, suprimida com o pagamento do 13º mês;
- 7) Garantia de estabilidade no emprego, após 5 anos de serviço;
- 8) Salário-família de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) para esposa, ou companheira, e filho menor até 18 anos;
- 9) Aumento geral de salário de 110% sobre os salários vigentes em janeiro de 1963 pagas as diferenças a partir de 1º de novembro de 1963, compensando-se os aumentos espontâneos concedidos após a data-base, ou seja, janeiro de 1963;
- 10) Revisão salarial de quatro em quatro meses, de acordo com a elevação do custo de vida;
- 11) Desconto de um dia de salário de todos os empregados da Refinaria, em favor do Sindicato no primeiro mês de vigência do aqui pleiteado;
- 12) Decidiram, também, os trabalhadores, dar integral apoio as reivindicações dos servidores da Sociedade Beneficente Petróleo

União – SBPU e solicitar dessa empresa imediatas providências no sentido de serem aquelas reivindicações prontamente atendidas³⁰⁹.

Com uma pauta robusta, o Sindipetro compreendeu a sua relevância como agente sindical e tensionou as relações entre empresa e a entidade, inclusive defendendo os trabalhadores da SBPU que eram representados por outro sindicato como mostramos anteriormente

Oficiada a empresa e, assim sabedora das demandas exigidas, restaria a aceitação ou não do pedido, com possibilidade de negociação nas mesas redondas da DRT e com apreciação do Tribunal Regional do Trabalho³¹⁰. A partir deste ponto o entendimento se daria através de um forte acirramento das tensões e dos conflitos entre sindicato e empresa. Algumas questões estavam em jogo, principalmente a encampação. Mostrar força, volume e potência eram parte integrante do cabo de força que ambas disputavam.

Uma questão que deve ser pensada, mostrada por Fernando Teixeira da Silva, é o uso dos atributos e dos ritos existentes na Justiça do Trabalho. O autor demonstra a utilização dos procedimentos jurídicos da legislação trabalhista pelos trabalhadores para a conquista e manutenção dos direitos pretendidos no tocante aos acordos firmados com mediação da Justiça e o uso do recurso da greve.

No caso dos petroleiros da Refinaria de Capuava, Silva nos mostrou o mecanismo usado pela categoria para perceber o melhor momento para a decretação da greve de encampação. Ao retardar o rito do processo, fazendo-o passar por todas as etapas da Justiça, o Sindipetro poderia fazer uma leitura do melhor momento para eclodir a parede, criando um ambiente favorável e com motivos ligados à Refinaria e aos trabalhadores do petróleo. Como mostra o autor,

o sindicato fez o que pôde para “segurar” o andamento do processo por questões contratuais e salariais na esfera administrativa. Se o trâmite processual fosse rápido, sobrevivendo logo a sentença do TRT, não haveria justificativa para a realização do movimento grevista, ainda mais em se tratando de uma “greve política”³¹¹.

³⁰⁹ “Ofício STIDRP/303/63, Mauá, [dia ilegível] de outubro de 1963. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

³¹⁰ SILVA, op. cit., p.179.

³¹¹ Ibidem, p. 199.

As questões salariais eram o pano de fundo que dariam a sustentação para a greve de encampação. Fazendo um jogo duplo, mostrando a força necessária e unificando a categoria com paralizações de apoio nas outras unidades federativas, os Sindipetros e os trabalhadores do petróleo podiam efetivar, pelas vias da luta, o projeto que construíram através de reuniões, assembleias e convenções. Para caso fosse necessária, o terreno para greve tomava forma.

As mesas de negociações com os patrões não estavam favoráveis para os trabalhadores. Ao formarem o Pacto de Ação Conjunta, os sindicatos tinham como intenção negociar com as empresas o mesmo reajuste para todas as categorias, “os trabalhadores tentam estabelecer uma nova forma de negociação salarial”³¹², tendo a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria – CNTI, entidade de união de sindicatos e federações, a frente das negociações com o patronato, representando 700 mil operários.

Com o impasse das negociações, visto que as empresas se negavam a negociar em conjunto, foi marcada uma assembleia intersindical comandada pela CNTI, CGT e PAC para o dia 28 de outubro que resultou na decretação da greve dos 700 mil que se iniciaria no dia seguinte³¹³.

Concomitante à reunião intersindical, o Sindipetro Mauá enxergou, neste momento de insatisfação e dificuldade nas negociações, um contexto favorável e chamou os petroleiros para uma seção da assembleia permanente que foi realizada no salão do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

A ordem do dia permeava as discussões acerca dos resultados das reuniões com os empregadores dos dias 24 e 28, a situação nacional sobre a encampação e a comunicação aos trabalhadores sobre o movimento de campanha salarial das outras categorias aglutinadas em torno do PAC³¹⁴.

³¹² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *CGT no Brasil (1961-1964)*. Belo Horizonte: Vega, 1981, p. 131.

³¹³ CORRÊA, Larissa Rosa. *A Tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011, p. 136.

³¹⁴ “Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária”. Mauá, 25 de outubro de 1963. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

Em um ambiente efervescente de ânimos acirrados e tensão no ar, a assembleia decretou a greve da categoria. De acordo com o petroleiro Adib Augusto de Oliveira,

o presidente do sindicato naquele tempo, ele tinha apresentado essas reivindicações e parece que o Dr. Paes Barreto lá não aceitou. Ele não aceitando aí pegaram e voltaram para o sindicato, entendeu? Com a petição que não tinha aceitado, não sei o que lá. E aí então na convocação da greve na noite, não é, aí explodiu a greve lá. Vamos fazer a greve gente. Todo mundo aprovou a greve. Então a greve, estourou a greve. Aí como ninguém mais voltou para trabalhar nem nada, na refinaria então, quem não saía do túnel tinha que dormir lá dentro, porque não podia parar a refinaria³¹⁵.

Decretada a greve, os petroleiros ficaram de prontidão em assembleia permanente esperando pela negociação das reivindicações, “estava lotado lá, aí fecharam as portas e falou, ninguém sai, greve geral e tal, e aí ninguém foi trabalhar. Aí uma turma saiu de lá e avisando nos pontos de ônibus que nós estávamos em greve”³¹⁶. O objetivo principal, como arma de barganha, era paralisar a produção da Refinaria União.

Os dados são imprecisos acerca da quantidade de trabalhadores do petróleo que cruzaram os braços, pois podem variar de acordo com a fonte. Para o jornal *Estado de São Paulo*, pararam 520 trabalhadores, entre petroleiros e empreiteiros, mas permaneceram em seus postos de trabalho 134 fura-greves³¹⁷, estes, por sua vez, com o amparo da Força Pública para garantir a manutenção do fornecimento de combustíveis³¹⁸. A quantidade de funcionários que se mantiveram trabalhando é próxima do total de petroleiros que negavam a encampação, como mostrada na Tabela 3.

³¹⁵ Depoimento de Adib Augusto de Oliveira concedida a Comissão Nacional da Verdade em 14/03/2014.

³¹⁶ Depoimento de Décio Nerdido de Oliveira concedida a Comissão Nacional da Verdade em 20/03/2014.

³¹⁷ “Capuava e a Economia totalitária”. Opinião pública contra a encampação das refinarias particulares. *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 1963.

³¹⁸ “Não grevistas da Capuava mantêm refinaria em ação”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1963.

A grande imprensa prontamente se colocou contra os grevistas, ficando ao lado dos trabalhadores que mantiveram a refinaria funcionando, procurando construir uma imagem de defensores do capital privado,

134 operários uniram seus esforços e a estão fazendo funcionar normalmente. Trabalhando, dormindo e descansando, permanecem 24 horas por dia no interior da refinaria, onde acumulam várias funções, e, dotados da maior boa-vontade, garantem a produção de 31 mil barris diários. Devido à emergência, os operários estão dormindo inclusive nos escritórios e na sala de reuniões e nenhum deles deseja sair do interior da empresa. Foi providenciado pela direção um programa de diversão para os funcionários que permanecem de plantão incluindo até projeção de filmes de longa-metragem. Altas funcionárias improvisadas em *garçonettes* (sic), motoristas fazendo o serviço de cozinheiros e diretores trabalhando junto com os operários, é que se verifica atualmente no interior da refinaria.³¹⁹

O que o *Jornal do Brasil* não mencionou é que estes petroleiros que furavam a greve estavam recebendo horas-extras³²⁰ para cobrir a lacuna de trabalhadores e manter a produção, recebendo inclusive apoio de estudantes da Universidade Presbiteriana Mackenzie que se ofereceram para “prestar serviços técnicos, caso os atuais engenheiros e químicos não resistam ao volume de serviço”³²¹.

A produção não foi paralisada e a Refinaria União manteve o seu funcionamento. Entretanto o contexto político e sindical era favorável aos trabalhadores do petróleo. A greve pela encampação foi decretada no dia 28 de outubro, um dia antes do movimento paredista dos 700 mil, ou seja, o parque industrial paulista estava paralisado com seus operários nas ruas.

O jornal dos petroleiros cariocas anunciou em uma edição extra a paralisação. “Capuava parada” escreveu O *Sindipetro* com ameaças de paralisação da Petrobras. Conclamando os trabalhadores do petróleo e marcando assembleias nas unidades, o periódico destacou que estava em “marcha a Operação Capuava” e que a classe petroleira pressionaria o presidente João Goulart a assinar o decreto³²².

³¹⁹ Idem.

³²⁰ Depoimento de Neusa Voltolini concedida ao autor em 10/10/2016.

³²¹ “Não grevistas da Capuava mantêm refinaria em ação”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1963.

³²² “Capuava Parada”. O *Sindipetro*, Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1963, nº 19, ano I.

Fora do universo dos petroleiros a greve pela encampação recebeu impulso com os apoios de outras categorias que remetiam telegramas, como o Sindicato dos Arrumadores de Porto Alegre ou de cartas de solidariedade, como do Sindicato dos Petroleiros Argentinos.³²³

Fundo de greve e a solidariedade petroleira

Para sustentar o movimento grevista em Capuava foi proposta em reuniões anteriores a criação de um fundo de greve para a manutenção da parede e dos trabalhadores paralisados. Sendo um projeto conjunto da classe petroleira, este fundo foi composto, em primeiro momento, por empréstimos das entidades sindicais doramo.

Tabela 4 - Empréstimos concedidos ao Sindipetro de Mauá para o Fundo de Greve³²⁴

Sindipetro Guanabara	Cr\$ 300.000,00
Sindipetro Duque de Caxias	Cr\$ 300.000,00
Sindipetro Cubatão	Cr\$ 300.000,00
Sindipetro Refinação Bahia	Cr\$ 300.000,00
Sindipetro Extração Bahia	Cr\$ 300.000,00
Sindipetro Extração Alagoas	Cr\$ 300.000,00
Sindipetro Amazonas	Cr\$ 100.000,00
Sindipetro Minas Gerais	Cr\$ 100.000,00
Sindipetro Rio Grande do Sul	Cr\$ 100.000,00
Sindiquímico Caxias ³²⁵	Cr\$ 300.000,00
Total	Cr\$ 2.200.000,00

³²³ Prontuário nº 00141725 de José Mendes de Queiroz. APESP/Deops.

³²⁴ Dados extraídos do Prontuário nº 00141725 de José Mendes de Queiroz. APESP/Deops.

³²⁵ Esta entidade representava os trabalhadores do Conjunto Petroquímico Presidente Vargas - COPEV que se situava na cidade de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro.

Com exceção do Sindipetro Amazonas, todas as outras entidades eram representativas de trabalhadores públicos. Desta forma podemos pontuar que havia um claro interesse de que a greve tivesse êxito, de que todas as formas para o sucesso do movimento fossem preenchidas pelo montante disponibilizado pelas entidades.

Outro ponto que chama a atenção é a cessão de Cr\$ 100 mil cruzeiros da entidade amazonense. Este sindicato representava trabalhadores privados da Companhia de Petróleo da Amazônia (Copam) e, caso a encampação tomasse efeito, se tornariam, evidentemente, funcionários públicos. Desta maneira, era de interesse desta entidade que o movimento grevista fosse exitoso, visto que a Refinaria União era maior refinadora privada e a campanha pela encampação anunciava o desejo de que Capuava fosse a primeira a ser estatizada.

Este fundo também foi constituído de doações de trabalhadores do petróleo. Na mesma edição extra, *O Sindipetro* remeteu uma reportagem que fazia referência à solidariedade da classe petroleira para com os grevistas, destacando que, além dos empréstimos feitos pelas entidades, fossem construídas diversas listas, através dos delegados sindicais da área do Sindipetro da Guanabara, para arrecadar fundos para serem doados ao Sindipetro de Mauá. Até o momento daquela reportagem, tinham sido arrecadados Cr\$ 514.635,00³²⁶. Por sua vez, os petroleiros que se encontravam paralisados também doaram valores para a sua entidade procurando preservar a mobilização³²⁷.

Já nas zonas do sindicato da Refinaria de Duque de Caxias - REDUC e do Conjunto Petroquímico Presidente Vargas - COPEV, as entidades tinham como propositura um desconto de mil cruzeiros de cada trabalhador para auxiliar os grevistas de Mauá. Este fundo serviu para suprir a suspensão do pagamento dos salários dos trabalhadores, para a manutenção da greve e para a continuidade das

³²⁶ “Capuava Parada”. *O Sindipetro*, Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1963, nº 19, ano I.

³²⁷ Dados extraídos do Prontuário nº 00141725 de José Mendes de Queiroz. APESP/Deops.

reuniões entre as lideranças sindicais, pois era no estado da Guanabara a sede do comando geral da Operação Capuava³²⁸.

Tabela 5 - Demonstrativo da situação do Sindicato relacionado com as despesas e receitas durante o movimento grevista³²⁹.

Receitas	
Empréstimos concedidos pelos Sindicatos do petróleo	Cr\$ 2.200.000,00
Empréstimos concedidos pelos associados durante a greve	Cr\$ 600.000,00
Empréstimos concedidos pelos associados após a greve ³³⁰	Cr\$ 2.995.000,00
Total de receitas	Cr\$ 5.795.000,00

Despesas	
Empréstimos concedidos aos 51 demitidos	Cr\$ 3.067.000,00
Empréstimos concedidos aos empreiteiros demitidos	Cr\$ 255.000,00
Empréstimos concedidos ao pessoal da SBPU	Cr\$ 340.000,00
Despesas diversas durante a greve	Cr\$ 484.000,00
Outros empréstimos a diversos associados	Cr\$ 110.000,00

³²⁸ “Capuava Parada”. *O Sindipetro*, 05 de novembro de 1963, nº19, ano I.

³²⁹ Dados extraídos do Prontuário nº 00141725 de José Mendes de Queiroz. APESP/Deops

³³⁰ Essa soma foi constituída por doação de divisas pelos Sindicatos do Petróleo e por empréstimos de associados que perfizeram os montantes de Cr\$ 860.000,00 e Cr\$ 2.135.000,00 respectivamente.

Despesas diversas de viagem ao Rio, Brasília e outros	Cr\$ 860.000,00
Dinheiro em caixa para despesas eventuais	Cr\$ 679.000,00
Total de despesas	Cr\$ 5.795.000,00

A constituição deste fundo de greve é importante para nos mostrar a conjuntura que a greve pela encampação moldou a solidariedade da classe petroleira para a manutenção dos grevistas e do próprio movimento. Um dado que chama a atenção é o volume dispendido de recursos para os trabalhadores demitidos e, especificamente para os 51 demitidos que foram desligados da Refinaria União em comum acordo com o sindicato.

Entretanto, pensar a constituição de um fundo, com empréstimos e doações, para um sindicato de trabalhadores privados, nos evidencia uma perspectiva de estabelecimento de laços fortes e concretos entre os trabalhadores organizados. As redes tecidas entre entidades e petroleiros possibilitaram o avanço do projeto e da sua própria efetivação e manutenção.

A prerrogativa da solidariedade é um dos aspectos fundamentais para o sucesso das movimentações grevistas do operariado. No caso da classe petroleira isso não seria diferente, pois a greve de encampação não seria sustentada apenas pelos trabalhadores do petróleo de Mauá. Para Marcelo Badaró Mattos, as mobilizações de solidariedade evidenciam que “para além dos organismos intersindicais, criados muitas vezes em meio às greves, o impulso das demonstrações concretas de unidade na luta atravessa os mais diversos momentos”³³¹.

Como vimos anteriormente, estava no horizonte da classe petroleira a decretação de greves nas unidades da Petrobras em apoio e solidariedade aos petroleiros de Mauá. As assembleias já tinham autorizado, por exemplo, os diretores de Cubatão a efetivarem uma paralisação caso fosse necessário e no momento oportuno.

³³¹ MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). *Revista Brasileira de História*, vol. 24, nº 47, 2004, p. 252.

O ambiente era propício para o fortalecimento do movimento, posto que o presidente João Goulart já assinalava a intenção de decretar a encampação das refinarias particulares, afirmada em reunião com os dirigentes das entidades do petróleo. Para Jango, a questão de Capuava se ancorava em dois pontos: “a primeira resolvendo as reivindicações de ordem econômica dos trabalhadores daquela refinaria e, depois a questão política, com a encampação dentro de tempo escasso, apenas sem a fixação de uma data.”³³²

Os Sindipetros da Guanabara e do Rio de Janeiro efetuaram suas assembleias e obtiveram, “por esmagadora maioria”³³³ as prerrogativas de eclosão de um movimento paredista no momento que eles achassem oportuno. Para o jornal dos petroleiros cariocas,

o manejo deste instrumento político de pressão – a greve – deve obedecer a um condicionamento também político, pela força de seu emprego que levaria, efetivamente, toda a classe operária a se manifestar conosco³³⁴.

A assembleia do Sindipetro Guanabara teve nas figuras do General Albino Silva, presidente da Petrobras e representante do Governo Federal, e Roberto Morena, representando o CGT, dois importantes apoios para a sustentação da decretação da greve. O General Albino reafirmou o compromisso de encampar as refinarias particulares. Morena, por sua vez, ratificou o apoio do CGT, afirmando que “o Comando está totalmente favorável à encampação e que tudo fará para atingir esse objetivo, travando uma luta comum com os trabalhadores de petróleo e todo o povo brasileiro”³³⁵.

O contexto tomava forma, mas qual seria o melhor momento de eclodir a greve de solidariedade? Os petroleiros cariocas sabiam que para se efetuar uma parede, necessitavam de um ambiente favorável para deflagrar e manter o movimento. No caso paulista, a greve dos 700 mil, entre outubro e novembro na capital e na região

³³² “A encampação é compromisso assumido por Jango”. *O Sindipetro*, Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1963, nº 20, Ano I.

³³³ “Guanabara decreta greve”. *O Sindipetro*, Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1963, nº 20, Ano I.

³³⁴ “A greve no momento exato”. *O Sindipetro*, Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1963, nº 20, Ano I.

³³⁵ “Guanabara decreta greve”. *O Sindipetro*, Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1963, nº 20, Ano I.

do ABC, foi um fator preponderante para que aqueles operários efetivassem sua paralisação.

O periódico *Jornal do Brasil* já anunciava a paralisação dos petroleiros da Petrobras como forma de solidariedade aos grevistas de Mauá³³⁶. O objetivo da greve era apoiar os trabalhadores de Mauá, pois já se passavam 15 dias de parede e suas reivindicações de direitos e de salários eram negadas pelos diretores da Refinaria União.

A ideia da greve era fortalecer o movimento e pressionar o governo federal para que acelerasse as tratativas com a empresa para que ela aceitasse as reivindicações. Em nota oficial publicada nos jornais cariocas os petroleiros da Petrobras afirmavam que,

fomos levados a tomar esta atitude drástica em consequência da intransigência dos donos de Capuava em atender às reivindicações daqueles trabalhadores, notadamente a equiparação à Petrobras, o pagamento dos dias de greve e a não punição dos grevistas. A greve tem também, o sentido de desagravar o senhor Ministro do Trabalho, que, por mais de 50 horas, esforçou-se para encontrar uma solução para o problema da greve de Capuava em consonância com uma proposta do senhor Presidente da República, desde o início aceita pelos trabalhadores e recusada pela direção de Capuava, até o momento em que tomávamos esta decisão³³⁷.

Essa greve de solidariedade paralisou as atividades administrativas, cujo objetivo não era, de imediato, suspender a produção e distribuição de combustíveis. Deste modo tiveram as atividades suspensas

o Conjunto Petroquímico Presidente Vargas em Duque de Caxias – COPEV, escritórios do Oleoduto Rio-Belo Horizonte e o Terminal Almirante Tamandaré sediados na Guanabara, a Administração Central da Petrobras, os escritórios e oficinas da Frota Nacional de Petroleiros – FRONAPE, escritórios da Refinaria Alberto Pasqualini em Porto Alegre e escritórios da Refinaria Gabriel Passos, em Belo Horizonte³³⁸.

³³⁶ “Pessoal de petróleo vai a greve dia 12 para ajudar grevistas da Capuava”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º caderno, Domingo, 10 de novembro de 1963.

³³⁷ Idem.

³³⁸ “Petroleiros param os escritórios, mas refinarias continuam em ação”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º caderno, 3ª feira, 12 de novembro de 1963.

De forma escalonada os grevistas cariocas, mineiros e gaúchos anunciavam que tinham como intuito paralisar mais de “10 mil trabalhadores do petróleo em diferentes regiões do País, de maneira gradual e escolhendo de início os setores de menor importância”³³⁹, pois, ao paralisarem a produção das refinarias da Petrobras, os grevistas estariam atacando diretamente a empresa estatal e o Governo Federal.

Flores para a refinaria ou como vai pagar a conta?

A greve de encampação não foi um movimento permeado de piquetes, passeatas e paralisações de ruas e avenidas. O primeiro intento era paralisar, em sua totalidade, a produção da Refinaria União, fato que não se concretizou devido à manutenção de alguns fura-greves nos postos de trabalho e da presença da Força Pública ao redor da unidade. Paralisar uma refinaria e comprometer a distribuição de combustíveis seria primordial para a concretização e para conquistas das pautas de reivindicação e da decretação da encampação.

A dinâmica do cotidiano da greve podia permear diversos aspectos. Encontro entre grevistas e fura-greves, auxílio de petroleiros paralisados no amparo da mobilização e articulação com outras categorias são fatos que ocasionaram tensões e solidariedades entre os trabalhadores.

Presentes nas dependências do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, na região central desta mesma cidade, os operários do petróleo se revezavam nas atribuições da greve. Décio Nerdido de Oliveira e Ricardo Queiroz Cestari prestaram serviços no fundo de greve, fazendo empréstimos aos trabalhadores que estavam sem receber os seus salários podendo ser empreiteiros ou petroleiros,

a única coisa, eu e ele, por exemplo, nós tivemos uma participação na greve sim. Como tinha muitos empreiteiros que participaram da greve, empreiteiros também participaram da greve (...). Então o que acontecia, esse pessoal de mais baixa renda que ganhava horista lá, que trabalhava na refinaria, eles não tinham condições de bancar, aí os sindicatos lá, Cubatão, Duque de Caxias, a pessoa fazia

³³⁹ “Petroleiros param os escritórios, mas refinarias continuam em ação”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º caderno, 3ª feira, 12 de novembro de 1963.

arrecadação e mandava dinheiro para cá. E eu e o Ricardo distribuía esse dinheiro para esse pessoal, eles assinavam um vale.³⁴⁰

As colaborações dos grevistas também passavam pelos ofícios que desempenhavam dentro da empresa. Sabedores das práticas administrativas que realizavam na Sociedade Beneficente Petróleo União SBPU, Neusa Voltolini e Ivone Ana Martinetti Martins contribuíram com a parede ao preencher documentos e fichas, “o que fazíamos na SBPU a gente foi fazer no sindicato, fichinhas, essas coisas. A gente não era empregada do sindicato, éramos colaboradoras”.³⁴¹

Todavia os petroleiros se encontravam paralisados e as tensões entre grevistas e não grevistas podiam se acalorar durante o dia-a-dia da cidade. Com a sede do Sindicato dos Metalúrgicos no centro de Santo André, e sendo este o núcleo do movimento nos primeiros momentos da mobilização, se dava na região um intenso trânsito de pessoas, encontros entre grevistas e fura-greves podiam ocorrer. Pensando neste contexto, dois casos coletados na pesquisa podem nos mostrar um pouco da dinâmica do cotidiano das relações daqueles que se encontravam em greve e daqueles que mantiveram a refinaria em pleno funcionamento.

Neusa Voltolini em depoimento coletado para o desenvolvimento da pesquisa, narrou um encontro fortuito em um salão de cabelereiro,

não sei se por pressão lá dentro, eles criavam muito problema para gente, até bobagens que humilhavam a gente, sabe? Em algum lugar que encontrassem com a gente, eram colegas, mas que acabavam querendo humilhar, passando por situações desagradáveis. Eu tinha, eu ia em uma cabelereira e tinha umas meninas que trabalhavam lá que ficaram trabalhando [na Refinaria] e aí lá dentro do salão, elas ficavam falando, hoje é bobagem, mas na verdade era coisa de humilhação, se a gente tinha dinheiro para pagar porque sabiam que a gente estava fora e não tinha dinheiro. Será que você vai conseguir pagar? Será que vai dar para você pagar? [Falavam] na frente das pessoas, então era assim uma forma de querer diminuir, menosprezar. Olha, a gente está ganhando muito bem, tinha festa, esse tipo de coisa, vocês estão na miséria, não tem mais nada. Tivemos esse tipo de coisa, não só comigo, mas com outros colegas³⁴².

³⁴⁰ Depoimento de Décio Nerdido de Oliveira e Ricardo Queiroz Cestari concedida a Comissão Nacional da Verdade em 20/03/2014.

³⁴¹ Entrevista de Neusa Voltolini concedida ao autor em 10/10/2016.

³⁴² Depoimento de Neusa Voltolini concedida ao autor em 10/10/2016.

Esses encontros muitas vezes causavam desconforto entre os trabalhadores. Grevistas e não grevistas transitando pela cidade se encontravam e trocavam provocações, muitas em relação à questão monetária, ao mesmo tempo em que a grande imprensa elevava a moral dos fura-greves.

Outro caso semelhante ao narrado acima, mas de forma oposta, se constituiu no fato de um trabalhador em greve se deparar com uma operária fura-greve e ambos entrarem em discordância. Este encontro, narrado em depoimento acusatório para a polícia, evidencia de maneira inversa um discurso de força e compreensão do processo da greve³⁴³. Este depoimento colhido pela Justiça do Trabalho no processo movido pelos trabalhadores demitidos da Sociedade Beneficente Petróleo União após o fim da greve, mostra uma das testemunhas da SBPU afirmando que a refinaria continuou em funcionamento e que ela entrava e saía normalmente do local de trabalho. Nestas movimentações cotidianas, um dos processantes encontrou a depoente em um mercado comprando flores, no qual o grevista prontamente perguntou se aquelas flores eram para o enterro de Refinaria³⁴⁴.

As palavras trocadas foram desagradáveis para ambos, pois estavam em condições opostas e em um ambiente de tensão e conflito constante. Se a produção da Refinaria se manteve, foi devido aos trabalhadores que se conservaram nos locais de trabalho, tendo inclusive carros da empresa fazendo o leva e traz de casa para o trabalho³⁴⁵.

As disputas, as apreensões e os embates entre grevistas e fura-greves, Refinaria União e Sindipetro, este último com a solidariedade da classe petroleira, se constituíram como o primeiro movimento grevista dos trabalhadores do petróleo de Mauá e a primeira mobilização de caráter nacional da classe petroleira.

³⁴³ Termo de Audiência da Junta de Conciliação e Julgamento de Santo André. Processo nº1072/64. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ Termo de Audiência da Junta de Conciliação e Julgamento de Santo André. Processo nº1072/64. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

Grupo Capuava

A greve de encampação teve início no dia 28 de outubro e terminou no dia 14 de novembro. Com uma movimentação intensa nas negociações e com o apoio dos Sindipetros, através de empréstimos, doações e da eclosão de uma greve de solidariedade em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a mobilização da classe petroleira chegou ao fim com a assinatura do acordo coletivo entre o Sindicato e a empresa.

Constaram no acordo alguns pontos pleiteados no ofício entregue pela entidade no qual se encontrava em consonância com o Pacto de Ação Conjunta e com as outras categorias da região. No documento assinado entre as partes, o reajuste foi de 37,5% e não de 110% como estava sendo requisitado, os dias de greve seriam considerados dias efetivamente trabalhados e remunerados e não seria aplicada penalidade aos que retornaram ao serviço em razão de participação na greve, assegurando-se os direitos adquiridos antes da eclosão do movimento³⁴⁶.

Entretanto, para a efetivação do acordo pela empresa, a diretoria exigiu a demissão de 51 petroleiros. O Sindipetro Mauá e os trabalhadores aceitaram a condição a partir da concretização de um acordo político tecido pelas entidades do petróleo, Petrobras, Ministério do Trabalho e pela Presidência da República. Este compromisso se baseava na imediata contratação dos demitidos pela Petrobras, que seriam distribuídos pelas unidades da petrolífera estatal nos Estados brasileiros³⁴⁷.

Na memória de um desses demitidos, o quadro com os nomes dos trabalhadores foi constituído aleatoriamente, e o autor ou autores, elencaram os nomes de acordo com os seus interesses,

Me contaram assim, que aconteceu dentro da sala de controle. Aconteceu que o Paes Barreto falou assim: vamos mandar 51 embora, mas eu não tenho nada a ver com ninguém. Não tenho nada contra ninguém. Vocês operadores que trabalharam aqui todos esses dias,

³⁴⁶ “Termo de acordo que entre si fazem, de um lado, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Mauá, e de outro lado, a Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A. (Capuava). Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1963. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

³⁴⁷ BARRETO, Carlos Eduardo Paes. *A saga do petróleo brasileiro: “a farra do boi”*. São Paulo: Nobel Editora, 2001, p. 59.

sacrificaram, vocês é que vão apontar os caras que não querem aqui dentro e eu vou mandar embora. Aí a turminha, aqueles puxa-sacos que tinha lá dentro, etc. e tal, aí começaram: fulano não queremos aqui dentro, vamos mandar embora. Porque a turma da sala de controle é que assinou a lista, não foi o Barreto que fez não. O Barreto ia mandar 51 embora, mas não falou quem era³⁴⁸.

O que chama a atenção é a quantidade de trabalhadores que foram demitidos. Em seu livro de memórias, o Superintendente da Refinaria União Carlos Eduardo Paes Barreto justificou o número a partir da quantidade de trabalhadores que, ao entrarem em greve, se retiraram da Refinaria União, paralisaram suas atividades e se deslocaram para o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e somaram forças aos presentes na assembleia³⁴⁹.

Talvez, em relação ao número de trabalhadores, podemos aferir que ambos possuem significados. Todavia, Adib Augusto de Oliveira, um dos demitidos, em seu depoimento para a Comissão Nacional da Verdade, descreveu que ele não se encontrava em horário de trabalho na Refinaria, embora entraria na empresa na troca de turno e, sim na assembleia dos petroleiros³⁵⁰.

Tabela 6 - Relação dos 51 petroleiros demitidos, para onde foram encaminhados e qual cargo ocupavam³⁵¹

COPEV ³⁵²	Antonio Custódio Sartório	Guarda
COPEV	Antonio Pereira dos Santos	Servente

³⁴⁸ Depoimento de Adib Augusto de Oliveira concedida à Comissão Nacional da Verdade em 14/03/2014.

³⁴⁹ BARRETO, op. cit., p. 57.

³⁵⁰ Depoimento de Adib Augusto de Oliveira concedida à Comissão Nacional da Verdade em 14/03/2014.

³⁵¹ Dados coletados e cruzados a partir da Relação de ativistas da greve de out/63, dispensados. Dossiê da Divisão de Ordem Social, Setor de análise, operações e informações. APESP/Deops, p. 08-12 e da Relação dos Funcionários da Petrobras que, por suas atividades subversivas devem ser demitidos da empresa e entregues aos órgãos competentes para os devidos fins. Arquivo Nacional, Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima – DIVIN, documentação avulsa nº 005.

³⁵² Rio de Janeiro: COPEV - Conjunto Petroquímico Presidente Vargas; REDUC - Refinaria de Duque de Caxias; SERAC - Serviços Auxiliares da Administração Central; EDIPE - Escritório de Implantação das Atividades de Distribuição; São Paulo: TEBAR - Terminal Almirante Barroso; RPBC – Refinaria Presidente Bernardes – Cubatão; Bahia: RLAM – Refinaria Landulpho Alves – Mataripe; RPBA – Região de Produção da Bahia.

COPEV	Benjamim Alencar dos Santos	Encanador
COPEV	Florentino Delfino de Carvalho	Servente
COPEV	Henrique Pironcelli	Mecânico
COPEV	João Dias de Oliveira	Desenhista
COPEV	João Teotônio de Souza	Analista
COPEV	Kasuo Atsumi	Instrumentista
COPEV	Luigi Filipo Pellicciotta	Analista
COPEV	Mario dos Santos	Guarda
COPEV	Ramos Antonio da Silva	Ajudante de Eletricista
COPEV	Roberto Leoni Caielli	Mestre Geral
COPEV	Salvador Andrade	Ajudante de Analista
COPEV	Walter Gonçalves	Analista
EDIPE	Antonio Augusto Fachas	Servente
EDIPE	Luiz Toffoli	Encarregado
EDIPE	Orlando Lentini	Supervisor de Entregas
REDUC	Absolon Gonçalves dos Santos	Ajudante de Operador
REDUC	Amaury Luiz Pereira	Mecânico
REDUC	Francisco Antonio Giunco	Operador
REDUC	José Mauricio do Nascimento	Operador
REDUC	Ramiro Pires	Operador
REDUC	Rubens Cardoso dos Santos	Ajudante de Operador

REDUC/TEBAR	José dos Santos (Chapa 1025/Chapa 1063) ³⁵³	Ajudante de Operador/Servente
RLAM	Antonio Estevão de Almeida	Operador
RLAM	Carlos Alberto Martins	Ajudante de Operador
RLAM	Edson Loureiro Reis	Operador
RLAM	Rocco Megna	Operador
RPBA	Américo Maia de Oliveira	Ajudante de Pintor
RPBA	Benedito Juliano Alves Cordeiro	Garçom
RPBA	Fernando Lopes Gimenes	Guarda
RPBA	João Martins do Amaral	Cozinheiro
RPBA	João Wilson Sgreva	Guarda
RPBA	Manoel Bispo de Souza	Balconista
RPBA	Pedro Ribeiro	Ajudante
RPBA	Sebastião Borges de Carvalho	Guarda
RPBA	Adib Augusto de Oliveira	Inspetor de Treinamento
RPBC	Alcebíades da Silva Monteiro	Carpinteiro
RPBC	Antonio Simplício Gomes	Pintor
RPBC	Benedito Jacinto	Operador
RPBC	José Antonio dos Santos	Controlador
RPBC	Nicanor Artelano	Mestre Encanador

³⁵³ Devido aos homônimos não foi possível verificar a chapa que os diferenciavam na documentação. O ajudante de operador foi para Reduc e o servente para Tebar.

RPBC	Pedro Vieira	Operador
RPBC	Raymundo dos Reis Filho	Operador
SERAC	Antonio Severino da Silva	Carpinteiro
SERAC	José Amary Freira	Guarda
SERAC	José Paes Godoy Neto	Guarda
SERAC	Simeão Santana da Silva	Balconista
TEBAR	Deoclides Scabia	Mestre Geral
TEBAR	Vicente Clóvis Basaglia	Fiscal de Máquinas

Conforme pudemos analisar na tabela acima, Bahia e Rio de Janeiro foram os principais destinos para os demitidos pela Refinaria União. Vale dizer que o conjunto destes trabalhadores receberia a alcunha de Grupo Capuava em uma relação de petroleiros investigados pela Petrobras após o golpe de 1964.

Primeiros de Mauá a se tornarem funcionários públicos, os operários que foram transferidos para o Estado da Bahia foram recebidos com manifestações acaloradas pelo jornal do Sindipetro/Extração.³⁵⁴ Estes petroleiros trabalhariam na Petrobras até o golpe, teriam seus contratos rescindidos e retornariam ao Estado de São Paulo para procurarem trabalho nas indústrias que lhes ofertassem uma vaga. Entretanto, em suas carteiras de trabalho e nas listas da polícia, esses petroleiros ficaram marcados por serem grevistas e lutarem pela encampação.

Rumo a encampação: balanço da greve e o fortalecimento da classe

Com o fim do movimento grevista e com os seus desdobramentos, como a demissão de 51 trabalhadores e contratação dos mesmos pela Petrobras, o reajuste salarial e experiências de solidariedade de classe, o Sindipetro Mauá fez um balanço das ações desempenhadas e das conquistas. No relatório construído para uma

³⁵⁴ “Bem-vindos, companheiros de Capuava”. Boletim Informativo, nº 5, sem data. Prontuário nº 00141725 de José Mendes de Queiroz. APESP/Deops.

reunião intersindical do petróleo, José Mendes de Queiroz mostrou os desdobramentos do processo que resultou na eclosão da greve de encampação.

Tendo como mote as questões salariais, Queiroz pontuou que as negociações entre a entidade e a empresa foram infrutíferas antes da greve e que a organização e mobilização dos trabalhadores de Mauá poderia resultar em um movimento paredista. Este ainda afirmou que a participação na paralisação foi de 93%, mas mesmo com a ampla maioria dos petroleiros parados, a Refinaria União continuou a funcionar devido aos fura-greves dos “chefes, chefes de áreas, técnicos e engenheiros, inclusive da Refinaria de Mataripe e de outros anteriormente demitidos e readmitidos durante a greve”³⁵⁵.

Mais adiante procurou clarificar os aspectos que a greve teve, como uma participação ativa dos grevistas, o assédio sofrido por eles pela empresa que os coagia a retornarem aos postos de trabalho e a solidariedade no que tange ao suporte financeiro na composição do fundo de greve que angariou 8 milhões de cruzeiros. Queiroz também atacou a grande imprensa, que foi uma poderosa aliada da Refinaria União no processo de difamação do movimento, e criticou o ambiente de trabalho na petroleira após o retorno dos operários, com ameaças de demissões, não pagamentos das indenizações dos demitidos e quebra das cláusulas do acordo coletivo³⁵⁶. Não obstante Queiroz chamou a atenção para o sucesso da mobilização da classe nacional petroleira que serviu para unir os trabalhadores,³⁵⁷.

O periódico dos Sindipetros cariocas também procurou fazer uma reflexão acerca das experiências sobre mobilização da classe de trabalhadora da Petrobras.³⁵⁸ Para tais entidades, o contexto para o desenvolvimento de uma greve geral não era maduro o suficiente e não tinha apoio do movimento operário como um todo,

³⁵⁵ “Relatório dos principais acontecimentos durante os 17 dias de greve, compreendendo o período de 28/10 à 14/11/1963”. Santo André, 19 de novembro de 1963. Prontuário nº 00141725 de José Mendes de Queiroz. APESP/Deops.

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ Idem.

³⁵⁸ “Lições da greve”. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1963, nº 22, Ano I. Arquivo do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro.

O *Sindipetro* chama atenção também para a conjuntura que o movimento ajudou a formar. Embora o mote da greve tivesse um caráter econômico, voltado para questões salariais e direitos trabalhistas, ela foi fundamental para elucidar o tema do monopólio integral do petróleo pela Petrobras.

Esta greve que teve um caráter de reivindicação econômica, foi uma variação, um episódio, da luta pela encampação. E este foi o marcante sentido político. A greve foi um ato a mais da campanha pela encampação. Serviu para divulgar o movimento. Fez com que o problema Capuava chegasse a setores que até então dele não se tinha apercebido. Mobilizou toda a imprensa para tratar do assunto, embora divulgando as notícias mentirosas pagas pelos dólares de Capuava. Mas furou-se a cortina de silêncio e o assunto chegou ao conhecimento do Povo³⁵⁹.

Para a classe petroleira nacional, a greve pela encampação foi ponto fundamental na concretização do projeto do Monopólio Integral do Petróleo. Como apontava o jornal dos petroleiros cariocas, o tema da estatização era o projeto da classe e agora se encontrava nas mesas de discussão, nas rodas de conversas, nas tribunas e nos palanques políticos.

Como medida de fortalecimento e articulação da categoria, visto que a encampação ainda não tinha saído, os Sindipetros criaram, em assembleia intersindical, o “Comando Geral pelo Monopólio Integral do Petróleo” – CGMIP que tinha como resoluções ampliar os vínculos com as entidades “progressistas” que congregam as categorias de trabalhadores e estudantes, como o CGT, União Nacional dos Estudantes - UNE, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, Frente Parlamentar Nacionalista – FPN e outras organizações, ainda deveria criar “comandos locais” nos estados que tivesse sindicato, caso não tivessem que fossem organizados pelo CGT e que este Comando objetivasse o planejamento e os contatos necessários à campanha pelo Monopólio Integral³⁶⁰.

Nesta mesma reunião, os dirigentes sindicais e as delegações de petroleiros aprovaram uma comissão para articular as medidas na intenção de criarefativamente

³⁵⁹ “Lições da greve”. O *Sindipetro*, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1963, nº 22, Ano I. Arquivo do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro.

³⁶⁰ “Petroleiros aprovam Federação e Comando Geral”. O *Sindipetro*, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1963, nº 22, Ano I. Arquivo do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro.

uma Federação Nacional dos Trabalhadores de Petróleo, que congregasse ações políticas e sindicais da categoria, pauta cuja resolução tinha sido apontada na II CNTIP.³⁶¹

Unidoa em prol da encampação, do fortalecimento e da consolidação da classe petroleira, as entidades sindicais dos petroleiros, envoltos no CGMIP, começaram a pontuar com mais ênfase as questões dos desdobramentos do acordo coletivo, assinado e homologado pelo Ministro do Trabalho.

Para os Sindipetros, a Refinaria União estava descumprindo as determinações assinadas, perseguindo trabalhadores ao transferi-los de seção, não pagando as indenizações, nem concedendo as férias de trinta dias e muito menos pagando os dias parados durante a greve, atos que o presidente do Sindipetro Mauá já vinha denunciando dias depois do fim da greve.

As mudanças de setor foram colocadas em prática pela Refinaria para aqueles que voltaram a ativa, conforme afirmou Décio Nerdido de Oliveira,

eu trabalhava no setor de custos, eu apropriava a folha de pagamento, tinha alguns trabalhos que era confidencial, que eu, por exemplo, eu nunca falei o salário de ninguém para ninguém. Me tiraram de lá para eu fazer cópias. Aquele tempo tinhas as duplicatas que era emitida pela refinaria, tinha que passar uma gelatina para tirar cópia, esse serviço que me deram para fazer. Mimeógrafo, me jogaram para escanteio³⁶².

As denúncias de quebra de acordo se mantiveram e o clima entre os trabalhadores na empresa não eram como antes da fundação do Sindipetro Mauá. Aquela família petroleira não existia mais e os ânimos entre os petroleiros, no cotidiano do trabalho, se constituíam entre humilhações e possíveis desavenças. O novo ambiente era, segundo Amandio Dias Póvoa,

péssimo, à primeira vista quando aconteceu a volta. Nós que tínhamos ficado em greve éramos considerados caranguejos, nós andávamos para trás e os caras que tinham ficado trabalhando eram os caras. Tanto que houve exibição do primeiro pagamento quando nós voltamos, nós não tivemos pagamento, coisa que foi acertado, mas em princípio não. Teve caras que ficaram trabalhando que amarraram, eles ganhavam 100% de 24 horas. O cara pegou o dinheiro que

³⁶¹ Idem.

³⁶² Depoimento de Décio Nerdido de Oliveira concedida a Comissão Nacional da Verdade em 20/03/2014

naquela época o dinheiro não vinha no banco, o cara fez um pacotinho e amarrou um barbante e passava perto de nós e falava: “olha aqui, vocês fizeram greve, vocês são trouxas”. [...] aquele pessoal que era mais humilde sentia bastante, eu cheguei a ver pessoas chorarem (...). A humilhação foi bastante grande e as pessoas mais humildes sentiam mais. Nós sabíamos que, lógico, [se tivesse] uma reação meia, qualquer que fosse, em relação aquele que ficou trabalhando, você ia embora³⁶³.

Esses conflitos intensos no dia-a-dia do trabalho tenderiam a mudar com o passar do tempo. O *Sindipetro* continuava acusando a Refinaria União de descumprir o acordo anteriormente firmado, denunciando-os aos Ministério do Trabalho e dialogando com o Ministro Amaury Silva. Com o passar do tempo defendia-se mais a encampação. Para os petroleiros, “mais uma vez afirmamos – somente a encampação poderá resolver em definitivo todos estes problemas”.³⁶⁴

O mês de janeiro de 1964 foi eleito pela classe petroleira e pelo Comando Geral, reunidos na sede do Sindipetro Guanabara, como mês da Encampação de Capuava. Nesta reunião foi decidido pela intensificação da pressão ao governo federal pela imediata estatização das refinarias particulares, distribuição de panfletos informativos sobre Capuava para todos os Sindipetros e a realização de uma maior aproximação com a CNTI, CGT, UNE e FPN.

O panfleto, transformado em manifesto “Aos trabalhadores, aos militares patriotas e ao povo brasileiro”, já possuía uma leitura da situação política do país e procurou demonstrar o papel que o projeto da classe nacional petroleira desempenharia no desenvolvimento econômico brasileiro, construindo uma ideia de “emancipação econômica do Brasil”, uma vez que, tendo a Petrobras o monopólio integral do petróleo, as divisas se concentrariam no país, a indústria petroquímica se desenvolveria com a expansão do parque petrolífero, as atividades correlatas que produzissem os componentes para a manutenção da produção ganhariam impulso, além de que o Brasil diminuiria sua dependência de petróleo e derivados importados.

³⁶³ Entrevista de Amandio Dias Póvoa concedida ao autor em 05/12/2016.

³⁶⁴ “Capuava não cumpre acordo, apesar das promessas do Ministro Amaury Silva”. *O Sindipetro*. Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 1964, nº 28, Ano I.

O governo de João Goulart encontrava-se em conflito com diversas forças políticas e econômicas. Os “caminhos da radicalização”³⁶⁵ tomavam forma, a classe petroleira, em posição central no processo, ganhava força e a encampação se aproximava. Goulart tinha se comprometido com o projeto da classe e o decreto já se encontrava em seu gabinete.

Toda a efervescência política brasileira se concentrava no comício da Central do Brasil, marcado para o dia 13 de março. Em assembleia nos restaurantes da Refinaria Duque de Caxias – REDUC, com “mais de 4 mil trabalhadores”, os dirigentes do Comando Geral discursavam defendendo a encampação. Com a presença do novo presidente da Petrobras, Marechal Osório, os trabalhadores se insurgiram quando o mesmo declarou: “Estou aqui para encampar Capuava”, cujo decreto seria assinado pelo presidente Goulart no comício.³⁶⁶

Os petroleiros chamavam a classe para “o grande comício das reformas”, denominando o monopólio integral do petróleo como um “ponto de honra na luta pela independência do País”. Segundo o *O Sindipetro*, o dia 13 seria para eles a “fixação da data histórica em que os trabalhadores e patriotas ocuparão a cidadela da reação e do golpe, na área do petróleo – Capuava”³⁶⁷.

No dia 13 de março, após discursos acalorados, João Goulart assinou, por fim, o decreto de encampação. Na presença de 200 mil pessoas³⁶⁸, o presidente defendeu o monopólio integral, afirmando que,

a partir de hoje, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas, e Destilaria Rio Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional. Procurei, trabalhadores, depois de estudos cuidadosos elaborados por órgãos técnicos, depois de estudos profundos, procurei ser fiel ao espírito da Lei n. 2.004, lei que foi inspirada nos ideais patrióticos e imortais de um brasileiro que também continua imortal em nossa alma e nosso espírito. Alegro-me ver, também, o povo reunido para prestigiar medidas

³⁶⁵ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 4º ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, p. 339.

³⁶⁶ “Milhares de trabalhadores, concentrados na Reduc, vibraram com definição do Marechal do Povo”. *O Sindipetro*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1964, nº 34, Ano II.

³⁶⁷ “Monopólio Integral, Ponto de Honra na luta pela independência do País”. *O Sindipetro*, Rio de Janeiro, 06 de março de 1964, nº 36, Ano II.

³⁶⁸ FERREIRA, op. cit., p. 423.

como esta, da maior significação para o desenvolvimento do país e que habilita o Brasil a aproveitar melhor as suas riquezas minerais, especialmente as riquezas criadas pelo monopólio do petróleo.³⁶⁹

Antes mesmo de efetivar o decreto, embora sabedora da sua execução, a Refinaria União já se agitava em Capuava e ameaçava demitir todos os petroleiros que participaram da greve. Dirigindo-se ao presidente da República, a secretaria intersindical do petróleo e os dirigentes do Sindipetro Mauá, José Mendes de Queiroz e do Sindipetro Guanabara, Fernando Hermenegildo Autran, denunciaram essa movimentação e aguardavam por um desfecho que “venham liquidar de uma vez por todas, com o clima de terror existente em Capuava”³⁷⁰.

O comício da Central foi o clímax que aterrou o governo Jango. Como aponta Antonio Luigi Negro, o comício “expressou desejos pelas reformas de base que eram, em simultâneo, vigiados por um adversário em processo de recrutamento e de escolha de líderes”³⁷¹. As forças conservadoras da elite brasileira, arcaicas e sempre golpistas, junto com setores das Forças Armadas se uniram e no dia 1º de abril depuseram um presidente eleito democraticamente e sepultaram de vez a frágil “democracia” brasileira. A nova ordem que se estabelecia resultou no início de “um período longo, que se estenderia pelas duas décadas seguintes, marcado pela repressão policial e pela exploração da classe trabalhadora”³⁷².

A “República a serviço dos trabalhadores” que proporcionou uma “sensação de pertencimento da classe operária a um projeto nacional-reformista”³⁷³ chegou ao fim. O decreto de encampação seria revertido no novo regime golpista, os sindicatos sofreriam intervenções, seus dirigentes seriam presos e processados e os

³⁶⁹ <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>. Acessado em 19/01/2018.

³⁷⁰ “Capuava sabota e ameaça diante da encampação iminente”. *O Sindipetro*, Rio de Janeiro, 13 de março de 1964, nº 37, Ano II.

³⁷¹ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo, Boitempo, 2004, p.231.

³⁷² CORRÊA, Larissa Rosa. Os “inimigos da pátria”: repressão e luta dos trabalhadores do Sindicato dos Químicos de São Paulo (1964-1979). *Revista Brasileira de História*. Vol. 34, nº 67. São Paulo, 2014, p. 14.

³⁷³ NEGRO, Antonio Luigi. SILVA, Fernando Teixeira. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964) in FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 2003, p. 86-87.

trabalhadores do petróleo que entraram em greve pelo projeto nacional da classe petroleira seriam demitidos e taxados de subversivos.

“Você me obriga, ó Rainha, a renovar uma dor terrível”: A intervenção no Sindipetro e o início do fim

É com a evocação da Eneida de Virgílio que o Tenente-Coronel da Aeronáutica, Paulo Haroldo Granadeiro Guimarães começou seu relatório de intervenção, usando o excerto do autor romano como epígrafe. O documento foi utilizado como um pilar das investigações da polícia contra os diretores da entidade, cassando os dirigentes que levaram ao sucesso da encampação.

As intervenções nas entidades sindicais foram as primeiras ações do novo regime golpista, utilizando-se de uma prerrogativa garantida pela Consolidação das Leis do Trabalho, ou seja, as intervenções sindicais eram juridicamente legais, a CLT “facultava o Ministério do Trabalho o poder de intervir nas entidades sindicais, destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por interventores”³⁷⁴.

Procurando desarticular os sindicatos combativos e as diretorias ligadas aos partidos, grupos de esquerda e aos setores alinhados com propostas nacionais-reformistas, o Estado Brasileiro e o empresariado tinham como interesse acabar com as movimentações dos trabalhadores e desmontar quaisquer possibilidades de resistência imediata ao golpe. Como afirma Alejandra Estevez e Marco Antonio Teixeira, as “empresas e Estado se associaram, internamente e fora das fábricas, com o objetivo de impedir a organização da classe trabalhadora”³⁷⁵, procurando desarticular de uma vez as lutas e organizações do operariado.

O aparato da aliança empresário-policia se intensificaria. Para Antonio Luigi Negro, os “patrões e executivos reapropriaram-se de seus elos com a polícia política

³⁷⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 101.

³⁷⁵ “Imprese e Stato si associarono, internamente e al di fuori delle fabbriche, con l’obiettivo di impedire l’organizzazione della classe lavoratrice”. ESTEVEZ, Alejandra; TEIXEIRA, Marco Antonio. Le conseguenze del golpe del 1964 sul movimento sindacale brasiliano. *Diacronie*. Studi di Storia Contemporanea: Le dittature militari: fisionomia ed eredità politica, 2015, p. 9.

e organizações empresariais para acertar contas, na escala de uma grande perseguição”³⁷⁶. Desta forma e sem oponentes de imediato, o projeto golpista se consolidaria como um novo regime de exceção.

Desta maneira, intervir nos sindicatos se tornou peça importante no monitoramento das ações sindicais e dos trabalhadores. Para os golpistas era fundamental e determinante para o esperado desbaratamento e controle do movimento operário, que a intervenção pudesse, de acordo com Heliene Nagasava, "manter os sindicatos funcionando e assim, utilizar a máquina administrativa na tentativa de controlar a classe trabalhadora, influenciando suas demandas e formas de reivindicação”³⁷⁷. No caso de entidades que representavam uma única categoria de apenas uma empresa a inanição do sindicato podia ser um bom negócio.

Pensar o processo de intervenção no Sindipetro Mauá é refletir sobre o papel que a empresa teve na formação da entidade, os dirigentes indicados e todo o conjunto que resultou na formação da classe petroleira, no que tange o projeto de encampação das refinarias particulares. Certamente, ponderar as relações entre a empresa e os sindicatos pode clarificar as ligações entre esses agentes e mostrar como a influência do empresariado impactou em algumas organizações da classe trabalhadora.

Identificar quais são os sujeitos que compõe as engrenagens das intervenções nos ajuda a ver o contexto frio da vingança, das perseguições e das represálias aos dirigentes do Sindipetro Mauá.

Paulo Granadeiro não era um interventor qualquer. Indicado pela Delegacia Regional do Trabalho, Granadeiro era chefe de segurança da Refinaria União. Controlando todo o aparato preventivo de proteção a produção da empresa, o interventor trabalhou durante a greve e organizou o resguardo da produção em diálogo com a Força Pública que se encontrava estacionada nos portões da refinaria.

³⁷⁶ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo, Boitempo, 2004, p. 238.

³⁷⁷ NAGASAVA, Heliene Chaves, *"O sindicato que a ditadura queria": o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967)*, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, p. 92, 2015.

Os dedos dos diretores da empresa provavelmente influenciaram na indicação do tenente-coronel da Aeronáutica. Como a ampla maioria dos petroleiros paralisaram e os que furaram a greve não possuíam fortes laços com a entidade, a nomeação de Paulo Granadeiro foi pontual para a aniquilação do sindicato dos petroleiros de Mauá e para construir uma narrativa de crime e culpa dos diretores do Sindipetro.

Agradecendo ao delegado regional do trabalho que o nomeou em 13 de abril de 1964, Paulo Granadeiro inicialmente constituiu em seu relatório um retrospecto histórico retornando a Getúlio Vargas e o culpando pela aprovação do conjunto da legislação trabalhista que, em suas palavras, “conseguiu separar Capital e Trabalho! Inimizou Patrão e Empregado! Arruinou a Produção, fazendo baixar a produtividade”³⁷⁸. A explanação tecida tinha como objetivo construir uma ideia continuísta e negativa que resultou na própria intervenção.

O alvo que tinha que ser acertado era a herança varguista, João Goulart e os trabalhadores combativos. Atacá-los era primordial para o sucesso do golpe e, como afirma Negro, um dos “nós a desatar”³⁷⁹. Para isso o interventor dividiu o relatório em quatro partes: “Empresa, Petrobras, nosso sindicato e conclusões finais”³⁸⁰.

Vangloriando o capital privado e a Refinaria União e criticando a Petrobras no período Goulart, Granadeiro preparou a atmosfera para atacar com veemência os diretores sindicais cassados. Retrocedendo ao processo de fundação da entidade, destacando os aspectos paternalistas e a formação da família petroleira, o interventor culpou a diretoria pelo fim do ambiente familiar de trabalho, dos quais as “amizades de 14 anos foram rompidas, discórdias começaram a surgir e o ambiente tornou-se tenso!”. A “menina dos olhos de Capuava”, ou seja, o Sindipetro já não existia mais.³⁸¹

Para Paulo Granadeiro, o florescimento de uma consciência de classe, cujas experiências ajudaram a romper com o paternalismo da Refinaria União e

³⁷⁸ Relatório do Interventor no Sindicato dos Trabalhadores na Destilação e Refinação de Petróleo de Mauá', Capuava, 17 de julho de 1964. Prontuário nº 00141725 de José Mendes de Queiroz. APESP/Deops.

³⁷⁹ NEGRO, op. cit., p. 237.

³⁸⁰ Relatório do Interventor no Sindicato dos Trabalhadores na Destilação e Refinação de Petróleo de Mauá', Capuava, 17 de julho de 1964. Prontuário nº 00141725 de José Mendes de Queiroz. APESP/Deops.

³⁸¹ Idem.

impulsionaram o projeto da classe petroleira pelo Monopólio Integral do Petróleo foi constituído por um outro agente. Desta forma, procurando todas e quaisquer questões que apontassem para os caminhos que resultaram no fortalecimento da entidade, na ruptura com a empresa e na campanha da Encampação de Capuava, o interventor conseguiu achar um culpado: o álcool.

Em sua visão, o álcool foi o responsável pela “campanha pela encampação da Refinaria de Capuava”, resultado das reuniões sindicais regadas a “pinga”, no qual os diretores conduziam as assembleias em “estado de embriaguez”. Tal condição, para Granadeiro, inflava os ânimos e eliminava “os resquícios de gratidão, amizade e fidelidade funcional”, mostrando uma visão que procurava definir os trabalhadores como fiéis depositários dos interesses da Refinaria União, ao mesmo tempo que debochava dos trabalhadores do petróleo que entram em greve e exaltando os que a furaram³⁸².

Ao citar o álcool como um componente em seu relatório, o interventor mostra a falta de argumentação para a construção de um objeto que justificasse a própria intervenção e à perseguição da polícia, da Refinaria e do Estado para com os diretores da entidade

Para dar corpo ao relatório, foi encomendado um parecer de uma empresa contábil para analisar as contas do Sindipetro durante a gestão cassada. Neste documento encomendado consta os empréstimos e doações recebidos para a composição do fundo de greve e os gastos dispendidos durante o movimento. A questão que deve ser levada em consideração é que a entidade dos petroleiros de Mauá possuía dívidas, visto que foram cedidas verbas a serem pagas ao longo de um prazo determinado, mas que com o golpe tais débitos ficaram em suspensão e não foram efetuados, constituindo restos a pagar.

Desta maneira, para dar sustentação às investigações contra os diretores, todo e qualquer subterfúgio seria utilizado. Encontrar justificativas que desmoralizassem todo o processo era determinante para respaldar a intervenção, assim o interventor tinha como “primeira missão ‘comprovar’ as denúncias de malversação dos recursos

³⁸² Idem.

para fins tanto do enriquecimento ilícito quanto da agitação social, pois isso iria fundamentar a cassação dos direitos dos líderes depostos”³⁸³.

Os diretores cassados foram acusados de malversação de verbas, compra de consciências, coerção, incitamento a indisciplina e a greve, propaganda subversiva, aliciamento de adeptos para o PCB e ofensas à moral. As provas inexistentes podiam ser construídas e a subjetividade. Como aponta Nagasava “apenas a versão enviada pelo interventor é considerada legítima. A sentença do interventor [...] era a única prova suficiente para consolidar a culpa da diretoria”³⁸⁴.

Os tons irônicos e as frases de chacota serviram para mostrar o desprezo e as hostilidades que o tenente-coronel e a Refinaria União tinham para com os dirigentes do Sindipetro. O golpe (a Rainha) proporcionou uma oportunidade pontual para uma reviravolta na encampação e, conseqüentemente, destruir todo trabalho construído pela classe petroleira. A epigrafe utilizada pelo tenente-coronel é sintomático do desdém para com os dirigentes do sindicato.

Para Granadeiro, havia uma questão de ação e articulação da entidade. Se ela tivesse se mantido fiel aos interesses da empresa, não radicalizasse e nem tomasse para si seu controle, toda a conjuntura que seus diretores se encontravam e, por conseguinte, ela mesma não existiria. O golpe não seria efetivado se os trabalhadores não tivessem tomado para si o protagonismo da luta política.

Ao colocar um fantoche da empresa na entidade sindical, a DRT, em sintonia com o empresariado, ajudou a enterrar de vez o movimento dos petroleiros. Tal medida estava intimamente conectada com as demissões ocorridas pós-golpe. Em menos de um ano foram demitidos pela Refinaria União 86 petroleiros. Se, quando o Sindipetro foi fundado a empresa objetivava usá-lo inicialmente como um aparato de controle e cooptação, agora a entidade sindical não deveria mais existir. Era só fechar as portas e jogar a chave fora.³⁸⁵

³⁸³ NEGRO, op. cit., p. 239.

³⁸⁴ NAGASAVA, op. cit., p. 127.

³⁸⁵ “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petrolíferas ainda sem eleições: por quê?”. *News Seller*, Coluna Sindicatos, 8 de junho de 1966. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

Os trabalhadores depois do golpe

As perseguições aos petroleiros que aderiam à greve se concretizaram após o golpe. Demiti-los foi a ferramenta utilizada pela empresa para punir aqueles que lutaram pela encampação. A Refinaria União já planejava e organizava as possíveis demissões durante o processo de encampação, agora com o novo regime, as dispensas em larga escala foram legitimadas.

Logo após a deposição da democracia brasileira, em questões de meses foram despedidos 86 petroleiros, inclusive os diretores sindicais que foram escorraçados das dependências da Refinaria. Afastados e, posteriormente, demitidos, provavelmente foram substituídos por aqueles que se mantiveram nos postos de trabalho e que desempenharam outros ofícios durante a greve de encampação.

Tabela 7 - Relação do pessoal demitido em 11 de maio de 1964 que se encontravam afastados³⁸⁶

Nome	Ocupação
Alcebíades Antonio da Silva	Carpinteiro
Almiro Alves	Lubridificador de Máquinas
Amadeu Benedito Florêncio	Balconista
Amália Ursula Gobetti	Telefonista
Amâncio Versalle	Secretário
Amarilio Sperone	Operador
Antonio Almeida	Operador - Chefe de Unidade
Antonio Alves dos Santos	Guarda
Antonio Aurélio Mueller Valente	Operador
Antonio Carlos de Andrade	Mecânico

³⁸⁶ Relação de pessoas demitido em 11 de maio de 1964 da Refinaria União. Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá.

Antonio de Oliveira Domingos	Mecânico
Antonio Felix da Silva	Mecânico
Antonio Euzébio Coelho	Ajudante de Carpinteiro
Arnaldo Nicolau da Silva	Ajudante de Encanador
Daisy Carrasco Tonini	Auxiliar de Escritório
Debalde Felicio Cerezolli	Ferramenteiro
Deoclécio Antonio Galavema Gruppi	Mecânico
Dorival Antunes Gari	Torneiro Mecânico
Edgardo Augusto Pereira Costa	Instrumentista
Elidia Pereira de Farias	Telefonista
Feliz Diedrich de Candido	Operador
Fioravante Gabini	Encanador
Francisco de Souza	Guarda
Francisco Roque Corrêa	Ajudante de Carpinteiro
Francisco Simões	Operador
Gerolivio de Alvarenga	Operador
Gustavo Silvério	Guarda
Ivo Surian	Encanador
Izaías Monteiro da Silva	Operador
Jaime de Castro Teixeira	Guarda
João de Barros Filho	Ajudante de Operador
João Gabriel da Silva	Ajudante de Operador
João Hudson Fin	Inspetor de Segurança
João Moraes	Eletricista

João Toledo Piza	Ajudante de Operador
Joaquim Cezario Neto	Operador
Joaquim Pedro de Oliveira	Ajudante Soldador
Jonas Alves de Oliveira	Ajudante Soldador
Jorge Pereira da Silva	Chefe de Turma Volante
José Carlos Coutinho	Lubrificador
José Celestino da Silva	Lubrificador
José de Alencar	Operador
José de Araújo Rocha	Ajudante de Operador
José Maria de Paula Domingues	Guarda
José Maria de Souza	Ajudante de Operador
José Maria Grácio Junior	Almoxarife de ferramentas
José Maria Toledo Leite	Guarda Instrutor
José Mello	Mestre Soldador
José Mendes de Queiroz	Chefe de Almoxarifado
José Monteiro	Analista
José Pereira de Menezes	Mecânico
José Ramos da Silva	Encanador
José Severino dos Santos	Servente
Juarez Augusto de Carvalho	Operador
Júlio Alberto de Jesus Quintas	Carpinteiro
Juracy Moreira	Ajudante Analista
Juvenal Xavier de Oliveira	Instrumentista
Juventino Chaves de Oliveira	Ajudante de Operador

Koji Koshino	Mecânico
Leandro Gonçalves	Encanador
Lindemberg Amazonas Melo	Operador
Luiz Amabis	Guarda
Luiz Denardi	Mestre Encanador
Manoel Tavares Dias	Eletricista
Marcelino Denardi	Ajudante de Operador
Martinho Maria Balau	Auxiliar de Escritório
Milton Augusto	Encanador
Naboro Akaori	Ajudante Soldador
Neli de Napoli	Auxiliar de Secretaria
Nelson dos Santos	Ajudante
Nelson Pereira de Matos	Mecânico
Odilon Ferreira	Mecânico
Odilon José da Silva	Auxiliar de Escritório
Ony Luiz Correa	Eletricista
Osmar José Furtado	Ajudante de Operador
Paulo Zago	Analista
Pedro José Santana	Pedreiro
Raul Pereira do Lago	Ajudante de Encanador
Robério Almeida Portela	Operador
Rosa Pereira de Faria	Telefonista
Ruy Leite da Silva	Operador
Santo Quirino Romano	Ajudante de Analista

Sebastião Costa	Servente
Severino Miguel da Silva	Motorista
Vicenzo Vicendomini	Soldador
Wilson Delarmelino	Ajudante de Eletricista

Destes petroleiros dispensados, 12 eram operadores, 3 ajudantes de operador e um chefe de unidade da operação. Esse setor é o coração do refino do petróleo, é neste espaço que a cadeia produtiva da Refinaria se sustentava.

Como mão de obra especializada, embora muitos destes devam ter aprendido o trabalho na prática, estes operários se atentavam aos indicadores do processo produtivo como temperatura e pressão, ao mesmo tempo que algumas destas etapas ainda não eram automatizadas. Desta maneira o petroleiro deveria ter, a partir da prática e das experiências adquiridas, suas percepções aguçadas dentro de

um vasto sistema de informações, de vários níveis de complexidade, que vão desde a memorização de determinados valores de certas variáveis até o conhecimento das reações químicas que estão ocorrendo, passando pelo conhecimento das condições dos equipamentos e dos próprios instrumentos³⁸⁷.

As outras repartições também sofreram demissões, entretanto as divisões de mecânica, carpintaria, administrativa, contábil, análise de produtos, segurança e manutenção podiam ser substituídas pelo mercado de trabalho da região.

Demitidos da Refinaria União, estes trabalhadores tiveram um calvário pela frente. Marcados pela greve, bateram de portão em portão em busca de emprego. Faziam todo procedimento de entrevista, mas quando os contratantes olhavam na carteira de trabalho, viam que eles pertenceram à Refinaria União e que tinham sido dispensados logo após o golpe, não eram admitidos.

Quando eu saí de lá, eu fui em 33 empresas procurando emprego, na maioria delas eu passava, mas depois alguns me disseram que o meu

³⁸⁷ FERREIRA, Leda Leal; IGUTI, Aparecida Mari. *O Trabalho dos petroleiros: perigoso, complexo, contínuo e coletivo*. São Paulo, Scritta, 1996, p. 25.

nome estava fichado no DOPS como comunista e terrorista, eu não sabia o que era comunista aquele tempo [...]aí quando passou três anos acho que tirou os dados lá do DOPS, caducou, aquela coisa. Aí eu fui e entrei na Consórcio Nacional Ford Willis, trabalhei três anos, depois entrei na Volkswagen do Brasil, trabalhei sete anos aqui, sete anos em Taubaté³⁸⁸.

. Para além da perseguição do Estado, foi espalhada entre as empresas da região um lista dos dispensados. Taxados de subversivos, baderneiros, comunistas e agitadores, tiveram seus nomes barrados no processo de seleção dentre diversas indústrias que receberem informações da Refinaria União.

Eu em janeiro arrumei emprego na indústria Game do Brasil que hoje é TRW. Eu fui trabalhar lá. Aí eu fui trabalhar no setor custos, porque era o meu setor que eu sabia das coisas. E passei por uma experiência, os caras viram que eu manjava desse negócio modéstia parte, e aí eu tive um desenvolvimento. Passado depois que eu tinha terminado a experiência de 90 dias, e eu almoçava com o encarregado das relações industriais, subchefe, e eu peguei a amizade com ele, a gente almoçava todo dia junto e tal. Alguém ligou para lá e queria falar com o departamento pessoal, e esse cara que ligou falou: olha, vocês têm um cara aí chamado Décio Nerdido de Oliveira. Ele é pelego, comunista, promovedor de greves, de bagunça, de baderna. Toma cuidado com ele³⁸⁹.

Perseguidos das mais diversas formas, estes trabalhadores rodaram as empresas e quando conseguiam uma vaga chamavam outros petroleiros demitidos, pois estavam na mesma situação e não se esqueciam dos laços de amizade e companheirismo que construíram durante os anos de trabalho dentro da refinaria e através do movimento grevista.

Para você ver, eu fiquei um monte de tempo desempregado, eu fiquei quase um ano desempregado desse processo todo. Mas um dia cheguei numa indústria chamada Ferro Enamel, me parece que é uma multinacional também. E lá na ocasião o chefe lá do recrutamento, ele falou: olha Ricardo, acontece isso, expliquei toda a história para ele. Ele falou: escuta, você não vai trabalhar mais? Falei: escuta, eu estou recém-casado, como é que eu vou fazer. Falou: que nada, você vai trabalhar aqui sim, sim pode inclusive se você tiver mais alguém que estiver na sua situação, você traga para cá. E eu trouxe o Nelson

³⁸⁸ Depoimento de Décio Nerdido de Oliveira concedida a Comissão Nacional da Verdade em 20/03/2014

³⁸⁹ Depoimento de Décio Nerdido de Oliveira concedida a Comissão Nacional da Verdade em 20/03/2014.

Gregório, trabalhou junto comigo lá.(...) E foi assim que eu voltei à ativa no trabalho, depois de quase um ano, foi impressionante³⁹⁰.

Os trabalhadores do petróleo de Mauá se viram na mais alta e importante conquista da classe petroleira nacional, mas que se fez água com o movimento golpista. Em pouco tempo passaram de trabalhadores da Petrobras para demitidos, e os que ficaram eram perseguidos e vigiados pela empresa.

A experiência os moldou e os ajudou na construção coletiva de uma perspectiva de classe. As redes tecidas entre trabalhadores e entidade sindicais espalhadas pelo território brasileiro prepararam o terreno para as adversidades do novo regime golpista e alicerçaram o movimento de classe dos petroleiros com o advento da redemocratização.

³⁹⁰ Depoimento de Ricardo Queiroz Cestari concedida a Comissão Nacional da Verdade em 20/03/2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos compreender com esta pesquisa as formas de luta dos trabalhadores do petróleo e o processo de formação do Sindipetro no período entre 1957 e 1964. Dessa maneira, nos deparamos com um grupo de trabalhadores que se encontrava no desenvolvimento de uma recente e moderna indústria do petróleo e no cerne de um amplo projeto político de nacionalização e socialização.

Nós focamos em analisar as ações da militância sindical dos petroleiros da Refinaria União que, por sua vez, não se efetivaram sem a presença e participação dos filiados da entidade.

Assim, ao pautarem as questões salariais e de direitos e, evidentemente, todo o processo de encampação, os diretores do Sindipetro se baseavam nos desejos e anseios da categoria. Próxima aos operários, a diretoria compreendia que aqueles petroleiros no chão de fábrica eram o termômetro da entidade.

A pesquisa mostrou o ação que a Refinaria União teve na formação da entidade dos petroleiros. A política de bem-estar fomentada com afinco pela empresa, preparou o terreno para que esta diretoria tentasse controlar e cooptar os trabalhadores para a manutenção da dominação e, conseqüentemente, afastar o movimento sindical combativo.

Compreendendo a fundação do Sindipetro e os desdobramentos das atividades sindicais da militância, é possível afirmar que o processo organizativo egresso da resistência e da luta de classes é complexo, não linear, que pode se apropriar de uma jogada da empresa e que foge do seu controle paternal, pois os trabalhadores possuíam uma visão do que eles desejavam do sindicato e como a sua ação e sua organização resultariam em benefício à categoria. As malogradas tentativas paternalistas que começaram com querer controlar o processo organizativo dos trabalhadores na refinaria foram postas definitivamente em xeque pelo protagonismo e pela agência destes petroleiros.

Os trabalhadores do petróleo de Mauá e a sua entidade de classe estiveram no centro do movimento sindical brasileiro do período em questão. Em um processo de efervescência do operariado, estes sujeitos tomaram o controle do sindicato e efetivaram uma pauta nacionalista e de classe. Suas experiências cotidianas dentro do sindicalismo foram pontos nodais na conquista da encampação.

Suas ações de aproximação e diálogo com os Sindipetros da Petrobras proporcionaram o desenvolvimento de uma política sindical de união entre as entidades e os petroleiros das regiões que possuíam refinação ou exploração de petróleo. As convenções dos trabalhadores da indústria do petróleo é resultado deste procedimento, sendo que os dois encontros ocorridos em 1962 foram centrais no processo da construção da pauta de encampação.

As fronteiras estaduais e as distâncias entre os parques industriais petrolíferos foram o diferencial na fomentação da classe nacional petroleira, impulsionando a movimentação sindical dos trabalhadores do petróleo no Brasil. Sendo operários de uma empresa estatal que possuía refinarias espalhadas pelo território brasileiro era necessário que fossem tecidas relações entre estes grupos. Defendendo o monopólio das áreas do petróleo para a Petrobras, estes trabalhadores e suas entidades necessitavam estreitar os laços entre o público e o privado.

Desta forma o projeto de encampação das refinarias particulares foi o primeiro movimento da classe nacional petroleira. Como primeira experiência coletiva da classe, a proposta de Monopólio Integral do Petróleo transpôs as fronteiras estaduais, delineando uma consciência de classe que interligou os trabalhadores do público e do privado em prol de um programa conjunto

Essa trajetória foi composta por um caminho tortuoso que aglutinou os trabalhadores em torno deste ponto comum. As redes e as experiências desenvolvidas por estes trabalhadores e os seus Sindipetros foram determinantes para a efetivação do projeto da estatização. Foram os petroleiros nacionais que conquistaram o decreto de encampação.

O ano de 1963 foi o auge desta movimentação. A construção do projeto da classe e, posteriormente, a ação grevista pela encampação resultou na organização de um conjunto de trabalhadores em diversas localidades, que possuíam contextos e condições próprias de desenvolvimento e ação sindical. Ao pautarem exaustivamente a ideia do Monopólio Integral do Petróleo e o fortalecimento da Petrobras como agente da emancipação econômica do Brasil, os trabalhadores do petróleo obtiveram forte oposição do empresariado e das entidades patronais.

O Golpe de Estado impetrado pela elite conservadora interrompeu uma história de luta e resistência da classe operária brasileira e, evidentemente, dos trabalhadores petroleiros. O golpe veio para não somente parar a ascensão das reformas sociais,

mas reprimir e desarticular seus agentes, que não eram só políticos, mas, se tratando de luta de classes, eram, sobretudo, ligados ao mundo do trabalho e de suas organizações.

Mais que o alardeado perigo comunista havia o perigo do estado social e dos direitos conquistados pelos trabalhadores. Para frear o avanço dos trabalhadores aos lugares de poder, essa elite precisava, antes de mais nada, destruir e controlar as organizações sindicais, impedindo o operariado de se organizar.

Em um período curto de existência, entre 1960 e 1964, o Sindipetro e os trabalhadores do petróleo de Mauá fincaram profundas raízes no movimento sindical brasileiro, mostrando as perspectivas de articulação entre a categoria, além dos seus espaços de atuação e as possibilidades de transformação social que a classe operária tinha em suas mãos.

Ao pautar o fim do capital privado no setor petrolífero, os petroleiros ampliaram o escopo de ação do operariado e desvelaram que, a partir da união dos trabalhadores, havia uma expectativa de mudança da sociedade brasileira, na qual estes trabalhadores teriam o controle dos espaços que lhes eram de direito.

FONTES

Arquivo Nacional

- Fundo da Comissão Nacional da Verdade – CNV
Depoimento de Adib Augusto de Oliveira, 14 de março de 2014.
Depoimento de Décio Nerdido de Oliveira, João Hudson Fin e Ricardo Queiroz Cestari. 20 de março de 2014.
Depoimento de Roberto Leone Caielli, 27 de fevereiro de 2014.
- Fundo do Conselho de Segurança Nacional
Dossiê
Relatórios e Balanços da Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A
Relatório sobre a Desapropriação das Ações das Empresas Permissionárias de Refinação de Petróleo.
Desapropriação das ações da Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A
- Fundo da Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima – DIVIN
Dossiê (Documentação Avulsa nº 005 e nº 012)
- Hemeroteca Digital
Diário de Noticias
Novos Rumos
Correio da Manhã
Jornal do Brasil

Arquivo Público do Estado de São Paulo

- Fundo do Departamento de Ordem Pessoal e Social: DEOPS
Prontuário de Almino Afonso, nº 8929.
Prontuário de José Mendes de Queiroz, nº 00141725.
Dossiê 30-B-163
Dossiê 30-B-231
Dossiê 30-B-284
Dossiê 30-K-17
Dossiê 50-A-265-39

Dossiê 50-A-265
Dossiê 50-B-103
Dossiê 50-B-249
Ordem Social nº 060
Ordem Social nº 095
Ordem Social nº 662
Ordem Social nº 835
Ordem Social nº 836
Ordem Social nº 837
Ordem Social nº 975

Arquivo Público Mineiro

- Fundo Departamento de Ordem Pessoal - Dossiê Petrobras

Arquivo do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

- Jornal *O Sindipetro* (1963-1964)

Arquivo do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais

- Jornal *Voga* (1963-1964)

Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo – Regional Mauá

- Documentação avulsa

Centro de Pesquisa em História Social da Cultura – CECULT.

- Dissídios coletivos e homologações

B - Processo nº 330, 1963.

Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV

- "Projeto Memória da Petrobrás"

Depoimento de Geraldo Silvino de Oliveira de 1988 - SERCOM/Petrobrás, 1989.

Entrevistas concedidas ao autor

Adib Augusto de Oliveira em 08/02/2017

Amandio Dias Póvoa em 05/12/2016

João Hudson Fin em 02/09/2017

Neusa Voltolini em 10/10/2016

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Antônio de. *Experiências políticas no ABC: lutas e práticas culturais de trabalhadores*. Uberlândia: EDUFU, 2008.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru, EDUSC, 1999.

AQUINO, Maria Aparecida de (et.al.). *Dossiês Deops/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro*. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado: São Paulo, 2002, 5 volumes.

BARRETO, Carlos Eduardo Paes. *A saga do petróleo brasileiro: “a farra do boi”*. São Paulo: Nobel Editora, 2001.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo in DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Coleção Inventário Deops*. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado: São Paulo, 2003, 6 volumes.

COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

CORRÊA, Larissa Rosa. *A Tessitura dos direitos: padrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011.

_____. Os “inimigos da pátria”: repressão e luta dos trabalhadores do Sindicato dos Químicos de São Paulo (1964-1979). *Revista Brasileira de História*. Vol. 34, nº 67. São Paulo, 2014.

_____. O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo: on-line, v. 33, p. 1-11, 2008.

CORREIA, Telma de Barros. A Iniciativa Privada e a Transformação do Espaço Urbano e do Território: Brasil, Década de 1950. *Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUR*. Florianópolis, UFSC, maio de 2009.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

CRUZ, Ruth E. B. Santa. Os arquivos do movimento operário. A recuperação dos documentos das organizações sindicais do Peru. In. STAMPA. Inez Terezinha. MARQUES. Antonio José. (Orgs.). *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *CGT no Brasil (1961-1964)*. Belo Horizonte: Editora Vega, 1981.

ESTEVEZ, Alejandra, TEIXEIRA, Marco Antônio. Le conseguenze del golpe del 1964 sul movimento sindacale brasiliano. *Diacronie*. Studi di Storia Contemporanea: Le dittature militari: fisionomia ed eredità politica, 2015.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964 in FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3º edição, 2003.

FERREIRA, Leda Leal. IGUTI, Aparecida Mari. *O Trabalho dos petroleiros: perigoso, complexo, contínuo e coletivo*. São Paulo, Scritta, 1996.

FONTES, Paulo. Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo: A greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores e São Paulo in FORTES, Alexandre et. al. *Na Luta por direitos*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

_____. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

FRENCH, John. O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Caetano, Editora Hucitec (Prefeitura de São Caetano do Sul), 1995.

_____. Os trabalhos arquivísticos voltados ao mundo dos trabalhadores: avanços e desafios na América Latina desde 1992 in STAMPA, Inez Terezinha; MARQUES,

Antonio José. (org.). *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Novos Estudos sobre a História Operária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4ª edição, 2005.

IVO, Alex de Souza. *Uma história em verde, amarelo e negro*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

LINDEN, Marcel Van der. *Trabalhadores do Mundo*: Ensaio para uma história global do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LUCENA, Carlos. *Tempos de destruição*. Educação, trabalho e indústria do petróleo. EDUFU: Uberlândia, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

_____. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964) in *Revista Brasileira de História*. São Paulo. vol. 24, nº 47, 2004.

_____. *Novos e Velhos sindicalismos (1955-1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

_____. Perspectivas e dilemas da produção historiográfica recente sobre trabalhadores, sindicatos e Estado no Brasil. *Revista Tempos Históricos*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, vol. 05/06, 2003/2004.

_____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAZZO, Armando. Memórias de um militante político e sindical no ABC. São Bernardo do Campo. Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, Serviço de documentação da História Local, 1991.

MEDICI, Ademir. *A Matrix do polo petroquímico no ABC*. Mauá: Refinaria de Capuava, 2005.

_____. *9 de novembro de 1947: a vitória dos candidatos de Prestes*. Santo André, 1990.

MELO, Hildete Pereira de; BASTOS, Carlos Pinkusfeld; ARAÚJO, Victor Leonardo. A Política macroeconômica e o reformismo social: Impasses de um governo sitiado in FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre memória e a história*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese de Doutorado (História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NAGASAVA, Helene Chaves, "*O sindicato que a ditadura queria*": o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967), Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, 2015.

NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo, Boitempo, 2004.

NEGRO, Antonio Luigi; FONTES, Paulo. Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia in AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme; SWENSSON JÚNIOR, Walter Cruz. *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado. Imprensa Oficial, 2001.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos S. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, (2006), v. 18, n. 1.

NEGRO, Antonio Luigi; Fernando Teixeira. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964) in FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 2003.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

_____. A Fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a “reinvenção” da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n.1, janeiro-junho de 2009.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Os arquivos do DEOPS-SP*: nota preliminar. *Revista de História*, 132, FFLCH/USP: São Paulo, 1º semestre de 1995.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária*: o caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos*: comunistas e sindicatos. São Paulo/Rio de Janeiro, Boitempo/Unirio, 2001.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho in BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de Classe*: Identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

SILVA, Angelissa Azevedo e. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional in FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical* (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-68. São Paulo: Hucitec; Santos; Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

_____. *Trabalhadores no Tribunal*: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2016.

_____. Direito, política e trabalho no Porto de Santos. In. FORTES, Alexandre et. al. *Na Luta por direitos*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964) in FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical* (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

VIZENTINI, Paulo G Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 2003.

WEINSTEIN, Bárbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo, Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.